

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA
COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/JARAGUARI - MS**

Ana Cláudia Sacchi Baldo

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis/MT: Dezembro/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA
COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/JARAGUARI - MS**

ANA CLÁUDIA SACCHI BALDO

Orientador: Drº José Adolfo Iriam Sturza

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis/MT: Dezembro/201

CÂNTICO DA TERRA

Cora Coralina

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio à mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio à fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda a vida.
Sou o chão que se prende a tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A minha constante de teu gado
E certeza tranquila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
E a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestão, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
E o pão de tua casa.

E um dia bem distante
A mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
Tranquilo dormirás

Plantemos a roça
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
Do gado e da tulha.
Fatura teremos
E donos de sítio
Felizes seremos.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, mãe Sílvia Helena Sacchi Baldo e pai Luís Carlos Baldo, ao qual desde o início desta caminhada sempre me apoiou. Agradeço ao meu professor e orientador José Adolfo Iriam Sturza que com muita paciência e dedicação se mostrou comprometido com nossa pesquisa.

Agradeço a professora Rosemeire Aparecida de Almeida do curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas ao qual a partir de sua disciplina de Geografia agrária e movimentos sociais pude vislumbrar a oportunidade da pesquisa.

A todos (as) professores (as) do Programa de Pós Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso/ campus de Rondonópolis.

Ao professor Dr. José R. Tarifa, Dr. Silvio Moises Negri, Dr. Jeater W Correa dos Santos, Dr. Jorge Luís Monteiro, Simoni Loverde, Antônia Marília Medeiros Nardes, dentre outros.

Agradeço ao Professor Marcos Antônio Reichel pela atenção, apoio e carinho por nos receber na Escola Estadual Zumbi dos Palmares na comunidade quilombola Furnas do Dionísio.

Também agradeço a Dona Cida e Dona Maria, moradoras antigas e lideranças do quilombo, membro das famílias de Furnas do Dionísio que desde o início nos mostrou atenção e compreensão acerca de nossa pesquisa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA
COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/JARAGUARI - MS**

ANA CLÁUDIA SACCHI BALDO

Dissertação de Mestrado (Tese de Doutorado) submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre (Doutor) em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade, opção acadêmica.

Aprovado por:

José Adolfo Iriam Sturza, Doutor (Universidade Federal de Mato Grosso)
Orientador

Jorge Luiz Gomes Monteiro, Doutor (Universidade Federal de Mato Grosso)
Examinador Interno

Wilson José Soares, Doutor (Instituto Federal Tecnológico do Mato Grosso)
Examinador Externo

Rondonópolis, 11 de Dezembro de 2015

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE TABELAS	09
LISTA DE GRÁFICOS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
I. INTRODUÇÃO	13
II. AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: MARCO TEÓRICO, DEFINIÇÕES E CONCEITOS PARA UMA ANÁLISE CONTEMPORANEA.	18
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL.	18
2.2. MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS TEÓRICOS	32
2.3. CAMPESINATO, UNIDADES DE PRODUÇÃO E ELEMENTOS DA ECONOMIA FAMILIAR CAMPONESA: UMA BREVE ANÁLISE.	38
III. O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE: UM ARCABOUÇO CONCEITUAL IMPORTANTE NA COMPREENSÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS	47
3.1. TERRITÓRIO: ANÁLISE E CONCEITOS TEÓRICOS	47
3.2. TERRITÓRIO VIVIDO E TERRITORIALIDADE	53
3.3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA	58
3.4. COMUNIDADES TRADICIONAIS REMANESCENTES DE QUILOMBOS	64
IV. TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS	71
4.1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS	71
4.2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS	77
4.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO/MS	87

4.4. AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO	92
V. CONCLUSÕES	100
VI. REFERÊNCIAS	103
VII. ANEXOS	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Modo de produção camponês.	41
Figura02: Representação das formas de territorialidades.	56
Figura 03: Localização Geográfica da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio/MS.	71
Figura 04: Localização Geográfica do município de Jaraguari/MS.	72
Figura 05: Relevo com presença de furnas em Furnas do Dionísio/MS.	73
Figura 06: Tipos de solos presentes na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.	74
Figura 07: Vegetação na época de seca.	75
Figura 08: Vegetação no período chuvoso.	75
Figura 09: Córrego com margem e vegetação preservada em Furnas do Dionísio.	75
Figura 10: Nascentes em algumas propriedades.	76
Figura 11: Córregos bem preservados.	76
Figura 12: Representação da identidade.	81
Figura 13: Símbolos do resgate cultural.	81
Figura 14: Forma de identidade através da Dança beleza negra.	82
Figura 15: Identidade quilombola.	84
Figura 16: Representações culturais	84
Figura17: Preservação da cultura e identidade através das crianças e jovens.	85
Figura 18: Territorialidade presente através do uso comum dos recursos naturais disponíveis.	86
Figura 19: Construção tipo alvenaria.	88
Figura 20: Construção tipo mista.	88
Figura 21: Construção tipo tradicional.	88
Figura 22: Escola Estadual Zumbi dos Palmares.	89
Figura 23: Rebanho Leiteiro.	90
Figura 24: Plantação de pepinos.	90
Figura 25: Cultivo de mandioca para o autoconsumo e comercialização.	95
Figura 26: Produção artesanal da rapadura.	95
Figura 27: Galpão pertencente à agroindústria em Furnas do Dionísio.	95
Figura 28: Exemplo de pequena lavoura típica da agricultura familiar	96
Figura 29: Pecuária leiteira exercida em vários lotes da comunidade.	97
Figura 30: Turismo e ciclo-aventura na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.	99

Figura 31: Água preservada com manutenção da paisagem e do turismo em Furnas do Dionísio/MS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Produtos alimentícios mais consumidos em Furnas do Dionísio.	90
Tabela 02: Pluriatividade como complementação da renda doméstica para as famílias de Furnas do Dionísio/MS.	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Manifestações e práticas socioculturais na comunidade de Furnas do Dionísio	82
Gráfico 02: Religiosidade na comunidade de Furnas do Dionísio.	88
Gráfico 03: Produção comercializada como parte da renda agrícola.	94

TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/JARAGUARI - MS

RESUMO

Este trabalho contempla um estudo exploratório na comunidade quilombola Furnas do Dionísio, localizada no município de Jaraguari, Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo geral é analisar a territorialidade quilombola da comunidade de Furnas do Dionísio bem como identificar as atuais práticas socioculturais de produção na agricultura familiar como estratégia de resistência camponesa na contemporaneidade. A construção da territorialidade quilombola presente na comunidade acontece através de práticas e manifestações sócio/culturais, por meio da preservação do patrimônio histórico e cultural existente. O perfil socioeconômico das famílias e a pluriatividade econômica exercida na agricultura familiar comprovam um processo de resistência camponesa no campo na atualidade. A metodologia da pesquisa pautou na revisão bibliográfica, atividades de campo *in loco* com observações e diálogos com os moradores, registros fotográficos, aplicação de questionários com entrevista, tabulação, análise e descrição dos resultados obtidos. As práticas e as manifestações sócio/culturais existentes na comunidade de Furnas do Dionísio demonstram a territorialidade quilombola, pois o território onde se encontram é núcleo de intensas tradições históricas e culturais e de um rico patrimônio identitário. A pluriatividade econômica exercida na agricultura familiar se caracteriza como um fator primordial para a preservação dos aspectos sociais, culturais, renda familiar e a manutenção da territorialidade existente. As múltiplas atividades contempladas na agricultura familiar são de grande importância, pois representam um potencial endógeno de desenvolvimento. Os recursos disponíveis como o solo, a vegetação e a água presentes em Furnas do Dionísio são ainda elementos essenciais para a construção e manutenção da territorialidade e da identidade quilombola. Os aspectos levantados, observados e descritos demonstram ainda um processo de resistência e permanência do grupo social no território onde se encontram.

PALAVRAS CHAVES: Território, Territorialidade Quilombola, Comunidade Furnas do Dionísio, Agricultura familiar, Pluriatividade econômica.

ABSTRACT

This paper contemplates an explanatory study in the quilombola community Furnas do Dionísio, located in the city of Jaraguari, State of Mato Grosso do Sul. The general objective is to analyze the quilombola territoriality of the community Furnas do Dionísio, as well as identify the recent social and cultural practices of family farming production as contemporary farming strategies. The construction of the quilombola territoriality present in the community is carried out throughout social and cultural practices and manifestations which preserve the existing historical and cultural patrimony. The social and economic profile of the families and the economic pluriactivity conducted in family farming prove a process of farming resistance in the recent field. The methodology of the research was based on bibliographic review, field activities on the spot with observations and dialogues with the residents, photographic registers, application of questionnaires with interview, data tabulation, analysis and description of the obtained results. The social and cultural practices and manifestations existing in the community of Furnas do Dionísio show the quilombola territoriality, because the territory where they are found is a heart of intensive historical and cultural traditions and of rich identity patrimony. The economic pluriactivity conducted in the family farming is characterized as a primary factor for the preservation of the social and cultural aspects, family income and the maintenance of the existing territoriality. The multiple activities contemplated in family farming are of great importance, for they represent an endogenous potential for development. The available resources such as the soil, the vegetation and the water present in Furnas do Dionísio are still essential elements for the construction and maintenance of territoriality and the quilombola identity. The aspects gathered, observed and described still show a process of resistance and permanency of the social group in the territory where they are found.

KEY WORDS: Community Furnas do Dionísio, Territory, Quilombola Territoriality, Family Farming, Economic Pluriactivity.

I. INTRODUÇÃO

As primeiras observações, impressões e vivências com o local e o objeto da pesquisa vêm das experiências em visitas e trabalhos de campo, do curso de graduação em Geografia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas no ano de 2011. Na época o contato com as famílias da comunidade de Furnas do Dionísio no município de Jaraguari/MS, foi decisivo para a escolha da pesquisa no âmbito da geografia agrária aplicada aos estudos das comunidades tradicionais quilombolas.

Contudo, pode-se constatar que na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio ocorre um processo de valorização dos elementos identitários, através de práticas e manifestações sócio/culturais de existência, fator este ao qual mantêm a construção da territorialidade do grupo social na atualidade. Além disso, a comunidade desenvolve a pluriatividade econômica no bojo da agricultura familiar como forma das famílias complementarem a renda doméstica e permanecerem na terra.

Portanto, a agricultura familiar que sempre almejou a manutenção e permanência do produtor no campo, nas últimas décadas vem ganhando maiores créditos e visibilidade no contexto rural, diferenciando-se da lógica de produção capitalista. De fato, a diversidade da agricultura familiar que anteriormente ocupava um papel subalterno na sociedade, pode-se alicerçar a uma nova vertente pautada no equilíbrio dos ecossistemas, na qualidade de vida das famílias do campo, na busca da segurança e soberania alimentar exercida nas propriedades familiares, bem como uma produção mais sustentável e ecológica.

Contudo, os processos de concentração da renda da terra proporcionaram limitações ao acesso a terra pelas classes dos produtores camponeses que da terra a utilizam como meio de vida, trabalho e subsistência familiar, pois a *terra* no sistema capitalista se transforma em *território*. (ALMEIDA E PAULINO, 2010)

No entanto, a questão da luta pela terra torna-se cada vez mais árdua e limitada para os produtores camponeses que da terra necessitam para viver, pois a produção das relações capitalistas no meio rural proporciona entraves à permanência e resistência das classes camponesas no campo na contemporaneidade. Como destaca Almeida e Paulino (2010) faz-se necessário, no entanto, neste modelo de desenvolvimento na atualidade, difundir-se novas potencialidades em busca de lutas e (re) conquistas de caráter não capitalistas.

Ao longo da história às comunidades remanescentes de quilombo lutam pelo reconhecimento de suas terras e de seus territórios. Desse modo, as populações tradicionais quilombolas vêm reafirmando a sua identidade por meio da forma de se organizar politicamente e através das ações articuladas com base na etnia dos grupos.

Además, as comunidades quilombolas desenvolveram ao longo de sua formação histórica, uma identidade que se define pelas experiências vividas com relação a seus aspectos sociais, culturais, econômicos, dentre outros. Assim como um território produz a identidade, a identidade produz o território, portanto, ambos os conceitos estão imbricados. (NAHUM E MALCHER, 2010)

Desse modo, é relevante ressaltar a importância em se resgatar na atualidade estudos e perspectivas geográficas voltadas às comunidades tradicionais quilombolas, em específico as comunidades negras rurais, objeto de estudo desta pesquisa. De fato, a importância da pesquisa atribuída se esclarece pelas provocações desafiadoras atribuídas à recriação e reprodução camponesa na atualidade, bem como sua permanência no campo na contemporaneidade; conjuntura essa que evidencia a um requerimento à pesquisa para uma melhor compreensão, visando à conquista de uma Reforma Agrária integral no país.

Visa-se ainda com a pesquisa, uma maior abrangência acerca da identidade e da territorialidade quilombola, contudo; vale destacar a importância em se resgatar os estudos acerca das comunidades remanescentes de quilombo em específico a comunidade de Furnas do Dionísio, universo de análise adotado para este trabalho, pois esse rico território é compreendido através de suas múltiplas formas de existência social, através das práticas e manifestações culturais existentes, contemplando ainda atividades e produção econômica pautadas no modo de subsistência do grupo familiar.

Busca-se, dessa forma, a compreensão do modo de existência da economia familiar camponesa atrelada ao sistema econômico capitalista. Essas distintas situações promovem disputas territoriais, visando um processo de (re) produção do território e permanência no mesmo, proporcionando campos de disputas entre a classe dos camponeses e a dos capitalistas. Podemos salientar, de fato, que o camponês não produz trabalho excedente, mas sim, produto excedente advindo de sua força de trabalho, diferentemente da lógica de produção capitalista (MARTINS, 2002).

Vale ainda destacar que o processo de Reforma Agrária integral se faz necessário para a busca da justiça social e uma soberania alimentar visando à distribuição de renda no país. De fato se torna primordial abordar estudos e pesquisas no âmbito da ciência geográfica a cerca das comunidades tradicionais remanescentes de quilombos na contemporaneidade em

específico a comunidade de Furnas do Dionísio, objeto de estudo desta pesquisa, ao qual utilizam sua terra/território como modo de (re) produção de vida, trabalho e subsistência.

A justificativa da pesquisa se explica pela carência em estudos acerca do conceito território e territorialidade acerca das comunidades tradicionais quilombolas dentro da ciência geográfica, bem como poucos trabalhos que destacam a importância da agricultura familiar desenvolvida dentro das unidades de produção em comunidades tradicionais quilombolas.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a territorialidade Quilombola da comunidade de Furnas do Dionísio bem como as atuais práticas socioculturais de produção na Agricultura Familiar como estratégia de resistência camponesa na contemporaneidade. Os objetivos específicos foram:

- Caracterizar o patrimônio histórico-cultural como traços definidores da territorialidade quilombola presentes na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.
- Definir o perfil socioeconômico das famílias na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.
- Caracterizar a pluriatividade econômica existente na agricultura familiar como estratégia de resistência camponesa na contemporaneidade.

O instrumental metodológico da pesquisa obedeceu a natureza desta, que tem o caráter exploratório com elementos qualitativos aplicados à análise da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio. Para tanto, exigiu certa vivência e a observação no local, consideradas processos fundamentais na pesquisa qualitativa que se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com os sujeitos envolvidos. (LÜDKE e ANDRÉ 1986).

A primeira fase foi à revisão bibliográfica de autores que tratam dos conceitos-chave para a pesquisa, o território, a territorialidade, a agricultura familiar, a questão agrária, entre outros menos expressivos. Os principais autores estudados e citados foram: Raffestin (2010), (1980), (1993), Saquet (2010), (2007), Haesbaert (1997), (2004), (2006), Santos (2001),(2002), (1994), Almeida e Paulino (2010), Abramovay (1992),(1997), (1998),(1999), Chayanov (1985), Lamarche (1993), (1998), Schneider (2001), (2009), dentre outros.

A fase de levantamento documental também foi importante e feita, basicamente, junto ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), com o objetivo de identificar dados e informações acerca dos projetos de reforma agrária e de titulações de comunidades quilombolas cadastrados até o ano de 2011. Além deste órgão as informações bem como ainda pesquisa na FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES com objetivo do levantamento de informações acerca dos núcleos remanescentes de comunidades quilombolas espacializadas pelo território nacional, dentre elas a comunidade de Furnas do Dionísio/MS.

As atividades de campo *in loco* no universo de análise foram de fundamental importância para a coleta dos registros fotográficos e para a identificação das múltiplas formas de reprodução familiar como estratégia de resistência camponesa no campo na contemporaneidade.

O trabalho cartográfico foi importante para a elaboração do mapa de localização da área de estudo em que os programas Terra View e o ArcGis auxiliaram na confecção deste produto.

A aplicação de questionários e de entrevistas com os moradores pertencentes às famílias da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio/MS teve como objetivo identificar o processo de construção da territorialidade do grupo, bem como caracterizar as atuais formas de produção econômica atreladas a técnicas e saberes tradicionais da agricultura familiar camponesa. Houve paralelamente a tabulação de gráficos e tabelas, análise e descrição dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com as famílias da comunidade de Furnas do Dionísio.

Contudo, a dissertação é apresentada em três Capítulos que tratam da parte teórica e conceitual de base, e da apresentação e discussão final dos dados levantados no decorrer da pesquisa.

O **Capítulo 1** apresenta uma revisão teórica e conceitual sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, contextualizando-a no cenário agrário brasileiro e nas características próprias da multifuncionalidade e pluriatividade. Adiante discute brevemente a unidade familiar camponesa e o campesinato na contemporaneidade.

O **Capítulo 2** apresenta especificamente noções teóricas e conceituais básicas acerca da categoria de análise território e posteriormente trabalha o conceito de territorialidade aplicada às comunidades remanescentes de quilombo, que é o campo social de investigação. O texto inicia com uma breve análise conceitual sobre território, perpassando pelas dimensões sociais e políticas de poder, apropriação e conceitos correlatos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização. Por fim conclui-se abordando a territorialidade como conceito apropriado ao estudo e concepção da própria existência quilombola e suas particularidades.

O **Capítulo 3** e último, trata da parte empírica da pesquisa onde foi analisada a territorialidade presente na comunidade de Furnas do Dionísio identificada a partir da identidade que o grupo possui com seu território e através das atividades econômicas e manifestações sócio/culturais desenvolvidas. Também aborda a agricultura familiar camponesa no local, onde as técnicas e saberes tradicionais da agricultura são transmitidos de

geração em geração, onde a família detentora dos meios de produção produz para a subsistência familiar. Por fim, caracteriza-se a pluriatividade econômica existente na agricultura familiar da comunidade quilombola, a partir de atividades agrícolas e não agrícolas onde as famílias complementam a renda doméstica, expressando assim, um processo de resistência camponesa.

I. AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESinATO: MARCO TEÓRICO, DEFINIÇÕES E CONCEITOS PARA ANÁLISE CONTEMPORANEA

O Capítulo apresenta uma revisão teórica e conceitual sobre a questão da agricultura familiar no Brasil, contextualizando-a no cenário agrário brasileiro e nas características próprias da multifuncionalidade e pluriatividade. A seguir, discute brevemente a questão do campesinato e da agricultura familiar camponesa na contemporaneidade.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL.

A partir da década de 1950 o contexto agrário brasileiro passa por grandes transformações e o Brasil é inserido no processo de modernização da agricultura no campo primeiramente tomada nas regiões Sul e Sudeste. É a partir da década de 60 que estes processos de territorialização do capital no campo começam a se expandir, ao qual na década de 70 esses mesmos processos ganham força e a expansão da fronteira agrícola se expande para as demais regiões do País (COSTA, 2004).

Contudo, nas últimas décadas o espaço agrário brasileiro passou por intensas transformações com a territorialização dos processos produtivos capitalistas no campo. A modernização da agricultura propiciou o aumento na produção agrícola em larga escala para o mercado externo, ocasionando, assim, o crescimento da economia nacional. De fato, este processo proporcionou demais desdobramentos sociais como a exclusão de milhares de agricultores familiares do campo para as cidades, causando, assim, grande violência, conflitos e mortes no meio rural. De fato, podemos lembrar de que:

Nos países centrais, o desenvolvimento do modo capitalista de produção gerou o enfraquecimento dos proprietários de terra, expresso na inviabilização do latifúndio, que ocorreu concomitantemente ao fortalecimento de negociantes que, paulatinamente, foram alçando a condição de proprietários dos meios de produção no interior da ordem urbano-industrial [...] (ALMEIDA E PAULINO, 2010, p. 9).

Estes reflexos analisados por inúmeros autores não apenas reflete nos países desenvolvidos, mas também podemos ver claramente a presença destas práticas agrícolas capitalistas nos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil.

De fato a territorialização dos sistemas produtivos capitalistas no campo tem provocado limitações de uso e ocupação do espaço pelas classes dos pequenos produtores rurais que da terra a utilizam como meio de vida, trabalho e subsistência. Contudo, o acesso e disponibilidade das terras encontram-se limitadas para os produtores camponeses por práticas agrícolas advindas da modernização do campo.

No entanto, de acordo ainda com Almeida e Paulino (2010) a questão da luta pela terra se torna cada vez mais árdua e limitada para os produtores camponeses que da terra necessitam para viver, pois; a produção das relações capitalistas no campo proporciona entraves à permanência e resistência das classes camponesas neste novo modelo pautado no desenvolvimentismo.

Ademais, o que ainda se assiste, principalmente no Brasil, é a continuação acelerada de grandes concentrações de renda e terra no país, continuando, assim, no cenário nacional a permanência de uma hegemonia capitalista pautada no modo de produção agropecuário ao qual fora estabelecido e contemplado pelos planos da Revolução Verde¹.

De fato, a nível global o que se observa em grande proporção, é o crescimento demasiado da fome no contexto mundial; enquanto famílias ainda aguardam pelos planos políticos e econômicos desencadeados pela chamada Revolução Verde. Contudo, o que se propaga é o aumento da produção e da produtividade seja a qualquer custo com a introdução de novos e grandes pacotes tecnológicos na economia nacional.

Em contexto nacional, a inserção do processo de modernização da agricultura na economia do país, foi estabelecida com o objetivo de equacionar o problema da fome para uma determinada parcela significativa da população brasileira, bem como ainda abrir caminhos para o escoamento da produção da empresa ao qual se se encontrava em ascensão no plano capitalista, produções estas como insumos agropecuários, produtos de bens duráveis e/ou não duráveis.

¹ Expressão utilizada com base em diferentes leituras e abordagens a respeito do plano e acordos políticos e econômicos da Revolução Verde. Trata-se aqui, portanto, de conceber esta ação como um processo recente de modernização da agricultura, ao qual abarca um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas com o objetivo de se alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas biotecnológicas de sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização intensiva do/no campo. Consultado em: ANDRADES, Tiago, Oliveira de. e ROSÂNGELA Nasser Ganimi. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista** v. 21. Juiz de Fora/MG, 2007. BARROS, B. **Há 40 anos, DDT precipitou restrições**. Valor Econômico, São Paulo, 22 nov. 2010. Agronegócios, p. B12. MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. p.39-52. 15.out.2000. (artigo). MATOS, Alan Kardec Veloso de. **Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v.10, n.12, p.1-17/2010.

Esta etapa frente ao golpe militar de 1964² contemplava em sua essência um processo de grandes propostas de modernização e inserção da economia brasileira no contexto mundial. Contudo, com a ideologia propagada de “desenvolvimento nacionalista”, ocorreram paralelamente inúmeros reflexos, dentre eles, o processo de qualificação/fortalecimento da grande empresa capitalista rural, bem como ainda o surgimento de intensos conflitos no campo.

De fato, a grande idéia que se empregava era de que o Brasil com sua imensa extensão territorial, dentre outros aspectos, deveria converter sua produção agrícola mais capacitada e moderna possível para atender a demanda do mercado se tornando eficiente e com grande qualificação para a produção em larga escala, a fim de superar e ganhar a competitividade agrícola no mercado externo.

Consequentemente, o modelo produtivista desencadeou grandes processos para o parque industrial emergente, fomentando as produções das empresas com a necessidade cada vez maior de adquirir a compra de sementes, adubos, fertilizantes e maquinários, dentre outros, ocasionando grande precisão em adquirir infra-estrutura para o escoamento de toda a produção, com a inserção de estradas capacitadas em atender aos fluxos da produção, energia elétrica, portos para exportação, dentre outros. (NETO, 2013).

Podemos salientar ainda de que neste período, os aparelhos governamentais que regiam eram a (SIBER) SISTEMA BRASILEIRO DE EXTENSÃO RURAL, que objetivava a preparação de pequenos e médios agricultores rurais para fomentar produções excedentes a fim de atender as necessidades do mercado, bem como ainda, membros da (SNCR) SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL com o intuito de promover a inserção de grandes capitais com grande demanda tecnológica bem como o aumento da produtividade, posto em forma de créditos aos produtores rurais do campo (NETO, 2013).

Contudo, a década de 1980 vai ser caracterizada ainda pelo enfraquecimento e retração do mercado, levando a grandes dificuldades para a continuação do processo de expansão e modernização da agricultura brasileira. O arquétipo modelo determinado pelos planos da Revolução Verde começou a se enfraquecer nesse período ocasionando o esgotamento da matriz tecnológica imposta, proporcionando, de fato, complexos problemas acerca dos desequilíbrios ambientais como; empobrecimento do solo, retraimento da produtividade, bem

²Golpe de Estado no Brasil em 1964 designa o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como *Jango*. Revisto em: NAPOLITANO, M. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro**: apontamentos para uma revisão historiográfica. Contemporânea Historia y problemas del siglo XX. Volumen 2, Año 2, 2011, ISSN: 1688-7638 Ensayo209. DELGADO, L. A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Dossiê, 2009.

como o processo de exclusão dos trabalhadores rurais do campo, seguido do processo de êxodo rural, desencadeado pelo aumento da produtividade no campo, introdução de artefatos mecânicos e de novas tecnologias no seio da produção capitalista. Diante disto, podemos destacar ainda que:

A promessa do desenvolvimento e progresso caiu por terra, e os trabalhadores rurais empobrecidos e excluídos, quilombolas, indígenas, produtores familiares, assentados, caiçaras e povos da floresta que, por suas especificidades de lógica produtiva e reprodução social diferenciadas da grande empresa agrícola, voltaram a compor a pauta de premências em um novo modelo de produção (NETO, 2013, p, 10).

Neste contexto, os povos do campo se manifestaram a respeito da exclusão social que perpassaram pelas promessas da revolução verde, ao qual de fato só favoreceram os grandes latifundiários, bem como pequenos e médios produtores capitalizados expressos no campo, aos quais introduzidos no mercado alcançavam objetivos econômicos embutidos no plano de metas do governo.

De fato, o que ainda pode se observar é que já existem provas suficientes a respeito da ampla diversidade do mundo rural e da agricultura familiar camponesa em questão. Vale destacar, portanto, de que este segmento social com suas múltiplas formas culturais e estratégicas, requer uma forma de intervenção diferenciada dos demais serviços de extensão rural, não podendo ser difundida através de grandes difusões de pacotes uniformes.

Dentre todos os fatos ocorridos em décadas passadas e apesar da complexa divergência acadêmica a respeito do mundo dos conceitos e significado a respeito da terminologia “agricultura familiar” o que nos importa é ressaltar de que nas últimas décadas foram ilustradas de que a agricultura familiar esta cada vez mais se tornando fundamental no processo de desenvolvimento rural. Contudo, para reforçarmos a idéia deste quadro brasileiro na atualidade, vale ressaltar que os dados do último senso agropecuário de 2006 nos afirmam que:

[...] A agricultura familiar camponesa, com toda a sua diversidade, é responsável não só pela maior parte dos alimentos que consumimos em todas as regiões do país, como pela existência de um tecido social capaz de dar dinamismo a estratégias econômicas locais/regionais de desenvolvimento. É este o setor responsável, também, pela manutenção de uma paisagem mais preservada e mais biodiversa, como se almejava se buscamos o tal de desenvolvimento sustentável (que poucos sabemos exatamente o que é). São mais de 4,3 milhões de unidades familiares de produção e poderiam ser muitos milhões a mais se realmente nosso país viesse a realizar uma “reforma agrária integral” como sugerem os sucessivos Planos Nacionais de Reforma Agrária. (SCHMITZ, 2010, p, 08).

Portanto, vale discutirmos de que a agricultura familiar³ quase sempre desempenhou na história da sociedade uma função secundária, constituindo um segmento subalterno no cenário econômico e político do país. Desse modo, conclui-se de que a agricultura familiar que sempre almejou sua manutenção e permanência no campo, nas últimas décadas vem ganhando premências no contexto rural, diferenciando-se da lógica do modelo do grande agronegócio (como foi o caso do plano da Revolução Verde).

Perante isto, pode-se evidenciar de que a diversidade da agricultura familiar que até então ocupava um papel subalterno na sociedade, pode alicerçar uma nova vertente pautada no equilíbrio dos ecossistemas, na qualidade de vida das famílias através da renda da terra, na busca da segurança alimentar exercida nas propriedades familiares, bem como uma produção mais sustentável e ecológica beneficiando os aspectos locais. De acordo ainda com Abramovay (1997), podemos ressaltar que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Podemos ponderar de acordo com alguns dados da FAO (Organização das Nações Unidas de Agricultura e Alimentação), e informações do INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA), no ano de 1995/96, que o segmento da agricultura familiar detinha aproximadamente 24,5⁴ milhões de trabalhadores, ao qual respondia por cerca de 40% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola do Brasil, produzindo ainda, 51% dos alimentos consumidos no país, o que corresponde uma produção agrícola diversificada. Contudo, podemos dizer que nas últimas décadas é nítida a preocupação do

³O conceito de agricultura familiar utilizado é concebido através da análise de obras de vários autores como a de SCHNEIDER (2009). Considera-se aqui, portanto, de que este segmento trata-se de um modo de produção agrícola pautada no aspecto do trabalho, no qual a família como um todo é detentora dos meios de produção, exercendo, assim, seu trabalho na terra. Revisto em: SCHMITZ, Heribert (org). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa** – São Paulo: Annablume, 2010.

⁴Dados retirados de: FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA, 1996. 24p.

reconhecimento da importância da agricultura familiar na contemporaneidade para o desenvolvimento do contexto rural no país.

De acordo com diferentes pesquisas e perspectivas voltadas para os estudos rurais, podemos ponderar de que nos últimos cinco anos o Ministério do Desenvolvimento Agrário junto a Secretaria da Agricultura Familiar, vem melhorando, aprimorando e criando novas estratégias e políticas públicas com o objetivo de beneficiar mais de 4,1 milhões de estabelecimentos e propriedades familiares⁵ de produção no Brasil. De fato, isto se resume na adoção de políticas de créditos agrícolas e seguros para as famílias do meio rural como; acesso a mercados, inovações tecnológicas e programas de extensão rural, dentre outros.

No entanto, com a legitimação e adoção de diferentes políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, muitos estudiosos e intelectuais relatam a insuficiência acerca das políticas agrícolas clássicas adotadas. Discutem de que os fatores e aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais devem estar arrojados com as práticas e atividades no âmbito rural, favorecendo, assim, o surgimento de uma agricultura pluriativa contribuindo para um desenvolvimento sustentável do meio rural (SCHNEIDER, 2009).

De fato, nos últimos anos, perceberam-se vários debates acerca da permanência e resistência da agricultura familiar inserida no modelo de produção capitalista, por se tratar de um modo de produção pautado em características tradicionais, bem como o uso da força de trabalho familiar. Várias discussões acerca da agricultura familiar tem se caracterizado na atualidade a respeito de sua permanência em um mundo onde o mercado coloca-se extremamente competitivo.

Dentre estes aspectos autores como Kautsky apud Abramovay (1992), ressalta que possivelmente existiriam duas vertentes para o segmento da agricultura familiar: a)-ou a capitalização e tecnificação inserido no circuito produtivo ou b)- a perda da terra e conseqüentemente a proletarização do trabalhador rural. Existem ainda algumas conjunturas afirmativas segundo alguns autores de que a agricultura familiar sobreviveria pelo fato de receberem contribuições assistencialistas governamentais para a produção de alimentos, com o objetivo em atender a demanda voltada para o abastecimento de alimentos para a população urbana, o que de fato, reduziriam alguns custos para as empresas.

Constata-se desta forma a fundamental importância em se considerar este segmento social como modo de produção cultural pautada na possibilidade de resistência e

⁵ Informações adquiridas da obra de SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2º Edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

sobrevivência de milhões de famílias, estando elas inseridas ou não no complexo circuito econômico. Diante desta tendência podemos concordar com Neto (2013), pelo fato de que:

É clara e histórica também a grande importância da agricultura familiar na produção diversificada e básica para a alimentação das populações locais e regionais, bem como, tem sido significativa a participação dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente nos últimos cinquenta anos, na consolidação da agricultura familiar. (NETO, 2013, p, 12).

Analisando alguns processos a nível global, podemos discutir de acordo com alguns autores que o modo de produção capitalista pautado em grandes concentrações de renda promove uma tendência a inúmeras desigualdades sociais, como a fome, miséria e degradações no ambiente em geral, agindo de fato, diferentemente da lógica da unidade de produção familiar, pois “[...] a agricultura familiar desponta como um espaço social fértil para um novo paradigma produtivo [...]”. (NETO, 2013, p, 12).

Evidencia-se, portanto, de que a forma de organização interna da unidade de produção familiar promove grandes possibilidades no que tange processos de resistência e permanência na terra na contemporaneidade pelos membros familiares.

De fato, é oportuno ainda destacar de que o universo de análise da agricultura familiar é abrangente e complexo envolvendo diversos aspectos como práticas e saberes agroecológicos como o uso de produtos/adubação orgânico e baixa poluição nas unidades familiares. Um fator interessante para o desenvolvimento nas unidades familiares também se destaca pelos aspectos locais como o convívio direto do indivíduo com a natureza como áreas naturais preservadas, promovendo novas potencialidades bem como ainda fortalecendo os saberes e práticas tradicionais da agricultura.

Em controvérsia autores como Abramovay (1992) salienta e discute a teoria de Marx⁶ a respeito da categoria de análise da agricultura familiar. Para Karl Marx (1974) a análise do universo das mercadorias e da dialética existente entre o setor privado e social do trabalho, acarretaria, assim, no resultado de constantes lutas entre distintas classes sociais, conseqüentemente ocasionando um processo de diferenciação do campesinato, o que o tornaria, de fato, um pequeno capitalista e /ou proletariado.

⁶ Teoria de Karl Marx para o entendimento da unidade de produção familiar, ao qual o território é compreendido e analisado como espaço de constantes lutas entre as classes sociais que se caracteriza como espaços em constante disputa. Revisado em ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 03 – O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Volume VI, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Analisando as contribuições de diferentes autores podemos destacar de que as teorias e previsões formuladas por eles não se consolidaram no tempo e no espaço. Además, podemos salientar ainda de acordo com as leituras de que nem o campesinato juntamente com sua forma de existência social desapareceu por completo, nem a agricultura familiar se caracteriza como inabilitada a agregar progresso técnico nas unidades de produções familiares. De fato para Abramovay (1992) a permanência no campo do segmento campesinato seria primordialmente uma necessidade humana e uma condição social de existência e sobrevivência.

Como salientava Marx (1974) e Oliveira (2007) a respeito da constatação de que vivenciamos uma economia de mercados pautada no modo de produção capitalista, podemos dizer de que o segmento da agricultura familiar esta agregado à dinâmica produtiva capitalista (acumulação de capitais e mais-valia), mas ao mesmo tempo não é determinada por essa mesma lógica de acumulação capitalista, de maneira que o agricultor familiar venha a produzir aquilo que atenda as suas especificidades e necessidades internas.

Desse modo, é oportuno ressaltar a importância que se tem em resgatar na atualidade estudos e pesquisas que norteiem para um verdadeiro processo de desenvolvimento rural com ênfase na dinâmica produtiva das unidades familiares de produção.

Pode-se observar na contemporaneidade no contexto social e político brasileiro de que ainda persiste complexos processos de exclusão social pautado no desemprego, miséria e fome, contudo, podemos considerar que tanto as comunidades tradicionais quanto “[...] os assentamentos podem ter grande relevância na busca de geração de renda, melhor qualidade de vida, resgate da cidadania, dignidade, lazer e cultura [...]” (NETO, 2013, p, 23).

Autores como Hayami e Ruttan (1985) e Lamarche (1993/98) recorreram a diferentes abordagens a respeito da importância em se manter o segmento da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade. No Brasil, podemos mencionar os estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992), Wanderley (1997), Romeiro (1998) e Costa (2000) que foram repercussões nos estudos sobre agricultura familiar.

Apesar dos autores brasileiros contemplarem o uso das terminologias “camponês e pequeno produtor”, observa-se recentemente o emprego da terminologia agricultura familiar nas últimas décadas, fato este definido por políticas públicas governamentais dando origem, portanto, ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF⁷ no início da década de

⁷ O PRONAF é uma ação governamental ao qual promove investimentos pautados em negociações entre os beneficiários, os poderes municipais, estaduais e a sociedade civil para possibilitar a implantação, ampliação, modernização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, bem como a ampliação e

1990, dentre outros programas e políticas públicas estabelecidos para o fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com Moraes (1998), o uso das terminologias “campesinato e pequeno produtor”, segmentos estes que compõe a agricultura familiar, foram atribuídos em sua funcionalidade perante os diferentes contextos históricos, sociais e políticos inerentes a época ao qual estavam inseridos, ou seja, a forma ao qual se utilizavam esses atributos conceituais eram adaptados de acordo com os modelos de desenvolvimento econômico que iam se configurando na sociedade.

O que de fato ocorreram foram reformas nas políticas públicas de governo; o que antes se caracterizava como “campesinato”, hoje, esta terminologia passa a ser expressa e identificada através da agricultura familiar pelas reformas obtidas nas esferas governamentais.

Portanto, ao longo da história, a agricultura familiar conquista reconhecimentos e prestígios científicos, não somente na academia como também em outros segmentos da sociedade, perante sua forma organizacional atuando diferentemente da lógica capitalista de produção.

De acordo ainda com Neves (2002), podemos discutir que a agricultura familiar, hoje, é reconhecida como sendo uma categoria social com ações políticas nos debates acadêmicos e nas esferas políticas e governamentais, ao qual durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural do país.

Frequentemente usava-se o termo “pequenos produtores rurais” para identificar e caracterizar este segmento, que de acordo com alguns autores poderiam ter seu futuro apontado por sua própria eliminação, abrindo assim, definitivamente novos espaços para a materialização dos processos produtivos no campo pautado na modernização agrícola capitalista.

Contudo, a importância da agricultura familiar vem se afirmando nas últimas décadas ganhando seu espaço principalmente nas ações de políticas públicas, tendo como destaque os

cobertura de serviços, como a pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural. Retirado da obra de: ABRAMOVAY e VEIGA, **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** TEXTO PARA DISCUSSÃO N O 641 Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, abril de 1999.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural. Revisado em: O PRONAF. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>> Acesso em: 30/07/15.

programas de Reforma Agrária, o PRONAF⁸, PROJETO LUMIAR⁹, Programa 9¹⁰ para agricultura familiar da empresa EMBRAPA, dentre outros, levando em consideração de que foi estas iniciativas governamentais que desencadearam ações e apoio a sistematização da agricultura familiar expresso pela forma de produção dentro da unidade familiar.

Autores como Silva (1997) identifica que o contexto rural é um espaço caracterizado hoje como “novo mundo rural” ao qual a agricultura familiar desenvolve múltiplasfunçõesbem como atividades agrícolas e não agrícolas dentro das propriedades familiares de produção, caracterizando-se, assim, como um segmento integral¹¹ ao qual abrange desde aspectos como organização interna de agricultores rurais, comercialização dos produtos excedentes, desde a assimilação entre atividades como o turismo, a pesca e o

⁸ O PRONAF é uma ação governamental ao qual promove investimentos pautados em negociações entre os beneficiários, os poderes municipais, estaduais e a sociedade civil para possibilitar a implantação, ampliação, modernização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, bem como a ampliação e cobertura de serviços, como a pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural. Retirado da obra de: ABRAMOVAY e VEIGA, **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. TEXTO PARA DISCUSSÃO N O 641 Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, abril de 1999.

⁹ PROJETO LUMIAR é um Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Participam do Projeto os agricultores assentados, através de suas organizações (associações, cooperativas, Contag, MST etc); o Incra, através da Diretoria de Assentamento e Superintendências Regionais, a Comissão Estadual Procer/Lumiar; as empresas públicas e privadas e cooperativas prestadoras de serviço de assistência técnica; as Universidades; os Institutos de pesquisas; os bancos oficiais; governos estaduais e municipais e as Ong's. Revisado em: O INCRA E O ASSENTAMENTO. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf Acesso em: 27 de maio de 2015.

¹⁰ Programa 9 para agricultura familiar desenvolvido pela empresa EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), O chamado Programa da Agricultura Familiar, também conhecido como Programa 9, concentrava a maior parte de seus projetos na região Nordeste, o que explica a localização da secretaria geral de sua Comissão Técnica em Petrolina/PE, junto ao Centro Nacional de Pesquisa do Trópico Semi-Árido (CPATSA). EMBRAPA. **Plano de ação estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural**, Brasília: Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1991. EMBRAPA. **Agricultura familiar: uma perspectiva para o futuro, PRONAPA**, Brasília: EMBRAPA, 1999.

¹¹ O termo segmento integral fora utilizado para especificar certa identidade específica, como também as pluriatividades exercidas nas unidades familiares de produção. B)-De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa caracteriza-se como integral 1- “Soma dos valores finitos da diferencial de uma função, entre os limites da variável”; 2- “Inteiro; total; integrante”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa/** Coordenação de Maria Baird Ferreira, Margarida dos Anjos; equipe Elza Tavares Ferreira... [et al]. 3ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Desse modo pode-se ressaltar de que o segmento da agricultura familiar se constitui como integral a partir do momento em que ocorre a conciliação de diferentes atividades e de funções estas que estão associadas entre si, como a presença de atividades agrícolas e não-agrícolas, organização interna de agricultores e produtos comercializáveis, bem como ainda a presença dos aspectos como o turismo, a pesca e o artesanato. SILVA, J. G. da. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**. Belo horizonte, 1997.

artesanato, podendo ser definido e caracterizado como formas de pluriatividades sociais, culturais e econômicas inviabilizada pela agricultura familiar expresso neste “novo mundo rural”.

Neste contexto não podemos afirmar de que o mundo rural juntamente com suas formas específicas de atividades corresponde a um processo novo. O que podemos caracterizar como recente, é o processo de aceleração na produção dos bens de consumo criados com o objetivo de atender as necessidades do mercado consumidor capitalista na contemporaneidade.

Contudo, durante muito tempo no decorrer da história, a agricultura familiar não foi considerada fator relevante para o processo de desenvolvimento rural no campo; comumente usava-se a expressão pequenos produtores para exemplificar e caracterizar esta categoria social, por parecer ter seu destino tomado/marcado por sua eliminação, abrindo espaços, assim, para a empresa agropecuária pautado nos processos de modernização capitalista (NEVES, 2002).

Autores como Silva, (1982) e Fleischfresser, (1988); através de suas experiências durante a década de 1980, propuseram diferentes abordagens e visões pautadas nos trabalhos e estudos teóricos de origem marxistas. Para estes autores a possibilidade de sobrevivência da agricultura familiar no campo era mínima, marcada por sua duplicidade de condição, ou seja, ao mesmo tempo proprietário e trabalhador rural.

O diagnóstico deste segmento social, diferentemente da agricultura patronal, mostrou-se grandes repercussões para diferentes autores e segmentos. Uma parcela dos estudiosos clássicos considerava estes agricultores rurais como proprietários e empresários ao qual objetivava aumentar o seu lucro e margem de produção.

Para outros, significava um segmento caracterizado pela irracionalidade no que diz respeito ao gerenciamento das unidades de produção familiar, o que se resumia tanto pelas condições de atraso tecnológico quanto pelo profundo enraizamento nas tradições culturais. Contudo, Schultz (1995), considerava este segmento social dinâmico e acreditava que a forma de existência do mesmo no campo era pautada no modo de racionalidade do agricultor.

Apesar do reconhecimento da importância da agricultura familiar, o que muitos autores discutem ainda é o problema da diferenciação interna das propriedades rurais, ou seja, a diferença sobre o tamanho dos mesmos. Muitos pesquisadores como Schneider, dentre outros, sugerem o estudo do tamanho das áreas das propriedades como forma criteriosa para diferenciar a agricultura familiar da agricultura patronal¹², bem como outros critérios como: o

¹²A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

grau de uso de mão-de-obra familiar, a forma de auto-consumo (subsistência), relação com os recursos naturais, aspectos culturais, dentre outras formas para se caracterizar a unidade de produção familiar.

Os estudos da FAO/INCRA (1996) traçaram os aspectos que definiam a diferença da agricultura familiar da patronal e, portanto, consideravam-se estabelecimentos familiares aqueles que respondiam aos seguintes atributos: 1)- a direção do trabalho é exercitada pelo produtor; 2)- não existem despesas com empreitada; 3)- área menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões do país.

Contudo, estudos mais recentes publicados por autores da FAO/INCRA propõem ainda uma nova revisão para definir o segmento da agricultura familiar e caracterizam da seguinte forma: 1)- a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor rural; 2)- o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado (GUANZIROLI et al., 2001).

Atualmente podem-se apontar cinco designações para a agricultura familiar, ou seja, uma agricultura não patronal (empresarial). Dentre elas destacam-se: a)-campesinato, pequena produção, agricultura familiar, produção familiar rural e produção familiar coletiva. De fato o Brasil e o Paraguai são os únicos países aos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores rurais são organizados de maneira conjunta.

Existe, hoje, na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, o (CONTAG)¹³, idéias e propostas em se criar no Brasil dois sindicatos opostos para atuar de um lado dos agricultores e outro para assessorar os trabalhadores da agricultura.

Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. Adquirido em: MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/cercas-do-latifundio>> Acesso em: 30/07/15.

¹³ A CONTAG se organiza através de instâncias Consultivas, Deliberativas, Executivas e de Avaliação e Fiscalização. São elas o Conselho Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), Conselho Deliberativo da CONTAG, Direção Executiva da CONTAG, Plenária da CONTAG, Coletivos Nacionais, Comissão de Ética, Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) e Conselho Fiscal.

As ações de massa da CONTAG representam a principal estratégia política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). A CONTAG propõe e negocia políticas públicas, principalmente por meio de ações de massa como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, Festival Nacional da Juventude Rural e Jornada de Luta pela Reforma Agrária. As mobilizações têm caráter reivindicativo, propositivo e de negociação e buscam implantar e consolidar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS. As mobilizações envolvem as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Disponível em: O CONTAG <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>> Acesso em: 30/07/15.

Os trabalhadores da agricultura (assalariados, diaristas, empreiteiros, bóias-frias) são contratados tanto pela agricultura empresarial quanto pela agricultura familiar. Além disso, os conflitos entre estas categorias sociais expressas no campo são explicadas pelo fato de todas elas serem representadas por um mesmo sindicato rural comum.

No entanto, aqui trataremos das categorias sociais que administram as suas terras, ao qual pode ser conduzida tanto pela família bem como ainda administrado pelo sistema coletivo pautado em sistemas de cooperação como a exemplo das comunidades tradicionais, dentre outros (ABE, 2004).

O termo agricultura familiar de acordo com Neves (2002), vai ser caracterizada por novas formas de redemocratização do governo e definidas como categorias sociais expressas no campo. Pode-se ainda salientar, no entanto, de que o segmento da agricultura familiar é: “[...] uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado a construção de novas posições sociais mediante engajamento político [...]” (NEVES, 2002, p. 137).

O que se observa na contemporaneidade, portanto, é a existência de duas vertentes opostas: a agricultura familiar e a agricultura patronal. De fato, o que nos interessa aqui é definir e identificar a agricultura familiar em seus múltiplos aspectos. Podemos concluir de que a agricultura familiar corresponde “[...] toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc.; [...]” (SCHMITZ, 2010, p. 30).

Cabe, portanto, nas concepções ainda de Wanderley (1997), abordar de que a agricultura familiar se caracteriza como sendo um conceito genérico congregando a múltiplas conjunturas específicas e particulares. Desse modo, pode-se salientar de que alguns atributos qualitativos encontrados no campesinato podem também de certa forma caracterizar a agricultura familiar.

Nas teorias mais recentes de autores como Schneider (2009), nos esclarece de que as diversas formas sociais que são atualmente atribuídas e correlacionadas com a agricultura familiar, em outras épocas contemplavam-se outras atribuições e seus significados de acordo com cada contexto regional e as formações sociais que iam se configurando espacialmente.

De fato, a grande preocupação recente em se reconhecer a importância da agricultura familiar na atualidade deve-se, portanto, a movimentos de cunho político, social e intelectual presentes nas esferas governamentais. É a partir da década de 90 que se “[...] avançam os estudos e pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da

articulação das dimensões do trabalho, gestão e propriedade familiar”. (SCHNEIDER, 2009, p. 09).

De fato, estas distintas situações colocadas por diferentes autores têm gerado certas inseguranças e incertezas conceituais, decorrentes muitas das vezes pela dificuldade de esclarecimentos a respeito desta temática. É oportuno destacar de que no Brasil, a falta de entendimento sobre este aspecto não se limita apenas as esferas acadêmicas, vale esclarecer que tanto os movimentos sociais organizados quanto as esferas políticas/administrativos deste país, encontram-se em constante dificuldade de entendimento desta questão.

Portanto, no Brasil, as discussões acerca da agricultura familiar se caracterizam como um processo recente; não contemplando conceitos estruturados e definidos. No entanto, o que é relevante aqui não são as diversas interpretações e definições que este fenômeno vem perpassando, mas, o grande reconhecimento da importância da agricultura familiar e dos pontos correlacionados com a mesma, como as pluriatividades desenvolvidas dentro das propriedades familiares de produção.

Recentemente, estudos específicos sobre a pluriatividade econômica desenvolvida nas propriedades familiares revelam que o espaço rural contempla novas dimensões sociais, culturais e econômicas, refletindo grandes contribuições e importância na configuração da estrutura agrária do País. Como evidencia Schneider (2009);

É preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais, das estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos processos de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política. (SCHNEIDER, 2009, p. 11).

Concluindo, o breve recorte histórico e conceitual da agricultura familiar no Brasil não pode desprezar duas características importantes: a multifuncionalidade e a pluriatividade, que representam dois conceitos mais contemporâneos da geografia agrária.

2.2.MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS TEÓRICOS.

A terminologia multifuncionalidade atribuída ao meio rural tem sua origem no início da década de 1990 na apresentação do CNUMAD (Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). O termo multifuncionalidade também foi amplamente debatido durante a Conferência Mundial da Rio Earth Summit no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, aos quais representantes de diversos países discutiam assuntos pertinentes ao chamado desenvolvimento sustentável. (SOARES, 2000/2001).

Contudo, com a nova declaração e documento estabelecido pela Agenda 21¹⁴, foi compreendido de que a agricultura caracterizada como “multidimensional” era apreendida como sendo uma atividade que cumpri seus objetivos tradicionais de produção de alimentos, respeitando e conservando o meio ambiente, os recursos naturais e a biodiversidade, como a preservação da qualidade do ar e das águas, bem como ainda dos solos, da fauna e da flora, promovendo, assim, o desenvolvimento de comunidades tradicionais Indígenas, Quilombolas, Cipozeiros, Ribeirinhos, dentre outros, valorizando, assim, o meio rural e suas respectivas paisagens (DEVRIES, 2000).

No entanto, de acordo com o autor Sabourin (2008) a noção de multifuncionalidade na agricultura foi caracterizada a partir da conferência da CNUMAD, promovendo grandes objetivos e complexo reconhecimento por parte dos governos e da sociedade civil organizada, promovendo, deste modo, interesses públicos sobre as funções econômicas, ambientais, ecológicas e socioculturais desempenhadas pela agricultura familiar.

Ainda podemos salientar de acordo com o autor que “a defesa de uma agricultura multidimensional leva precisamente a valorizar, preservar e tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral associadas à produção agrícola”. (SABOURIN, 2008, p.58).

Como ainda esclarece Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade na agricultura no contexto rural vem adquirindo importância e legitimidade social propondo, de tal modo, uma

¹⁴A Agenda 21 pode aqui ser entendida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades mais sustentáveis, em diferentes bases e localidades geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 18 de junho de 2015.

multifuncionalidade aplicada às análises e estudos do meio rural brasileiro na atualidade. De fato a aplicação da noção e idéia de multifuncionalidade não cabe, portanto, a outras formas de agricultura a não ser a familiar, que mantém múltiplas atividades no campo promovendo e valorizando as biodiversidades existentes como um todo. (CAZELLA et. al. 2009). Podemos ressaltar ainda de que:

Multifuncionalidade não significa apenas uma mudança no sistema de suporte aos agricultores, mas requer uma mudança fundamental nas práticas cotidianas dos estabelecimentos, uma mudança nas relações entre agricultores e outros atores, o desenvolvimento de novos sistemas de comercialização e de cooperação, permitindo a remuneração pelas contribuições de caráter público. (HUYLENBROECK e DURAND, 2003 p.12).

Contudo, podemos dizer que os debates, questões e teorias acerca da noção de multifuncionalidade como forma de valorização dos diferentes aspectos presentes no meio rural começaram na França e se difundiram mais tarde em outros países. A partir de então este conceito ganhou força e legitimidade oferecendo base de estudos e pesquisas em outros países, inclusive no Brasil.

De fato, a noção de multifuncionalidade no contexto nacional deve abordar precisamente os aspectos ambientais, territoriais, sociais, econômicos e culturais aos quais são envolvidos ainda na produção agrícola. (SCHNEIDER, 2009).

Abramovay (1998) destaca que a multifuncionalidade presente na agricultura é profundamente atrelado à noção da categoria de análise território, podendo este ser compreendido como um espaço de múltiplas ações de poderes materializado em uma determinada porção geográfica se constituindo através de ações econômicas, sociais e culturais em sua integridade.

De certo modo, sendo um espaço socialmente e culturalmente construído, o território ainda se define através de uma identidade histórica vinculada aos fluxos econômicos, políticos e institucionais. A partir desta concepção podemos valorizar e apreender de que o território abrange complexas relações sociais de poder entre indivíduos e instituições, se tornando uma categoria de análise geográfica múltipla e dinâmica. Pode-se concluir ainda de que:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do

patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO e MALUF, 2003, p. 19).

No entanto, a multifuncionalidade se faz presente na agricultura familiar, permitindo as famílias rurais promover uma nova dinâmica de reprodução social, cultural e econômica no território onde se encontram. As múltiplas funções exercidas na agricultura familiar se contemplam através de um conjunto de atividades no qual a agricultura permanece como atividade central definindo e caracterizando um território. É a partir dos diversos conjuntos de atividades agrícolas e não-agrícolas é que se podem caracterizar as múltiplas funções atribuídas e anexas à agricultura. (CAZELLA et al., 2009).

Contudo, Gaviollie Costa (2011) salientam que a multifuncionalidade ainda promove a valorização de atividades e funções de caráter não mercantis que estão associadas à agricultura, como é o caso da manutenção da paisagem, da biodiversidade, conservação dos solos e das águas sobre um determinado território.

Entretanto, podemos ressaltar que estas funções ainda vão estar articuladas ao conceito de pluriatividade econômica e se definem como atividades não-agrícolas presentes na agricultura como forma de complementação da renda das famílias rurais, seja na agroindústria, no artesanato, nas indústrias têxteis e/ou no turismo, dentre outros.

Na perspectiva da concepção de multifuncionalidade, o que se considera ainda, é que as atividades e funções não agrícolas estão constantemente articuladas com as dimensões ambientais e sócio/culturais presentes na agricultura. De fato, para alguns autores a utilização da terminologia multifuncionalidade na agricultura só é válido quando se considera um sistema articulado com as atividades das famílias rurais.

A multifuncionalidade na agricultura presente nas propriedades familiares contempla um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas podendo ser remuneradas ou não, possuindo, deste modo, um caráter econômico, ambiental e social com o objetivo de assegurar a reprodução sócio/cultural e econômica das famílias no campo, expressando, assim, suas diversas formas de territorialidades.

Contudo, os sistemas de atividades presentes nas unidades familiares de produção são organizados internamente e possui normas coletivas de uso dos recursos em comum tendo o território como palco e processo dessas respectivas atividades e funções. Deste modo, o que importa é que os territórios ainda são gradualmente construídos e reconstruídos, alcançando, assim, os objetivos coletivos das famílias no contexto rural (CAZELLA et al, 2009).

Podemos ressaltar ainda de que a multifuncionalidade na agricultura familiar expressa no meio rural, permite a definição e caracterização de um território particular. Portanto, a multifuncionalidade na agricultura vai estar relacionada ao conceito de território, podendo, assim, ser compreendido como um espaço preenchido por elementos sociais, econômicos, ecológicos, ambientais e culturais complexo, integrados e materializados em uma porção do espaço geograficamente localizado (ABRAMOVAY, 1998/1999).

De acordo com Bonnal e Maluf (2009), a análise entre a multifuncionalidade e o território, propõe questões acerca das múltiplas atividades da agricultura desenvolvidas pelas famílias no campo, não esquecendo de que estas manifestações são exercidas sobre o âmbito do território, mediadas pelas dinâmicas sociais, institucionais e econômicas. De fato, a idéia de multifuncionalidade na agricultura promove o reconhecimento, a valorização do saberes, bem como a abertura de novas políticas de apoio e promoção de múltiplas funções acerca da agricultura familiar, como a exemplo da produção da maioria de nossos alimentos.

Podemos concluir, contudo, de que a noção de multifuncionalidade no meio rural pode ser atribuída e definida como um “novo olhar” acerca da agricultura familiar, permitindo analisar a interação das famílias com o território ao qual estão inseridos, promovendo novas dinâmicas territoriais de reprodução social, cultural e econômica considerando o modo de vida de agricultores (as) e sua total integridade com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio territorial e identitário.

Para tanto, se torna imprudente o uso da noção de multifuncionalidade sem considerar o território como parte integrante e de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades das famílias no campo. As múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar estão inseridas no âmbito de um sistema de atividades materializadas e territorializadas, ao qual a agricultura se torna a atividade central, delineando e definindo o território (SCHNEIDER, 2009).

Contudo, pode-se afirmar de acordo com alguns autores que a pluriatividade econômica¹⁵ no meio rural promovem múltiplas funções exercidas na agricultura familiar. Dessa forma, podemos considerar a pluriatividade como sendo um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas remuneradas ao qual podem ser realizadas dentro ou fora do

¹⁵ De acordo com a obra de Schneider (2009), a pluriatividade econômica na agricultura familiar se trata de uma característica historicamente construída e apresenta-se na essência dos seus sistemas de produção. Ao longo das últimas quatro décadas as famílias rurais construíram dinâmicas diferenciadas para se manterem em seus estabelecimentos, fazendo frente ao modelo de produção estabelecido pela chamada agricultura moderna. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Extraído de SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade da agricultura familiar** – 2ª. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

estabelecimento familiar. (SCHNEIDER, 2009). Vale reforçar a idéia de acordo ainda com Anjos (2001) de que:

[...] a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (incluindo o setor de serviços), são realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção, admitindo-a como um fator positivo para a diversificação das economias e para o desenvolvimento das regiões rurais (ANJOS, 2001, p. 55).

Analisando as concepções de Lacerda e Moruzzi Marques (2008), a pluriatividade e a multifuncionalidade são dois conceitos conjuntos que se correspondem, configurando diversos aspectos dentro da análise da agricultura familiar. É neste sentido de valorização das múltiplas funções desempenhadas na agricultura familiar é que a multifuncionalidade pode ser compreendida como um fator determinante para as análises das novas dinâmicas sócio/culturais, territoriais e econômicas do meio rural.

Neste sentido o termo pluriatividade também irá se caracterizar como novas funções econômicas atribuídas ao contexto rural, que de fato, mantêm atividades de caráter não-agrícola como meio de geração de renda complementar e asseguarção doméstica para as unidades de produções familiares (MAIA et al., 2009). De fato, pesquisas e estudos acerca da questão da pluriatividade econômica revelam que as atividades de caráter agrícola e não-agrícola se dão e se caracterizam das mais diversas formas no mundo rural. Observamos, portanto, as formas de pluriatividade ocorrendo de diversas maneiras no mercado de trabalho, que de acordo ainda com Schneider (2001), vão ocorrer nos setores têxteis, fábricas calçadistas, frigoríficos, dentre outros.

A pluriatividade econômica também ocorre em empregos de setores públicos, serviços e comércios, bem como ainda nas atividades de origem agropecuária e agro-industrialização familiar, dentre outros. (AMORIM e STADUTO, 2008; OLIVEIRA, 2009). Há de se considerar também atividades e funções pluriativas voltadas para os serviços turísticos dentro dos estabelecimentos familiares de produção, como a exemplo da conservação dos solos e das águas para a manutenção de pousadas e restaurantes e práticas de atividades como cavalgadas e ciclismo, dentre outros. (AMBRÓSIO, 2008).

De acordo com alguns autores como Anjos e Caldas (2007) a terminologia pluriatividade remonta-se a uma série de circunstâncias sociais, econômicas e culturais, bem como um conjunto de estratégias adotadas pelas famílias, caracterizando, assim, um novo mundo rural na contemporaneidade.

Podemos ainda identificar de acordo com Schneider (2001) e Perondi (2007), de que existem cinco tipos de pluriatividade. São elas: a)- a pluriatividade “intersectorial” quando se trata da articulação da agricultura com demais setores econômicos como a exemplo da indústria e do comércio; b)- a pluriatividade de “base agrária” quando existem de fato serviços e atividades de funções não-agrícolas, refletindo na contratação de trabalhadores para exercerem atividades na agroindústria; c)- a pluriatividade “sazonal” ou “informal” quando se identifica a precariedade da venda de força de trabalho presentes quase sempre nas atividades e funções agrícolas; d)- a pluriatividade “para-agrícola” quando há atividades e funções na parte do beneficiamento e processamento da produção agrícola, presentes tanto dentro quanto fora dos estabelecimentos familiares, de fato, quase sempre na maioria das vezes destinados a comercialização de seus produtos e; e)- a pluriatividade “tradicional” que se explica pela produção fundamentada no autoconsumo familiar ao qual ocorrem dentro da propriedade, partindo da premissa da combinação de diferentes atividades de produção, transformação e artesanato. Vale salientar, portanto, de que:

[...] pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas idéias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural (LACERDA e MORUZZI MARQUES, 2008, p. 13).

Contudo, conclui-se que alguns autores relatam de que a MFA (MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR) se caracteriza pelo suporte de atividades e funções que permeiam os aspectos sociais e ambientais dos territórios rurais. No entanto, a pluriatividade existente no meio rural vai se traduzir ainda através de diferentes estratégias econômicas, sociais e culturais adotadas pelos produtores familiares para permanecer na terra.

Logo, podemos ainda ressaltar que as estratégias de reprodução nas unidades familiares se caracterizam também pelas circunstâncias sociais, culturais, econômicas e políticas, mas, de fato a pluriatividade não se resumirá a uma ruptura das lógicas produtivas, da concentração fundiária nem tampouco das degradações ambientais e da exclusão social.

Contudo, perante a perspectiva da multifuncionalidade, podemos concluir de que a agricultura exercida dentro dos estabelecimentos familiares promove estratégias de reprodução econômica para a resistência e permanência destas famílias no campo, contemplando atividades como a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, bem como

a confecção de fibras, artesanato, serviços turísticos dentre outras funções de caráter não agrícola presentes nas unidades de produção familiar.

2.3. CAMPESINATO, UNIDADES DE PRODUÇÃO E ELEMENTOS DA ECONOMIA FAMILIAR CAMPONESA: UMA BREVE ANÁLISE.

Para muitos autores o campesinato, hoje, se identifica como um segmento social caracterizado através das suas expressividades políticas de modo contraditório ao modo de produção capitalista vigente, ao qual é pautado no valor de mercado e, sobretudo movido pelo processo de acumulação.

No entanto, de acordo com Marques (2002) o campesinato na atualidade pode ser caracterizado como um segmento que possui suas diversas formas organizacionais de existência pautada na produção para a subsistência das famílias, com sua total produtividade expressando valores de uso.

No Brasil, de fato, o campesinato vai se definir e caracterizar pela força de trabalho familiar, e a forma com a qual se articulam com o mercado capitalista, levando sempre em consideração às singularidades vinculadas a totalidade e a dinâmica de reprodução. Admite-se considerar ainda de acordo com Marques (2002) de que:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso à terra [...]. Porém, na década de 70, o conceito de pequena produção passa a ser usado como alternativa ao de camponês por seu caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. (MARQUES, 2002, p. 03).

De fato, ainda podemos destacar de que a relação do campesinato com o mercado consumidor ocorre de forma diferente quando comparado com os demais produtores do mundo capitalista. Isto acontece devido à diversidade e especificidade no modo de produzir do camponês, pois mesmo que seus produtos excedentes sejam destinados ao mercado, o campesinato se traduz pela garantia de melhores condições de vida e de reprodução de suas famílias no campo. Además é relevante ainda ressaltarmos de que:

A classificação do quão o camponês está ou não vinculado ao mercado para deixar de sê-lo (camponês) não tem sido teórico, pois não explica. Ou seja, o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, como afirmado anteriormente, vinculado ao mercado ele sempre esteve. [...] Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado – sabemos que o

mercado sempre fez parte da vida camponesa – esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e o objetivo da vida. (SOUZA, 2008, p. 125).

Contudo, os camponeses expressam e materializam suas lutas através de categorias de ações políticas, defendendo seus direitos, sua identidade, suas culturas e valores. A organização social do campesinato ocorre de diversas formas dentro da unidade de produção, ao qual os diferencia dos demais trabalhadores, pois atuam sob os princípios da força de trabalho familiar para satisfazer as necessidades básicas das famílias, bem como a preservação e manutenção dos seus meios de produção e da biodiversidade. Porém, para muitos autores o campesinato de certa forma deve ser considerado e analisado de acordo com o contexto e o período histórico em que lhe é atribuído e da sociedade em que se encontram.

La unidad domestica se caracteriza por una casi total integracion de la vida de la familia y su exploración agrícola. La familia suministra el trabajo necesario mientras que las actividades se orientan, principalmente, a la producción suficiente para satisfacer sus necesidades básicas e los tributos impuestos por los poseedores del poder económico y político (SHANIN, 1983, p. 54).

Podemos ainda vislumbrar alguns trabalhos sobre os camponeses nos estudos de grandes nomes como as literaturas de Teodor Shanin, Rosemeire Aparecida de Almeida, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Marques, Alexandrina Luz Conceição, Suzane Tosta Souza, Antonio Tomaz Junior, Guiomar Germani, Eliane Tomiasi Paulino, dentre tantos outros autores que se dedicam aos estudos e perspectivas da questão camponesa.

Chayanov (1985) em sua obra “La organización de la unidad económica campesina”, relata a forma diversificada de produção e organização social, cultural e econômica das unidades familiares camponesas. Buscou explicar as diferentes formas pela qual a unidade de produção camponesa conseguia o seu equilíbrio interno, se orientando pela força de trabalho e o autoconsumo familiar.

Chayanov ainda propôs entender a mobilidade e a dinâmica social, cultural e econômica a partir da lógica de produção camponesa. O mesmo autor não concordou com a possibilidade do desaparecimento do campesinato para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, não reproduziu a ideia de que as relações mercantis e capitalistas acarretariam no desaparecimento total do campesinato.

De certo modo para o autor a realidade seria dinâmica e entendia de que a forma de existência do campesinato se tornaria uma peça importante em um determinado período histórico, pois, no entanto, Chayanov considerava o campesinato como uma forma de existência social viabilizado por um modo de produzir específico, ao qual se tornaria um ser capaz de se adaptar a diferentes realidades.

A ideia da introdução do camponês no mercado de trabalho expressa uma das formas de manutenção da condição de existência camponesa, pois o mesmo não se fundamenta na lógica de produção capitalista e na obtenção de lucro, mas sim, na lógica de reprodução do modo de vida das famílias. Ocorrem ainda segundo alguns autores de que a família camponesa exercia, tanto no capitalismo como no socialismo, um papel fundamental de garantir e ofertar produtos agropecuários a preços menores se comparado ao das grandes empresas, pois de fato, o camponês não exigia, para manter-se em suas atividades, a obtenção da taxa média de lucro (ABRAMOVAY, 1998^a).

No entanto, mesmo quando os camponeses constituem uma relação com o mercado capitalista, não se pode considerar o fim de sua existência, mas sim, como estratégia esta de reprodução de vida e de trabalho, mesmo que os preços dos produtos sejam instituídos e definidos pelo mercado. De fato, o campesinato nunca perdeu sua autonomia de produção, promovendo, assim, a manutenção de suas culturas de subsistência, valores e organização interna familiar. (CHAYANOV, 1985). Podemos destacar ainda de que:

[...] o balanço entre a quantidade de esforço físico e mental a ser empregada na atividade produtiva e os rendimentos obtidos para assegurar sua reprodução social e manutenção do patrimônio produtivo parte dele é destinada a ele. No caso da empresa capitalista, a realização do trabalho e a posse dos meios de produção não são capacidades do mesmo indivíduo e a decisão produtiva sempre cabe ao proprietário da empresa capitalista. (NETO, 2013, p, 18-19).

Shanin (1980) enfatiza alguns elementos para a existência de um ideal camponês: a)- a propriedade rural familiar é a unidade de produção para a organização social, cultural e econômica; b)- trabalho familiar; c)- a agricultura é a principal atividade significando ganhos e fonte de renda. De fato, avaliando cada elemento e o período histórico ao qual se encontram, se considera importante e primordial para a manutenção da existência do campesinato, a autonomia de produção e o trabalho exercido pela família.

Autores como Abramovay (1992) também ressalta de que os camponeses podem ser definidos e caracterizados como classes sociais com suas culturas parciais, articulados e

integrados parcialmente ao mercado, possuindo, assim, aspectos sociais e modos de vida individualizados.

A permanência da produção e do modo de vida camponês é recriada a partir das condições em que os mesmos se encontram, a possibilidade de recriação e existência do campesinato é real e concreto e suas lutas ainda resultam das contradições das relações capitalistas expressos no campo. Estes sujeitos sociais constroem e reconstróem seu território, sendo esse território não apenas espaço de reprodução econômica, mas também lugar de reprodução da vida.

No Brasil, os camponeses se definem, sobretudo pelas relações de produção e a economia camponesa caracteriza-se pelo trabalho familiar, pela produção de subsistência e pelo controle da terra e dos meios de produção, diferenciando-se, assim, do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1991). Podemos ver alguns exemplos (**Figura 01**) da condição camponesa na imagem a seguir.

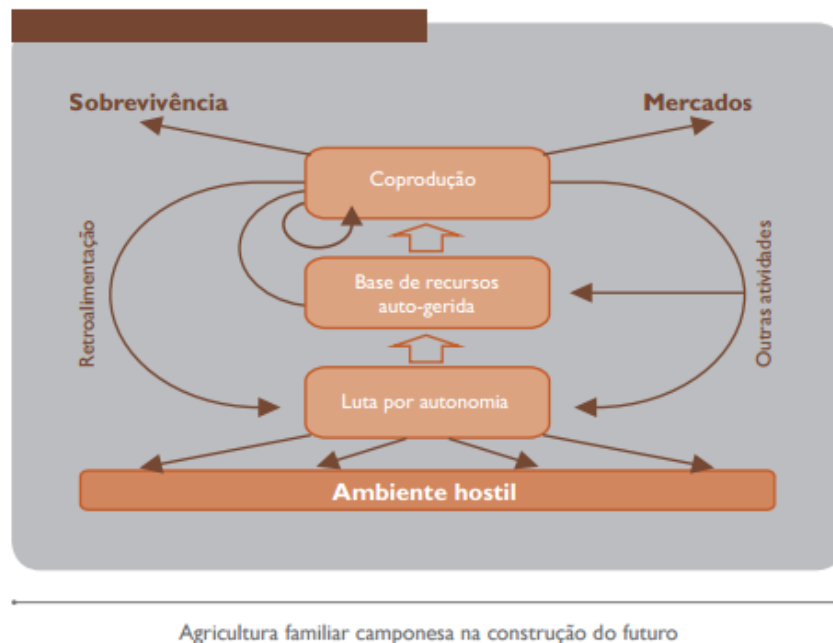


Figura 01: Modo de produção camponês.

Fonte: PETERSEN, P. (2009).

Com ressalta Almeida e Paulino (2010) a terra na condição camponesa se caracteriza como um espaço de produção econômica, social e cultural, mas, também como território de reprodução da vida. O processo de resistência, de luta e permanência na terra retratam as inúmeras tentativas de enfrentamento aos projetos hegemônicos do sistema capitalista de produção (monopolização da produção e territorialização do capital). A diferença entre o

sistema capitalista de produção das unidades de produção camponesas está na lógica interna de exploração e organização do trabalho.

Para entender a lógica camponesa, vamos partir do entendimento de Marx (1973), quando cita o cálculo camponês. A fórmula empregada por Marx seria a troca comercial, M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), onde o camponês produz para trocar por dinheiro para assim adquirir demais produtos. Resumindo a mercadoria será sempre trocada por outra mercadoria (produtos) no modo de produção camponesa, onde, de fato, a moeda representará apenas um mecanismo e instrumento de troca por mais produtos a serem adquiridos. De certo modo a produção econômica dentro da unidade de produção camponesa servirá para garantir a sobrevivência dos grupos familiares no campo. Ressaltamos ainda de acordo com Oliveira (1986, p. 68) que:

No trabalho camponês, uma parte da produção camponesa entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, e comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas formulas: D-M-D na sua versão simples, D-M-D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte formula: M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias a satisfação de necessidades.

Podemos destacar que a terra e as atividades desenvolvidas nela como a produção para o sustento familiar e reprodução da vida, é uma das formas de organização social, cultural e econômica do camponês. De fato, para que esta reprodução ocorra é necessária à garantia da força de trabalho familiar. Para o camponês a terra é o espaço da reprodução da vida, espaço do trabalho coletivo e um meio essencial de produção ao qual permite sua realização material, ou seja; a terra é a base e alicerce territorial para a garantia e manutenção da existência social, não se restringindo apenas ao mundo das mercadorias (MARTINS, 1986). Contudo, pode-se destacar de que:

O campesinato é uma classe social [...] que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980 apud MARQUES, 2000, p.01).

Diante disso, podemos evidenciar de que os camponeses estão inseridos no modo de produção capitalista, mas ao mesmo tempo em que são inerentes, são contraditórios a este processo. Os camponeses, de fato, unificam suas técnicas de produção, embora também produzam para atender ao mercado, mas se diferenciam por possuírem o controle dos meios de produção, pois a lógica interna de produção é diferenciada e o trabalho é o de cunho familiar.

De fato, atualmente a terminologia campesinato esta vinculada a uma determinada ação política/ideológica, atuando de uma forma oposta a idéia de latifúndio. O campesinato, assim como em outros momentos da história, permanece, hoje, no Brasil como uma bandeira direcionada a atuações políticas, como a exemplo disso podemos mencionar o esforço que se tem em se criar um Plano Camponês, mediante a cooperação dos pequenos agricultores juntamente ao movimento da Via Campesina¹⁶.

Os conceitos de campesinato, pequena produção e agricultura familiar, originaram-se de maneira cronológica ao longo do tempo, sendo assim, cada uma adaptada a diferentes modelos de desenvolvimento que existiram no decorrer da história da sociedade. Pode-se, de fato, abordar estes conceitos contemplando os seguintes aspetos: 1)- como conceito político, 2)- como categoria social.

Como salienta ainda Moraes (1998), o campesinato, a pequena produção e a agricultura familiar, todos em algum momento da história da sociedade eram conceitos que empregava ações e aspectos políticos. Pode-se dizer de que o campesinato, como sendo uma categoria social assumiu sua total constituição no Brasil a partir da década de 50, onde se:

[...] incorporou a diversidade das populações agrárias não-patrimonialistas e nem proletárias, conquistou-se hegemonia na análise destas populações e dá unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso a terra e tomando corpo como uma identidade política, fundamental as lutas agrárias neste contexto [...] (MORAES, 1998, p. 123).

Contudo, ao decorrer das análises podemos destacar ainda que para o autor Wanderley (1997) o campesinato pode ser caracterizado, hoje, como um segmento da agricultura familiar. De acordo ainda com o autor, o campesinato tradicional é definido como uma forma integral e

¹⁶De acordo com Desmarais (2003), a Via Campesina, hoje, se caracteriza como um dos movimentos sociais mundialistas mais relevantes na história das sociedades rurais e se constitui através da rede transnacional de movimentos sociais que data desde 1992, contemplando respaldos e abrangência global. Este movimento social ocupa papel significativo desde 1996, com a Assembleia Global de Segurança Alimentar (AGFA), que fora realizada pela Fao. DESMARAIS, A. A. **The Via Campesina: peasants resisting globalization**. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Geography: University of Calgary, Alberta, 2003. Para mais informações acessar fonte: <<http://viacampesina.org/en/>>

particular da agricultura familiar. No entanto podemos concluir de que há uma correlação existente entre agricultura camponesa e agricultura familiar.

No entanto, autores como Wanderley (1998b) afirma haver paralelamente algumas diferenciações entre a forma de existência camponesa e a atual forma de produção na agricultura familiar. Aponta de que a imposição de uma base avançada tecnológica, a dependência do crédito bancário, a fragilidade do acesso a terra e a vinculação e oferta de produtos ao mercado, unificam a unidade de produção familiar ao processo hegemônico de acumulação capitalista, diferenciando da forma de vida e produção camponesa.

Contudo, sobre as atuais unidades de produção familiar podemos dizer de forma geral, de que os agricultores familiares significam, hoje, um segmento social advindo e sucedido da forma de existência camponesa que, carecido de sua evolução histórica mundialmente, suas práticas de produção se assemelha e aproxima das atividades ligadas a lógica campesina.

Porém, a agricultura familiar e os agricultores rurais, hoje, se caracterizam como um segmento social integrado ao mercado possuindo grande potencial para avanços técnicos de produção, pois, “[...] aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127).

Pode-se ainda, de acordo com demais obras e autores, identificar cinco elementos que caracterizam uma sociedade camponesa: a)- autonomia no modo de produção perante a sociedade em geral, b)- a importância da base e estrutura do grupo, c)- presença de um sistema econômico pautado na autarquia, c)- uma sociedade repleta de inter-relacionamentos, ao qual pode-se estabelecer uma relação entre a sociedade local e a sociedade como um todo (MENDRAS, 1976 e LAMARCHE, 1993).

Sidersky (1990) e Romeiro (1998); ao abordar a unidade de produção camponesa, ressalta três características fundamentais para caracterizar e definir a unidade de produção camponesa: a)- ter acesso aos meios de produção, dentre eles, a terra, b)- possuir aspecto familiar no modo de produção, bem como ainda ter relação com o mercado. Contudo, autores como Wanderley (1996), sustentam a base de que o campesinato não tenderia a se desaparecer, pois dados analisados no mundo e principalmente no Brasil, identificam ainda processos de resistência existentes em unidades de produção familiar.

Assim, pode-se ainda discutir de que o camponês se caracteriza como sendo um segmento social, na forma de trabalhador que se auto-determina através da intensidade e do tempo de jornada de seu trabalho, ou seja, o camponês que trabalha na unidade de produção familiar possui autonomia suficiente para determinar o quanto precisa trabalhar a fim de proporcionar a renda necessária para o sustento do grupo familiar. (CHAYANOV, 1974).

Portanto, é interessante destacar de acordo com Jollivet (2001) que de maneira nenhuma a agricultura camponesa deve ser compreendida como intrinsecamente atrasada. A agricultura camponesa não significa um impedimento para o desenvolvimento e a mudança, mas, pode ser entendida como um excelente ponto de partida. Do mesmo modo, é conveniente destacar que:

Uma característica importante é o saber tradicional, também conhecido como saber autóctone ou saber popular. Assim, o campesinato tem uma cultura própria, que se refere a uma tradição sócio/cultural, dentre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local [...] O camponês não pode ser identificado simplesmente a uma agricultura de subsistência. Sempre foi uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo. Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia de consumo – é de fundamental importância para a constituição do que estamos aqui especificando de patrimônio sócio/cultural do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 1997, p, 27).

Portanto, vale ainda ressaltar de que a terminologia campesinato é substituída a partir dos anos 70, pelo conceito de pequeno produtor. A expressão pequena produção vai estar intimamente ligada a grandes transformações nas políticas de estado, como foi o caso da ditadura militar. Durante esse período foi criada a EMBRAPA e novas formas de transferência tecnológica foi trazida para o Brasil, abrindo portas para o processo de modernização conservadora que se configurava no modelo de desenvolvimento que se estabelecia naquele período (SCHMITZ, 2001a).

Contudo, a pequena e grande produção é marcada e separada pela média produção, neste modelo o que se empregava era o tamanho da área, embora todas as categorias sociais no contexto rural eram caracterizadas e definidas como produtores; este período da história fora caracterizado como um momento de grandes efetivações de políticas públicas desencadeadas pelos programas governamentais para o incentivo a produção no meio rural para ambos os lados.

Contudo, é imprescindível salientar de que a categoria de análise “território” ganha legitimidade e reconhecimento de sua fundamental importância no âmbito da ciência geográfica brasileira como um conceito chave para explicar e compreender algumas realidades rurais, principalmente quando nos debruçamos a entender os estudos marxistas ao qual o território passa a ser apreendido e entendido como palco de intensos conflitos sociais e espaços de disputas. (OLIVEIRA, 1999).

Contudo, se por um lado a questão da renda da terra fora equacionada pelo sistema capitalista de produção, por outro a questão camponesa não pode ser compreendida da mesma forma. De fato, a resistência, permanência e recriação do campesinato no campo, produziram grandes repercussões e debates que tem repercutido até mesmo nos dias atuais. É válido ainda ressaltar que:

[...] Compreender como a economia camponesa vincula-se a economia capitalista nos faz recorrer ao conceito de monopolização do território pelo capital e, portanto, ao debate da sujeição da renda camponesa. Situações a produzir disputas territoriais que se fazem tanto pela terra como para nela permanecer. Fato este que tem colocado camponeses e capitalistas em campos distintos [...]. (ALMEIDA E PAULINO, 2010, p. 15-16).

Na atualidade a compreensão da existência e permanência do campesinato no campo contempla grandes embates acerca da questão *terra e do território* inserido no modelo de produção capitalista. De fato, não se torna admissível compreender a questão do campesinato sem ao menos recorrermos aos debates e questões acerca da *terra e do território* na contemporaneidade, pois a terra se transforma em território no contexto capitalista, ocasionando assim, grandes conflitos de classes sociais e disputas territoriais.

Entretanto, a questão da *terra* no capitalismo, ainda continua sendo paulatinamente motivo de grandes mortes e conflitos intensos no campo neste cenário urbano/industrial com grande capacitação tecnológica e modernização agrícola. Vale destacar, no entanto, a existência de dois atores sociais; de um lado aqueles que utilizam a terra para concentrar capital e aumentar a margem de lucro e; de outro a classe daqueles que usam a terra como meio de vida, trabalho e subsistência familiar. O resultado, sem dúvida tem sido um *território* de intensos conflitos e disputas. (ALMEIDA E PAULINO, 2010).

II. O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE: UM ARCABOUÇO CONCEITUAL IMPORTANTE NA COMPREENSÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Este Capítulo apresenta noções teóricas e conceituais básicas acerca do território e territorialidade para o entendimento da questão quilombola aplicada a análise e compreensão nos estudos sobre comunidades remanescentes de quilombo na atualidade ao qual se torna o campo social da investigação. O caminho textual inicia pelas concepções iniciais do conceito território, perpassando pelas dimensões políticas e sociais de poder, apropriação e conceitos correlatos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização. Finaliza-se o Capítulo abordando a territorialidade como um conceito central para a análise e investigação dos processos de resistência afinados a sua própria existência e particularidades.

3.1. TERRITÓRIO: ANÁLISE E CONCEITOS TEÓRICOS

A expressão aqui concebida “território”, de acordo com o autor Haesbaert (1997), é proveniente do latim “territorium” que é derivado de terra. Na geografia este conceito aparecerá com ênfase nos debates e discussões a partir do final da década de 1970 em grandes obras e teorias. Haesbaert (2006) por meio da Geografia Crítica nos remete a importância e a grande necessidade de uma nova discussão filosófica acerca da abordagem do conceito de território. Em outras épocas precedentes, a categoria de análise território assumiu distintas formas de entendimento e análise e se expressou com outros conceitos (DEMATTEIS et al, 2008).

[...] Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Há três análises para o entendimento do conceito de território: a)- jurídico/política, ao qual é definido por formas de controle de poder, como é o caso da esfera estatal; b)- a cultural(ista) tratada como sendo produto da apropriação resultante do imaginário, ou seja,

uma identidade social sobre determinados espaços; c)- a economia – marcada pelo processo de desterritorialização como produto entre confrontos entre as classes sociais e da intrínseca “relação capital/trabalho” (HAESBAERT, 1997).

Contudo, podemos salientar de que o território, em qualquer acepção, significa poder, mas não apenas poder no sentido clássico (poder político) de dominação. O território também se caracteriza em ações de poder no sentido implícito e simbólico de apropriação do espaço onde os sujeitos se encontram. Como exemplo desta análise das distintas formas de reprodução do território, podemos reforçar a afirmação de que:

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 21).

No entanto pode-se ressaltar de que o território se caracteriza segundo Haesbaert (2004) como um *continuum* e palco das distintas relações de poder e apresenta-se como uma moeda de duas facetas: de um lado contendo ações de dominação de todos os espaços e sociedades (político/econômico) e de outro, relações de apropriação de um determinado espaço/sociedade (cultural/simbólica). De fato, o que se assiste, hoje, é uma sociedade conduzida pela dinâmica capitalista de produção e acumulação ao qual o poder de dominação (político/econômico) prevalece sobre as relações de apropriação (cultural/simbólico) de determinados espaços, transformando-os sempre em mercadoria. (HAESBAERT, 2007).

De fato, com as concepções descritas por alguns autores, deve-se de início distinguir os diferentes territórios envolvidos de acordo com os atores sociais que os constroem, seja o Estado, indivíduos, empresas e/ou instituições, dentre outros. Os objetivos para atingir o controle sobre diferentes espaços e sociedades variam com a chamada cultura espacial e a área geográfica que estão inseridos, pois como abordava Sack (1986) se controla uma determinada área geográfica ou constrói um determinado território visando sempre alcançar, influenciar e/ou dominar pessoas e diferentes espaços.

Podemos em síntese de acordo com Haesbaert (2007) exemplificar as distintas formas ao qual o território coexiste, são eles: a)-Território de dominância "funcional": Processos de dominação, territórios das desigualdades, território sem territorialidade (empiricamente impossível), princípio da exclusividade (unifuncionalidade), território com recurso e valor de

troca (controle físico e de produção). b)- Território de dominância "simbólica": Processos de apropriação (Lefebvre), "territórios da diferença", territorialidade "sem território" (ex.: "Terra Prometida" dos judeus), Princípio da multiplicidade, Território como símbolo, valor simbólico (abrigo, lar e segurança afetiva).

Contudo, o conceito de território passa a ser entendido e contemplado como produto histórico das diferentes relações sociais de poder, que se dão na dimensão espaço/tempo simultaneamente, reticular e relacional, constituindo um movimento dinâmico de duração, sequência, cronologia e periodização envolvendo diferentes atores sociais; que fazem o uso e ocupação do espaço de formas distintas, dependendo dos interesses financeiros e comerciais que são feitos (SAQUET, 2007).

Entretanto, podemos compreender ainda de que o território se caracteriza por proporcionar maior fluidez compostos por processos de fixos e fluxos ao qual se encontram envolvidos com intrínsecas relações sociais de poder. (SAQUET, et. al. 2010). Dentre outras designações, o território pode ainda ser considerado um espaço onde prevalecem diferentes interesses sociais e econômicos envolvidos, ocasionado, assim, complexos processos de luta e conflitos sociais na contemporaneidade.

A obra de Claude Raffestin (1993), "Por uma Geografia do Poder" teve importantes contribuições e entendimento para a análise do conceito de território proposto pelo autor no Brasil. Para ele, o território é a principal categoria de análise para compreender os fatos e a realidade e se configura a partir do espaço pelo movimento de ação do indivíduo/homem determinando, assim, diferentes relações de poder, sejam elas econômicas, sociais, políticas, institucionais e/ou culturais.

De fato, o território vai ser produto a partir de uma escala diacrônica e o poder/ações praticadas pelos indivíduos ou grupos sociais se torna uma hierarquia efetiva para o entendimento da categoria de análise território (RAFFESTIN, 2010). Contudo o mesmo autor aborda a questão das redes ao qual esta intimamente relacionada à categoria de análise território destacando o poder exercido sobre o mesmo.

Raffestin (1993) entende o espaço enquanto palco de "ações" em que os indivíduos/sociedade são os "atores" sociais que atuam e modificam os espaços. No entanto, ao se apropriar de um determinado espaço tanto concretamente quanto abstratamente, o indivíduo/ator territorializa suas ações/ideais neste mesmo espaço. Salienta-se, portanto, de que o espaço é anterior e antecede a qualquer ação realizada pelos atores sociais envolvidos e o território será a forma de produção realizada a partir de um determinado espaço.

Do mesmo modo podemos entender o conceito de território a partir da análise do processo (T-D-R) Territorialização, desterritorialização e reterritorialização e como esta ação modifica e ao mesmo tempo constrói novos territórios na relação Espaço/tempo e sociedade. Por isto é necessário e importante compreendermos a história e seus processos dinâmicos e dialéticos, pois cada sujeito e objeto têm seu tempo histórico que permanece no espaço e no território (RAFFESTIN, 1993).

A ação T-D-R é um processo que contempla distintas relações sociais de poder, contudo, ainda é considerado um processo de construção, destruição e reconstrução de novos territórios. No entanto este processo se caracteriza como “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam conforme a natureza dos fluxos sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2006, p.122).

Portanto, de acordo com Saquet (2007), o território é constituído por relações de poder que se caracterizam como multidimensionais e é formado por um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e políticas efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certo grupo social. O poder, no entanto, como esclarece alguns autores não é pertencente a um indivíduo apenas, de fato toda a sociedade está interligada a origem de um poder que será seguida do território (SOUZA, 2003). Podemos concordar ainda em afirmar que:

Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante dos nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças [...] Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal variável de séculos a décadas, meses ou dias), ser antes instável que estáveis, ter existência regular, mas periódica, ou seja, por alguns momentos (SOUZA, 2003, p. 87).

Podemos concluir, no entanto, segundo alguns autores de que a questão do poder vai estar presente nas ações/atuções do Estado, bem como ainda nas instituições e demais relações sociais e políticas que se concretizam no cotidiano visando sempre o controle e domínio sobre a sociedade e demais esferas. Ampliando a análise, o território está fortemente atrelado ao exercício e relações de poder, seja do Estado, das instituições dentre outros; e à apropriação dos diferentes espaços acontecerá sempre através do trabalho, das técnicas e tecnologias presentes no território. Podemos reforçar esta idéia afirmando com o autor de que:

[...] entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não-governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (SAQUET e ANTONELLO, 2010, p. 407).

Através de diferentes abordagens e pesquisas acerca do território podemos abordar as semelhanças nas idéias e concepções tanto de Claude Raffestin quanto a de Giuseppe Dematteis. Para estes dois autores, o território é produto social e espacial contemplada através de relações políticas, econômicas e/ou culturais que estão sistematicamente interligadas e conectadas através das redes (SAQUET, 2007).

Dematteis (2008) entende e aborda a concepção de território como sendo produto de cunho social; apreende ainda o território como espaço e palco onde prevalecem diferentes relações entre lugares, pessoas e diferentes sociedades. O território para ele se trata de uma construção coletiva e multidimensional, podendo ainda prevalecer grandes desigualdades. Desta forma o autor considera em suas análises sempre o período histórico e os processos que são atribuídos para refletir a respeito das mudanças, dos conflitos sociais, da dominação e das relações multiescalares existentes.

Saquet (2007) considera o território e o processo de territorialização como sendo um resultado este das relações sócio/espaciais onde a condição de tempo histórico prevalece. Pode-se ressaltar, deste modo, que, espaço, tempo e território, ainda que sejam conceitos diferentes e opostos necessitam de certas formas serem interligados e correlacionados para se explicar algumas realidades. Porém, o autor ainda afirma a relevância e importância dos estudos territoriais, pois o espaço geográfico apresenta aspectos e valores de uso e de troca sucessivamente, que se materializam no território tanto de forma concreta quanto abstratamente, sejam por ações políticas ou ainda ações simbólicas.

Entendemos, logo, que o território é determinado a partir de três elementos indispensáveis, as redes, o poder e o espaço, sendo que as ações existentes relacionadas ao poder não são compreendidas sem o entendimento do conceito de territorialidade. Todo espaço que é palco das relações de poder se transforma em um território (SOUZA, 2003). A consolidação de um território é analisada quando se faz presente o processo de apropriação,

dominação e/ ou controle, pois, de fato as relações de poder vão estar presentes nas redes de comunicação, de circulação bem como de identidade.

Haesbaert (2006/2007) promove uma abrangente explicação e interpretação do conceito de território ao qual o mesmo é constituído por fatores e instrumentos de relações de poder político bem como ainda compostos por espaços de identidade cultural promovidos por uma apropriação simbólico/identitário que são determinados por diferentes grupos sociais sobre seus espaços de vida.

Acredita-se com base nas exposições e apontamentos realizados por diferentes autores e obras, de que o território consisti em um conceito imerso em duas dimensões de análise; a material e a imaterial. A dimensão material se refere aos objetos e aos elementos geográficos que são ao mesmo tempo dominados e/ou apropriados pelo sujeito. A dimensão imaterial vai representar às estratégias dos sujeitos sociais para a constituição e edificação de um território, através de ações e representações espaciais, das disputas entre diferentes atores e sujeitos, das ideologias, dos controles políticos, das manifestações e outras formas de expressão de poder.

Contudo, o conceito de território a partir da década de 1970, é muito debatido e utilizado por diferentes autores para compreender os processos de produção do espaço no capitalismo contemporâneo. São abordagens estas que buscam entender as formas de dominação social, da geopolítica, da reprodução do capital, do desenvolvimento desigual, bem como a análise de símbolos utilizados como forma de controle da vida e de sociedades (SAQUET, 2007).

De acordo com Santos (1997) compreende-se de que o território se configura a partir da relação tempo/espaço, devendo ser necessário ainda o entendimento dos processos histórico se da dinâmica espaço/temporal para uma nova análise. O que se transforma, modifica e/ou conserva-se em cada momento, é o arranjo sócio/espacial e territorial, logo, cada elemento, objeto e sujeito tem seu tempo e espaço que permanece territorializado no território. (SAQUET, 2006). Da mesma forma conclui-se de fato, que o território é dinâmico constituído por inúmeros processos de continuidades, descontinuidades, construção, desconstrução, fixos e fluxos vinculados a diferentes forças e relações de poder sobre distintos espaços e sociedades. Salientamos e concluímos de que:

[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias" [na acepção de Jean

Gottman], ou o que melhor nos aprouver. [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004^a, p. 79).

Contudo, entendemos que aliado ao território, o conceito territorialidade tem relação direta a este e pode ser discutida teórica e conceitualmente nesta interface, nas dimensões da territorialidade humana (indivíduo) e social (grupo/comunidade/sociedade).

3. 2. TERRITÓRIO VIVIDO E TERRITORIALIDADE

Dentro das discussões e temáticas da Ciência Geográfica, a questão da categoria de análise território dentro da perspectiva e entendimento do espaço vivido, tem-se, de fato, conquistado grande importância e visibilidade para muitos geógrafos brasileiros.

O conceito de território, não deve ser somente abordado enquanto produto das relações intrínsecas de poder, mas, principalmente, enquanto categoria de análise a respeito da apropriação do imaginário bem como da identidade social e cultural de determinados grupos sociais como é o caso de comunidades tradicionais como as populações ribeirinhas, indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos, dentre outros grupos que passaram e ainda passam por mudanças sociais, culturais e econômicas decorrente do embate e choque das diferentes relações de poder existentes no úbere da sociedade.

Desta forma busca-se a compreensão da dinâmica territorial e o entendimento de que o território também se constitui como *locus* e palco de vivências, experiências e conhecimentos de um determinado indivíduo ou grupo social que mantem relações de identidade com o meio e o território onde se encontram espacialmente localizados. (SOUZA E PEDON, 2007).

Tuan (1980) salienta ainda de que a análise do território conduz uma reflexão a respeito da constituição do ser humano, quando também considera o seu território como um espaço de emoções, vivências e racionalidade, ao qual agrega-se sentido e abstração do conhecimento advindo do meio sociocultural existente. Dessa forma, o ser humano é capaz de conceber o seu território como um espaço este que atribui um sentido de pertença voltada para a construção perpétua de sua identidade local.

A relação existente entre território e identidade é complexa promovendo um processo dinâmico ao qual se constitui como um aspecto ligado ao sentido de pertença/pertencimento

do indivíduo (sujeito) com o seu espaço de vivência; e se caracterizam através das práticas materializadas pelos diferentes atores no espaço.

Souza (2003) considera o território como apropriação e espaço de relações de poder, mas, também menciona ainda que o território é palco das ligações afetivas e de identidade entre um determinado grupo social e seu espaço de origem, pois “o território usado é o chão mais a identidade e esta é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p. 10). Portanto, podemos dizer de que o território será também produto das relações materializadas e estabelecidas entre o indivíduo (sujeito) com o seu meio, (habitante/identidade/lugar).

Outro aspecto de fundamental importância apontado por Little (2002) é de que a territorialidade, de fato, tem uma multiplicidade de expressões, o que implica em considerar a existência de complexos territórios, cada um abrangendo suas especificidades culturais. Contudo, de certo modo, as abordagens antropológicas acerca da questão da territorialidade provem também de bases etnográficas, e pode ser definida como uma territorialidade que define saberes ambientais, ideologias e identidades coletivas e historicamente construídas que um grupo social emprega para instituir, reconstruir e ao mesmo tempo manter seu território.

Segundo ainda com o autor Little (2002), a cosmografia de um determinado grupo social abrange propriedades e unidades de produções autônomas, bem como vínculos afetivos com familiares mantendo e caracterizando, assim, um território específico.

Sahlins (1997), estudando e pesquisando comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombos relatou que o valor expresso pela cultura nas relações de parentesco com o território, institui uma forma de identidade simbólica na medida em que os indivíduos se comportam e relacionam com seus lugares de origem. Nessa concepção, entendemos que o território é definido como um espaço simbólico e concreto repleto de significações.

Diegues (1996) define o conceito de territórios das sociedades tradicionais como espaços onde prevalecem relações de parentesco, amizade e compadrio, atuando diferentemente do valor econômico atribuído e expresso nas grandes sociedades urbanas industriais.

Entretanto, os símbolos, as memórias e os aspectos culturais são valores estes que se manifestam nas relações sociais presentes em comunidades tradicionais proporcionando o processo de reconhecimento da identidade a partir dos processos vivenciados no cotidiano dos

indivíduos, dando dinamismo ao território onde se encontram, criando assim, novas territorialidades.

O território, no entanto, se transforma em um campo de atuação das dimensões culturais e simbólicas promovendo a identidade de um grupo que faz a apropriação deste mesmo território, não como propriedade, mas como espaço das relações sociais, culturais, econômicas e políticas. De fato, é recente a preocupação da Ciência Geográfica em analisar e atribuir grande importância que o território ganha na construção e edificação das identidades sócio/culturais.

O desafio de compreender o mundo em que se colocam os geógrafos requer também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. [...] Apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

Ao analisarmos o período histórico e os processos de territorialização, em uma dimensão e dinâmica espaço/temporal, as identidades sócio/culturais surgem na medida em que as práticas cotidianas dos grupos se fortalecem dentro de um espaço vivido e concebido, produzindo, assim, o auto-reconhecimento interno. De fato, será estes determinados elementos identitários que promoverá um território dinâmico.

As identidades culturais expressos por símbolos, imagens e memórias são na realidade formas e aspectos invisíveis que se materializam no território através de práticas sócio/culturais de existência e manifestações em um determinado espaço vivido, proporcionando, assim, sentido e sentimento de pertença ao lugar promovendo ainda relações de poder e defesa da cultura de um povo. O território se caracterizará, no entanto, em um campo onde se cria, transforma e desenvolvem práticas sociais e atividades humanas.

O espaço é, logo, palco de dimensões sociais, culturais e simbólicas dos sujeitos que o fazem parte atribuindo um novo dinamismo e identidade ao seu território. Deste modo é conveniente a explicação do autor Brandão (1998) quando ele coloca de que toda identidade de um grupo social somente prevalece ativa na memória, na consciência e na prática cotidiana dos indivíduos quando a sua cultura se torna ameaçada.

Raffestin (1980) observa o aspecto e a dimensão da territorialidade, identificada nas ações e práticas dos sujeitos de um determinado grupo, originando uma multidimensionalidade de fatores, sejam elas econômicas, sociais, humanas, ideológicas,

culturais no espaço vivido. Estas representações e manifestações se cristalizam e se materializam espacialmente, delimitando e construindo, assim, o que chamamos de território e territorialidade. Vejamos o exemplo (**Figura 02**) proposto por Marcos Aurélio Saquet:

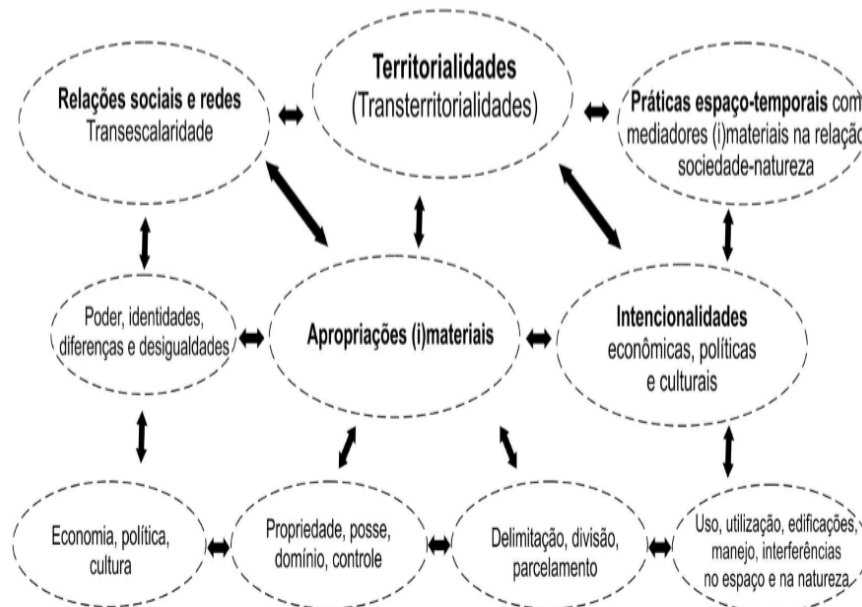


Figura 02: Representação das formas de territorialidades.
Fonte: SAQUET, M.A. (2011).

Para Raffestin (1993) a territorialidade contém as características de um território, sua materialidade e imaterialidade. A territorialidade se expressa segundo o mesmo autor através do vínculo entre o homem e o meio em que vive, a terra; o que ainda expressam formas de resistências.

Contudo, a territorialidade da mesma forma que consiste na luta constante e sucessiva para manutenção da identidade e da memória, representa também uma forma específica de ordenamento e configuração do território, no sentido não capitalista da palavra, pois o território é dinâmico e complexo, proporcionando o surgimento e formação de outras identidades sociais e territoriais.

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158, grifos do autor).

Además, a configuração e formação de um território, no entanto, procede do processo de construção da territorialidade de um determinado grupo social, envolvendo elementos e aspectos subjetivos, simbólicos e/ou culturais (Haesbaert, 2004a). Pode-se considerar, assim, de que a identidade, se trata de um processo contínuo de uma forma de identificação sempre em movimento e constante dinâmica. A territorialidade, no entanto, aparecerá através das práticas, ações e atividades em diferentes níveis econômicos, sociais, culturais, ideológicos, humanos no dia-a-dia dos sujeitos e indivíduos envolvidos.

Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como lócus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território. O território de alguém ou de algum grupo, seja este último uma classe social, um grupo étnico, seja no caso dos quilombos, seja no caso de uma associação de bairro, enfim, nas múltiplas formas que toma esse processo (PEDON E SOUZA, 2007, p. 136).

De fato, compreender e entender o território como palco de distintos interesses e espaço de ações, atividades e práticas humanas e sociais, requer analisar o todo, o conjunto e posteriormente partir para uma análise mais específica. Para tanto, deve-se compreender e identificar a territorialidade através dos diferentes objetivos e ações no cotidiano dos sujeitos, expressa nas relações de trabalho, nas relações sociais, humanas, culturais, econômicas, dentre outros aspectos que caracterizam e definem o processo de formação das diferentes territorialidades (RAFFESTIN, 1980).

O autor Dematteis (2008) aborda e discute duas formas distintas de territorialidades: a)- a territorialidade passiva que revela a submissão, subordinação e obediência, possui estratégias de controle, territorialidade esta que objetiva ainda excluir todos os recursos e sujeitos envolvidos. b)- territorialidade ativa pautada no processo de luta, conquista de autonomia e resistência pelos indivíduos, pois objetivam estratégias conjuntas e de inclusão social para permanecer/resistir perante outra forma de territorialidade que é imposta na sociedade.

Contudo, a territorialidade não é apenas expressa e caracterizada pela dimensão política/econômica dos atores que os constroem, é também identificada através das relações culturais e simbólicas, pois estas expressões estão atreladas a maneira de como os indivíduos

se organiza espacialmente, de como utilizam a terra e promovem significados ao lugar (SACK, 1986). Reforçamos a idéia ainda com o autor ao afirmar que:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

A territorialidade, para alguns autores como Haesbaert (2007), se trata de algo abstrato, mas que pode ser considerada uma dimensão imaterial, no que caracteriza e representa uma "imagem" ou símbolo de um território, servindo ainda como meio e estratégia político-cultural para determinados grupos.

No entanto, pode-se analisar o conceito de territorialidade a partir de diferentes dimensões: 1)- Territorialidade representando um aspecto epistemológico: abstração, condição genérica (teórica) para a existência do território; 2)- Territorialidade em um sentido ontológico: a)- como materialidade, presente no controle físico através de um espaço material, b)- territorialidade como imaterialidade advinda de simbologia e identidade territorial, c)- como espaço vivido, neste caso referente a territórios formais/institucionais), expresso pelas dimensões de materialidade e imaterialidade (HAESBAERT, 2007).

De fato, é necessário atentar-se para identificar e definir os diferentes tipos de territorialidade ao qual estamos nos referindo, se esta contempla uma territorialidade como condição genérica para a existência concreta de um território específico, ou se estamos falando a respeito de uma dimensão cultural/ simbólica exercida e vivida sobre o território, pois de fato, o território é complexo e multidimensional abordando diferentes processos de construção, desconstrução e reconstrução em diferentes espaços e sociedades de acordo com distintos interesses.

3.3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA.

O conceito central que caracteriza a expressão de território e territorialidade aqui definido, considera-se além dos aspectos geográfico os elementos antropológicos e sociais e descreve ainda este conceito como todo “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 03).

[...] um território, antes de ser uma fronteira, é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários [...] No interior deste espaço-território os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento [...] A territorialidade se situa na junção destas duas atitudes: ela engloba ao mesmo tempo o que é fixação e o que é mobilidade ou, falando de outra forma, os itinerários e os lugares (BONNEMAISON, 1981, apud HOLZER, 1997, p. 83).

Desse modo, podemos analisar que o território será considerado sempre como um espaço socialmente construído pelos indivíduos repleto de subjetividades, culturas e simbolismos que, de acordo com Milton Santos (1994) o território adquire o simbolismo no momento em que o mesmo é utilizado, o chamado “território usado”, ou como ainda destaca Júnior (2003) “território do cotidiano”. Em um breve esforço, entretanto, a dimensão do aspecto simbólico é materializada no território pelas relações de poder e pela identidade definindo, assim, as diferentes formas de territorialidades envolvidas.

Assim, desse modo, além dos elementos centrais entre poder e território; a cultura, o simbolismo e a identidade são dimensões primordiais para análise do conceito território. A relação existente entre território e identidade, permite considerar que toda identidade irá implicar em um processo de territorialização, conseqüentemente permanecendo no território marcas e sinais das formas identitárias, bem como o surgimento de novas territorialidades (COSTA e COSTA, 2008).

A legislação é imprescindível, já que é ela que garante o direito das comunidades tradicionais como os caiçaras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre tantos outros povos. Contudo, o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, das Disposições Constitucionais Transitórias, direciona estudos e pesquisas sobre as territorialidades e identidades quilombolas contemplando, assim, o reconhecimento desses povos tradicionais na contemporaneidade.

Entende-se de acordo com os autores Claval (1999) e Costa e Costa (2008) de que a identidade quilombola expressa no cotidiano das famílias, se territorializa no tempo/espaço, ou seja, a cultura, os modos de produção, os costumes, as tradições buscam no território o seu processo de manutenção, permanência e resistência.

Genericamente a identidade quilombola é identificada por dois elementos centrais; a ancestralidade étnica e a coletividade campesina. De fato, as técnicas de manejo dos recursos disponíveis como o solo, a vegetação, a água, as práticas culturais e religiosas, dentre outras manifestações passadas de geração, promovem um espaço de uso comum de encontro e de trocas, que posteriormente se transformam em um território usado, este território, portanto, tem como base o espaço e a cultura (território e territorialidade) (FERREIRA et. al., 2005).

Nos países da América do Norte o processo de territorialidade é determinado como uma forma de comportamento atrelado à organização do espaço, compostos ainda “[...] em esferas de influências ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ou mesmo parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem” (SOJA, 1993, p. 19). A noção de territorialidade foi ainda abordada pelos naturalistas, em relação à territorialidade animal. Dentro das ciências humanas, a territorialidade foi abordada por autores que discutiam as relações humanas, com relação ao espaço e/ou com relação ao território, mas com menor intensidade que os estudos da territorialidade dos animais.

Contudo, considera-se que o fenômeno da territorialidade é obtido através dos processos de construção/desconstrução/reconstrução sistematicamente do território, onde diferentes atores sociais envolvidos interagem no espaço/tempo e constroem sua identidade de acordo com os interesses adversos. Ainda de acordo com Raffestin (1993);

A vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade - espaço - tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

De acordo com Escobar (2005) a territorialidade ainda pode ser analisada como uma característica socialmente e culturalmente construída pelos indivíduos dando sentido de pertencimento ao lugar onde se encontram, resultando, assim, em experiências vividas em uma localidade específica consistindo um processo dinâmico de construção da identidade.

Contudo, a territorialidade é alcançada no decorrer do tempo pelas ações de reprodução e construção do território, onde os atores sociais interagem com o espaço e constroem sua identidade. De fato, podemos considerar ainda de acordo com as leituras de que:

Não se deve pensar que essa relação de pertencimento, advinda da territorialidade e manifesta no cultivar cotidiano dos lugares, sobreviva apenas quando um determinado grupo ou comunidade permanece isolado ao contato ou a interferência de fatores transformadores, derivados de ações internas ou externas. Ao contrário, as contradições e conflitos são decorrências comuns da vida em sociedade e fortalecem os vínculos sociais, na medida em que as instituições, mais ou menos complexas, passam a dar conta de definir e organizar os meios de solucionar os problemas, aprofundando, assim, as bases de afirmação de uma certa ordem de valores, de uma normatividade (ROCHA, 2010, p. 06-07).

Em um breve esforço podemos discutir de que a luta de inúmeras comunidades tradicionais, como os quilombos, hoje, vem persistindo e se configuram no cenário da sociedade como uma bandeira direcionada a ações políticas para o resgate das identidades objetivando a manutenção coletiva das reproduções e atividades de caráter e cunho social, econômico e cultural.

Com base em diferentes literaturas, pode-se observar, no entanto, que somente a garantia e a segurança de um território efetivo, podem resgatar a historicidade destes grupos sociais e promover novas potencialidades ao lugar, desenvolvendo, assim, novos processos de identidade e territorialidade frente às nuances globais pautada sobre o modelo hegemônico de produção capitalista.

Deste modo, ao analisarmos as comunidades tradicionais quilombolas, concluímos de que “[...] a territorialidade quilombola funciona, nesse sentido, como contra-hegemonia em torno da qual são elaboradas propostas de novos pactos sociais, baseados nas demandas políticas, econômicas e culturais dos quilombolas”. (ROCHA, 2010, p. 07). Além da territorialidade, e também relacionado ao entendimento do território, um aspecto fundamental destas comunidades tradicionais é a forma de reprodução de suas formas sociais de vida e de existência. Vale destacarmos para enriquecermos a idéia de que:

Motivados a fazer valer suas próprias regras como parâmetros a regulamentação dos direitos ao território e à cultura, as comunidades quilombolas, após anos de invisibilidade, procuram consolidar a noção de território quilombola como espaço memória, valor perpetuado através de diversas estratégias, dentre as quais se destacam a manutenção do grupo apenas pelos descendentes dos fundadores das comunidades, a permanência das seguidas gerações nas terras ocupadas por cada família, a valorização dos lugares tradicionalmente significativos para a união do grupo. Enfim, além do direito ao território, o desafio mais profundo dos quilombolas tem sido o de fazer reconhecer a sua territorialidade, fator indispensável a segurança do próprio território, enquanto suporte para a autodeterminação dos grupos. Porém, para se definir o alcance e o significado da territorialidade quilombola, a fim de elaborar parâmetros evidentes para operacionalizar a garantia desses direitos, é preciso ter em conta que estes não são os mesmos que foram no passado, tampouco podem ser reduzidos a categorias gerais homogêneas. (ROCHA, 2010, p. 07).

Contudo, enfatizamos que se faz necessário sempre buscar resgatar o processo de construção da territorialidade quilombola, pois a mesma se torna elemento fundamental para a concretização da identidade coletiva e da autonomia de tais comunidades. De fato, a luta incessante pela conquista do direito ao território e da identidade condiciona as comunidades

tradicionais quilombolas a determinarem seus próprios parâmetros sociais, culturais e econômicos como forma de resistirem às grandes pressões territoriais na atualidade.

Desse modo, as populações tradicionais quilombolas vêm reafirmando a sua identidade por meio da forma de se organizar politicamente e através das ações que são articuladas com base na etnia. Ao longo dos tempos as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação histórica, uma identidade que se define pelas experiências vividas com relação às suas trajetórias históricas. Assim, a identidade possui o território como referência ao qual se determina a articulação da existência e da memória do grupo (AMORIM, 1998).

Para tanto, a territorialidade desses grupos étnicos ainda estão associados a sua identidade histórica e cultural bem como à presença e uso/fruto comum dos recursos naturais disponíveis ao qual proporcionam processos de formação da identidade territorial dos mesmos.

Cada território passou e ainda continua passando por transformações e cada comunidade possui sua historicidade dentro deste processo e o reconhecimento do valor simbólico e cultural dos territórios quilombolas é que possibilita a regulamentação e conquista do direito as terras e títulos para a manutenção da autonomia destes grupos sociais. No entanto, pode-se considerar ainda de que:

A garantia do direito ao território das comunidades remanescentes de quilombos, assegurado pelo artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias da Constituição de 1988, constitui um avanço na superação da concepção hegemônica sobre a uniformidade dos processos de uso e ocupação do espaço e, além disso, inaugura o reconhecimento de modelos específicos de organização e atribuição de valores e significados ao território. (ROCHA, 2010, p. 10).

De fato a identidade simbólica presente em comunidades tradicionais como os territórios quilombolas, são aspectos e elementos socialmente e culturalmente construídos ao longo do tempo/espaço e reproduzem tal simbologia através da casa, da rua, da igreja, do jardim, e até mesmo do casamento, dentre outros fatores que identificam o processo de construção da territorialidade do grupo com o meio biofísico ao qual se encontram.

O casamento entre indivíduos e membros da mesma família vai se caracterizar ainda como uma forma de identidade e estrutura interna social que mantém forte laço e coesão fortalecendo a territorialidade do grupo. O casamento entre familiares para estes grupos sociais significam a manutenção e garantia de seu território. (ROCHA, 2009).

De acordo ainda com Almeida (2002), a identidade quilombola se caracteriza pela forma de como as comunidades tradicionais quilombolas organizam seu espaço e se relacionam com seu território, através das tradições, práticas e manifestações culturais existentes. De fato, o processo de formação da territorialidade ainda vai ser marcado pela maneira como estas populações locais ocupam e utilizam a terra com base no uso/fruto comum dos recursos entre os indivíduos, contemplando assim, novos processos de afirmação étnica.

A dinâmica de um território pertencente aos grupos remanescentes de quilombo, portanto, vai ser expressa pela valorização das manifestações culturais, sociais e organizacionais promovendo, assim, concretizações e objetivações nas ações/relações coletivas, articulando projetos visando o desenvolvimento rural considerando as necessidades locais do grupo.

No contexto dos estudos pertinentes as comunidades tradicionais quilombolas, pesquisas mais recente reconhecem a importância e a existência de uma territorialidade única e específica destes grupos tradicionais na atualidade, contribuindo de certo modo, para a construção de dados e informações etnográficos destas comunidades ao longo de sua formação histórica e geográfica. (ARRUTI, 2008). Dentre as diversas formas de expressividade da territorialidade, as terras de uso comum exemplificam bem esta situação, pois as terras de uso comum:

[...] não correspondem a terras coletivas, no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, nem a terras comunais, no sentido emprestado pela feudalidade. Os agentes sociais que assim as denominam o fazem segundo um repertório de designações que variam consoante as especificidades das diferentes situações. (ALMEIDA, 2002, p. 45).

As terras de uso comum para estes povos tradicionais são definidas e caracterizadas por uma variedade de situações complexas de apropriação dos recursos naturais utilizados pelos indivíduos através das relações entre o uso e a propriedade e entre o caráter privado e o comum, transcorridas por elementos étnicos, relações de parentesco, compadrio e amizade, seguidas por fatores de cooperatividade. Dessa maneira, o controle coletivo sobre a terra de uso comum dentro da unidade familiar de produção funciona como componente fundamental responsável por suportar uma produção mais autônoma baseada, sobretudo, no trabalho das famílias. (ALMEIDA, 2002).

Conclui-se, no entanto, de que a territorialidade das comunidades tradicionais quilombolas se expressa por meio do uso coletivo e comum dos recursos naturais como a

terra, solos, vegetação e água, pelas relações familiares de parentesco e amizade, bem como ainda pelas formas econômicas de produção existentes. Há séculos as comunidades quilombolas vêm lutando pelo reconhecimento e manutenção de sua territorialidade frente às arbitrárias denominações que lhes foram impostas pelas instâncias de poder, pois para estas populações “[...] a territorialidade funciona como um fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2004, p.10).

3.4.COMUNIDADES TRADICIONAIS REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

De acordo com Sá (2010) algumas características são de fundamental importância para se definir um grupo ou uma comunidade tradicional; são elas: a)- dependência quase que exclusiva e simbiose com a natureza, com os ciclos naturais e os recursos renováveis, a partir dos quais se constrói e reconstrói um modo de vida, b)- conhecimento enraizado da natureza e dos seus respectivos ciclos, refletindo na preparação de estratégias de uso/manejo dos recursos naturais. Este conhecimento é transferido de geração para geração por via oral, definindo assim, a historicidade de um determinado grupo social, c)- noção de território no qual o grupo social se reproduz socialmente e economicamente através das atividades desenvolvidas no seus espaços, d)- Moradia e formas de ocupação do território por várias e antigas gerações, mesmo que membros do grupo local tenham se fixado em outras áreas como os grandes centros urbanos nas grandes cidades e posteriormente retornando ao território de origem, e)- importância nas atividades e produções para a subsistência da família mesmo que os produtos excedentes sejam comercializado para o mercado consumidor, f)- não acumulam capital, de fato, as comunidades tradicionais não visam acumular dinheiro como faz a empresa e o sistema capitalista de produção, g)- grande importância em preservar e manter a unidade de produção familiar, pois, é através da relação doméstica de parentesco, é que se estabelecem as atividades sociais, culturais e econômicas destes povos ditos como tradicionais, h)- Importância dos símbolos, dos mitos e rituais associados a religião, a crença, a , a pesca, bem como as atividades extrativistas. A cultura religiosa e os aspectos ligados aos símbolos, são parte constituinte e indissociável da forma de vida destas comunidades tradicionais, i)- técnicas de cultivo e manejo do solo relativamente simples e arcaico com reduzido impacto sobre o meio ambiente, j)- poder de auto-identificação e reconhecimento identitário perante as demais classes sociais que constituem a sociedade, fator este que define e caracteriza uma comunidade tradicional.

Contudo, fica claro e evidente que; diante destas características o acesso e a garantia de um território Se tornam a peça chave para a sobrevivência dos povos e grupos tradicionais na atualidade. O território, no entanto, vai se caracterizar como um espaço onde prevalece o desenvolvimento e a manutenção de atividades sócio/culturais e econômicas de produção destas respectivas comunidades.

Entretanto, podemos salientar ainda que as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos estão inseridas dentro do contexto das comunidades e/ou povos tradicionais. De fato, os quilombos surgiram no Brasil no período da escravidão, como forma de luta e resistência ao sistema escravocrata.

Schmitt et al (2002) destacam que os grupos, hoje, reconhecidos como remanescentes de quilombos, se instituíram a partir de uma ampla diversidade de processos que correspondem:

“as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua extinção”. (SCHMITT et al , 2002 , p. 03).

De acordo com o parecer da SBDP (2002) na esfera federal, a autoridade e a competência para identificação e reconhecimento das comunidades ou grupos “remanescentes de quilombos”, de acordo com o Decreto e a Lei de nº 3.912/2001, é de total responsabilidade e integração por parte da FCP/Fundação Cultural Palmares (a teor do que dispõe o art. 2.º, III da Lei 7.668/88).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP (2002) o decreto instituiu dois critérios para a identificação e reconhecimento dos territórios tradicionais remanescentes de quilombo, são respectivamente: a Lei de n.º 3.912/01: O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14, inciso IV, alínea “c”, da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, e no art. 2.º, inciso III e parágrafo único, da Lei 7.668, de 22 de agosto de 1988, decreta: Art. 1.º Compete à Fundação Cultural Palmares – FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos territórios remanescentes de quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que: I – eram ocupadas por

quilombos em 1888; e II – estavam ocupadas por remanescentes de comunidades tradicionais quilombolas em 5 de outubro de 1988 (SBDP, 2002).

De acordo com Ratts (2006) a expressão Kilombo é uma terminologia associada ao continente Africano, sucedido dos povos de origem ovimbundo, que de fato, diz respeito a uma instituição sociopolítica militar muito notória na porção da África Central. Nas Américas também ocorreram formações de quilombos espacializadas e distribuídos por quase todo o território, pois onde prevaleceu o modelo escravista, ocorreram também paralelamente processos de resistência e posteriormente formações de novos quilombos. No Brasil, por volta do século XVII, os primeiros quilombos vão se formar a partir do sistema de escravidão negra que era vigente naquele período, com o objetivo de fugir do trabalho escravo e da opressão.

Com o fim da escravidão negra definida pela Lei Áurea de 1888, o ex-escravo fora abandonado. Muitos, de fato, tiveram que se mudar para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida, outros buscaram novos abrigos nos quilombos já existentes naquela época, bem como ainda havia aqueles que saíram em busca de novas terras que embora houvesse a Lei de Terras de 1850, existiam a posse de terra por intermédio das terras devolutas, o que de fato, proporcionaram aos ex-escravos negros novos interesses em se estabelecerem em outros territórios a fim de dar continuidade a sua existência (PEROGIL, 2012).

Ao estudarmos os negros na história da sociedade brasileira, observamos que estes mesmos sujeitos possuíram um passado marcado pela luta contra as discriminações, os preconceitos e a violência física e moral. De fato, durante um período de cem anos, estes povos estiveram à margem da preocupação do Estado brasileiro a respeito da população negra e mais precisamente das comunidades remanescentes de quilombos.

O sentido etimológico do termo quilombo é de origem Banta e de matriz Africana, contudo, na atualidade a terminologia quilombo ganha uma nova expressividade colocando as comunidades quilombolas dignas de sua historicidade. A palavra Remanescente é abordada como uma categoria antropológica e jurídica apresentando complexas dificuldades a respeito de sua interpretação.

No entanto, a expressão remanescente contempla um aspecto de resíduo, marcas e/ou vestígios daquilo que um dia existiu de fato, restando apenas lembranças do passado. Neste sentido, podemos concluir que as Comunidades Remanescentes de Quilombo se resumiriam a resquícios de uma identidade cultural passada ao qual não existe mais. Sabe-se que esta idéia simplificada deve ser esquecida e deixada de lado, podendo assim, definir os remanescentes de quilombo na atualidade como todo grupo social que tem sua identidade histórica e cultural

enraizada com o território, definindo assim, sua historicidade e sua territorialidade (TRECCANI, 2006).

Salienta-se, portanto, que as comunidades remanescentes de quilombo, hoje, são caracterizadas como criações sociais e históricas, uma vez que sua constituição não pode ser definida apenas por fatores biológicos e/ou raciais, pois os quilombos não eram formados apenas por negros fugitivos, mas, por índios, brancos e mestiços. Como destaca Benatti (apud TRECCANI, 2006, p. 89) na contemporaneidade podemos definir comunidades remanescentes de quilombo como todas as:

[...] coletividades que constituíram sua história baseada numa cultura própria, que foi transmitida e adaptada em cada geração [...] não foram compostas somente de escravos [...]. Os membros se identificam entre si como pertencentes a esse grupo e que compartilham de certos elementos e ações culturais [...] num determinado território em comum.

Pode-se entender a partir da análise que a manutenção e a preservação da cultura e da identidade quilombola juntamente com sua organização interna estão diretamente vinculadas ao uso território. O território das comunidades quilombolas é usufruído e definido a partir da forma coletiva entre os indivíduos podendo ser utilizado pela família e pelos membros do grupo (OLIVEIRA, 2012).

A expressividade e o reconhecimento dos povos ou comunidades tradicionais são relativamente conceitos novos, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica e social. A expressão comunidades tradicionais e/ou populações tradicionais, surgiram no bojo da questão ambiental, junto à criação das unidades de conservação ambiental, ao qual abarca as áreas protegidas pelo IBAMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

De acordo com a SBDP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO (2002) o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 2, em seu art. 2º do Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o processo para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, considera:

[...] comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência e à opressão histórica sofrida (SBDP, 2002, p. 60).

Contudo, segundo Arruti (2006), a definição e constituição das Comunidades Quilombolas são dotadas de expressividades territoriais abarcando e possuindo o aspecto da ruralidade, forma camponesa de produção e existência, terra de uso comum, conservação e preservação dos recursos como a água, o solo e a vegetação, vivenciados pelo grupo. Sabe-se, portanto, que algumas dessas comunidades tradicionais ainda encontram-se na invisibilidade e na margem da sociedade como um todo, passando por inúmeros processos de pressões econômicas e ações discriminatórias.

Como esclarece Neto (2007) o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu um conceito operacional e funcional, onde povos e comunidades tradicionais remanescentes de quilombo podem ser compreendidos como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (NETO, 2007, p. 202).

Entretanto, ainda o Ministério da Fundação Cultural Palmares catalogou oficialmente no ano de 2004¹⁷ respectivamente 743 núcleos remanescentes de comunidades negras espacializadas e distribuídas pelo território nacional, entretanto; dados e informações revelam que os grupos remanescentes de quilombos distribuídos sobre a malha geográfica do país, hoje, ultrapassem a quantidade de 2.000 unidades.

Os núcleos remanescentes de comunidades quilombolas são conhecidos e determinados como sendo a constituição de grupos étnicos de acordo com os critérios estabelecidos para a sua auto-definição, com forma e trajetória histórica específica, compostos por alianças entre as relações territoriais, relacionada com a resistência e a opressão histórica sofrida pelos mesmos. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2008). Portanto, podemos ainda ressaltar nas palavras de Munanga (1996), que:

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra [...] É uma história de conflitos pelo poder de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios (MUNANGA, 1996, p. 58).

¹⁷ De acordo com informações extraídas do site da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em www.palmares.gov.br/com/html/. Acesso em: Dezembro de 2014.

De fato, as comunidades quilombolas se caracterizam, hoje, como núcleos de um território tradicionalmente ocupado, cujos indivíduos presentes no membro do grupo, estabelecem regras de convivência e formas diversas de ocupação das áreas produtivas onde se estabelecem espacialmente. Estes grupos sociais expressos no campo também detêm várias técnicas e saberes voltados para o conhecimento tradicional da agricultura repassada de geração para geração. Podemos concluir ainda de que:

Quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa re-apropriação do mito do bom senhor, tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento (ALMEIDA, 2006, p. 92).

Há ainda, portanto, conceitos proposto pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no ano de 1994, que caracterizará comunidades quilombolas como [...] “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ITESP, 2000 p. 7).

Ao longo da história e do tempo às comunidades remanescentes de quilombo buscam seu conhecimento identitário e o estabelecimento da afirmação de seu patrimônio histórico/cultural; questões essas que se articulam aos desdobramentos sociais e econômicos decorrentes do isolamento geográfico e do processo de formação territorial e histórica do país. Desse modo, as populações tradicionais quilombolas vêm reafirmando a sua identidade por meio da forma de se organizar politicamente e através das ações articuladas com base na etnia dos grupos. Salienta-se ainda de acordo com Diegues (1996) que:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis [...] Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena [...] (DIEGUES, 1996, p. 87).

O autor Little (2002) destaca alguns fatores imersos no seio dessas comunidades tradicionais tais como a existência de unidades de produções familiares expressa pela

propriedade de uso e valor comum, de fato, o sentido de pertencer a um determinado lugar e posteriormente ao território, valorizam sua autonomia de produção, suas formas culturais, bem como as práticas adaptativas sustentáveis que estes grupos sociais revelam na atualidade.

Atualmente, estas comunidades tradicionais remanescentes de quilombos buscam sua autonomia e subsistência familiar e representam no bojo da sociedade aquilo que ficou ausente durante muito tempo na história social. De fato, estes povos tradicionais se mobilizaram durante séculos buscando através da representação e da luta política, autonomia de produção e manutenção de suas culturas e tradições. Podemos visualizar explicitamente essa ação política dos povos e comunidades quilombolas, sobretudo, por parte do Movimento Negro, da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e de entidades e órgãos comprometidos com a luta incessante do povo negro, com início desde a década de 1980 em todo território nacional (RIOS, 2006). No entanto é inerente destacar e concluir ainda de que na atualidade;

O quilombola enfrenta as condições adversas da vida assumindo uma dupla tarefa (individual e coletiva): garantir a sua sobrevivência (e de sua família) e fortalecer a comunidade na luta contra o preconceito e a discriminação (SANTOS E CHAVES, 2007).

Conclui-se, no entanto, que falar em comunidades remanescentes de quilombo na atualidade é falar em resistência. Há séculos milhares de negros quilombolas vêm resistindo aos preconceitos impostos pela sociedade fazendo frente e lutando contra o modelo hegemônico capitalista, a fim de manter sobre seus territórios a autonomia de produção, suas culturas, seus valores, mantendo e construindo sempre novas formas de vida e de territorialidades.

III. TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS

Neste Capítulo a territorialidade quilombola é apresentada e analisada por meios de dados levantados na pesquisa de campo ao lado de informações da bibliografia e documentos consultados. Os dados levantados no campo são produtos de entrevistas, observações, visitas e diálogos com os moradores entrevistados. O patrimônio imaterial histórico e cultural junto a caracterização física e geográfica comprovam a territorialidade e as formas pluriativas de atividades desenvolvidas dentro da agricultura familiar na Comunidade Furnas do Dionísio.

3.1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E GEOGRÁFICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS

A comunidade quilombola Furnas do Dionísio, formada por 460 moradores¹⁸, localiza-se na Serra de Maracaju sito no município de Jaraguari no Estado de Mato Grosso do Sul. Está localizada entre as coordenadas 20° 8' 10,7" e 20° 10' 24,6" S e 54° 33' 07,3" e 54° 35' 06,5" W, aproximadamente a 48 km de distância da capital Campo Grande (Figura 3).

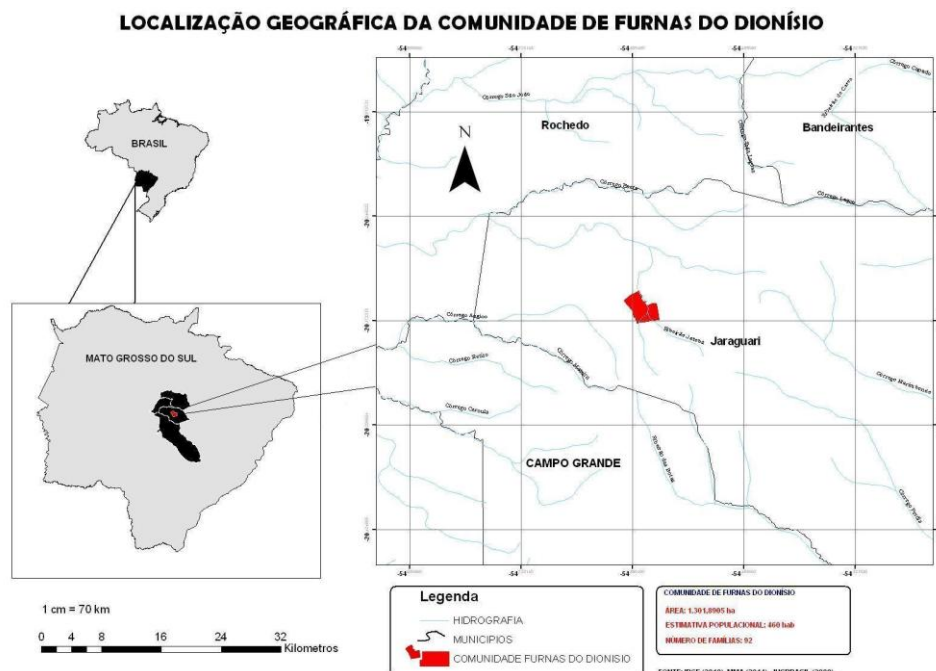


Figura 03: Localização Geográfica da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio/MS.
Fonte: BALDO, A.C.S.

¹⁸ Informações emitidas por Dona Maria Aparecida Martins, presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas dos Dionísio .

Possui como limites territoriais (**Figura 04**) os municípios de Bandeirantes, ao norte; Ribas do Rio Pardo, a leste; Rochedinho, ao sul e a oeste, o município de Rochedo. Furnas do Dionísio apresenta duas vias de acesso: uma estrada vicinal de 30 km, sentido Campo Grande a Rochedinho e outra estrada vicinal que liga a BR 163, no sentido Jaraguari.

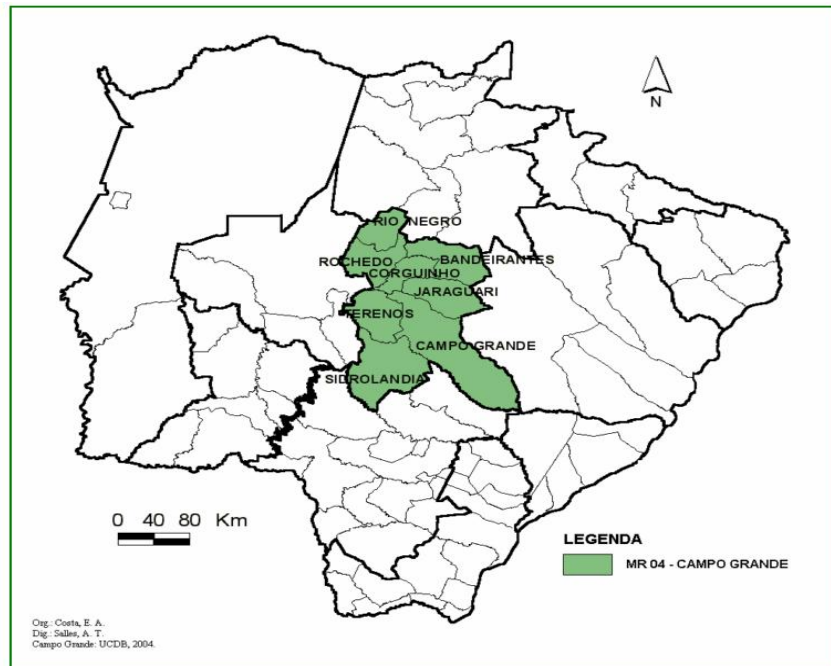


Figura 04: Localização Geográfica do município de Jaraguari/MS.
Fonte: COSTA, E. A.da. UCDB, 2004.

A comunidade de Furnas do Dionísio possui uma área com 1.031,89 ha¹⁹ e está localizada geograficamente em uma região de vale, com terras férteis e vegetação abundante rodeada de furnas (**Figura 3**), ao entorno do quilombo. No estado de Mato Grosso do Sul a paisagem e o relevo são semelhantes a do estado de Goiás, ambos estados que se localizam na porção Centro-Oeste do País (JUNIOR 2009). De acordo com Oliveira (2005) a comunidade permaneceu isolada por várias décadas, devido ao fator geográfico e à dificuldade de acesso ao local, mantendo a cultura, costumes e valores. Por outro lado, no saber popular tradicional a respeito de boas terras para morar, plantar e reproduzir-se, as furnas são lugares impróprios as atividades e ocupações humanas, por se tratar de locais de difícil acesso.

A comunidade de Furnas do Dionísio permaneceu isolada por várias décadas, devido ao fator geográfico e à dificuldade de acesso ao local, permanecendo, assim, a manutenção coletiva de culturas, costumes e valores. Contudo, de acordo com o saber popular tradicional a

¹⁹ Informações e levantamento de dados realizados pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2000. Transcritos na obra de Bandeira e Dantas (2000).

respeito de boas terras para morar, plantar e reproduzir-se, as furnas foram pensadas como lugares impróprios as atividades e ocupações humanas, por se tratar de locais de difícil acesso (OLIVEIRA, 2005). A ocupação humana nos locais onde há vales era uma estratégia muito utilizada por muitos descendentes africanos e/ou ex-escravos, como uma forma de fuga ao regime escravocrata, em busca de lugares em que pudessem praticar seus costumes, crenças, culturas e valores (BANDEIRA E DANTAS, 2000). De certa maneira a comunidade Furnas do Dionísio tem sua origem e essência ligada às furnas, o que comprova diretamente a semelhança do nome inicial “furnas”.



Figura 05: Relevo com presença de furnas em Furnas do Dionísio/MS.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.

Segundo Oliveira (2004a) Furnas do Dionísio situa-se em uma região montanhosa e apresentava no início de sua criação uma mata nativa constituída por animais silvestres. Dionísio Antônio Vieira estabeleceu-se com sua família naquela época em um ranchinho próximo à entrada da comunidade. O Estado de Mato Grosso do Sul apresentava uma paisagem exuberante e fechada, motivo pelo qual teria levado Dionísio Antônio Vieira a se fixar com sua família no local promovendo o resgate cultural e preservando o saber tradicional, bem como pela procura de terras para morar, viver e se reproduzir.

Dionísio Antônio Vieira não foi à única pessoa a considerar furnas como um lugar apropriado e estratégico. No Estado de Mato Grosso do Sul existem demais comunidades negras localizadas nas furnas e/ou próximas, como e o caso da comunidade quilombola Furnas da Boa Sorte. A comunidade de Furnas do Dionísio é constituída por indivíduos de descendência de Dionísio, e seu território tradicional ocupa a mesma área desde o final do século XIX. Desde a criação do município de Jaraguari, Furnas do Dionísio configura-se

como uma comunidade identificada a partir de sua ocupação em forma de vila e povoado (SILVA, 2007a).

A área da comunidade de Furnas do Dionísio possui três tipos de associação entre solos (**Figura 06**): 1)- Latossolo roxo distrófico: textura argilosa e muito argilosa + Latossolo Vermelho Escuro distrófico argiloso + Latossolo Roxo eutrófico argiloso e muito argiloso; 2)- Litólicos eutróficos + Litólicos distróficos indiscriminados + afloramentos rochosos e 3)- Latossolo vermelho escuro álico: textura argilosa + Latossolo Roxo distrófico argiloso + Areias quartzosa sálicas (BRASIL, 1982).

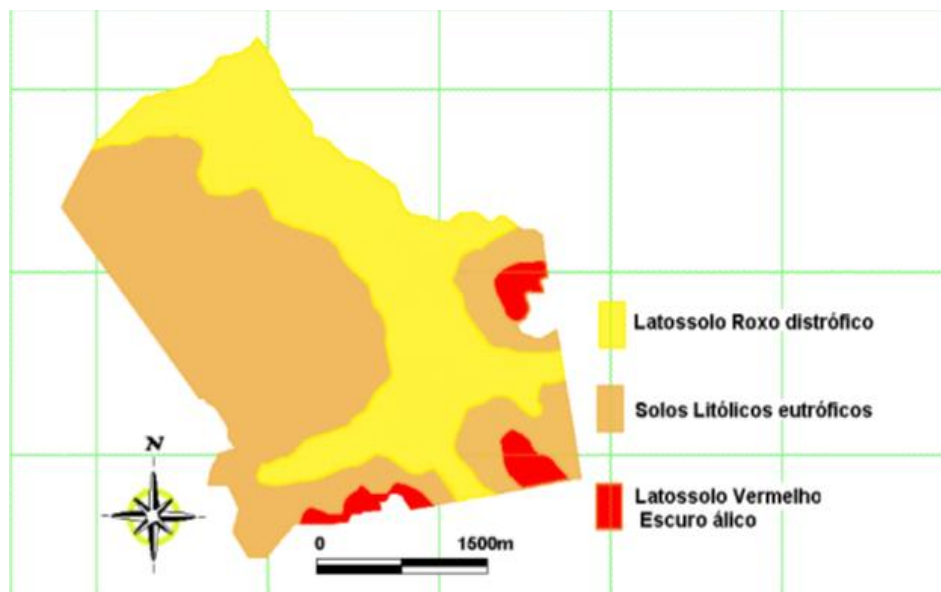


Figura 06: Tipos de solos presentes na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.
Fonte: OLIVEIRA, J. M. Z. P.S. da. 2005. Dados do RADAMBRASIL (BRASIL, 1982).

Os solos presentes são o resultado de apenas uma formação geológica, a chamada Serra Geral, pertencente ao grupo São Bento (DEL`ARCO et al, 1982). As rochas desta formação permitiram solos férteis (exceto os solos litólicos), o que garante para as famílias de Furnas do Dionísio a manutenção de atividades agrícolas em algumas unidades de produção familiar, fator este sempre procurado por grupos quilombolas desde o início da história para manterem sua reprodução social e econômica.

A formação vegetal predominante na comunidade de Furnas do Dionísio é formações savânicas e florestal de características estacionais (**Figura 07 e 08**) que compõem o bioma cerrado. O Cerrado apresenta uma ampla variedade de sistemas ecológicos com uma combinação peculiar entre as condições edáficas e climáticas (EITEN, 1994) e a maior

diversidade taxonômica em relação aos demais biomas existentes no Brasil (GOTTLIEB & BORIN, 1994).



Figura 07: Vegetação na época de seca.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.



Figura 08: Vegetação no período chuvoso.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.

O clima na comunidade, assim como em toda a região, é caracterizado como tropical brando de transição com variações mesoclimáticas de úmido ao subúmido. A temperatura média do mês mais frio é menor que 20° C e a maior temperatura ficam entre os 18° C (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 1990).

Do ponto de vista ecológico, Furnas do Dionísio se localiza em uma posição geográfica estratégica para uma efetiva conservação da biodiversidade do cerrado, por possuir boa parte de sua área uma vegetação nativa muito bem preservada, inclusive nas margens dos córregos existentes (**Figura 09**) além de ainda possuírem a presença de diversas espécies animais como é o caso do tamanduá bandeira.



Figura 09: Córrego com margem preservada em Furnas do Dionísio.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.

Os córregos que percorrem a comunidade de Furnas do Dionísio fazem parte da sub-bacia hidrológica pertencente ao rio Jatobá. Por se localizar em fundo de vale, Furnas do Dionísio ainda possui nascentes (**Figura 10**) e vários córregos (**Figura 11**) que abastecem inúmeras propriedades e famílias.



Figura 10: Nascentes em algumas propriedades.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.

Figura 11: Córregos bem preservados.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2014.

É oportuno destacar que a reprodução social, cultural e econômica das famílias pertencentes à comunidade de Furnas do Dionísio se deve atualmente por algumas variantes, dentre elas ao fator geográfico existente. A Formação geológica, o relevo e o clima, ou seja, a geografia do local são fatores estes que propiciam a reprodução social e econômica das famílias de Furnas do Dionísio na atualidade.

Os diferentes tipos de solo garantem a existência de atividades agrícolas e não agrícolas em algumas propriedades familiares de produção como forma das famílias complementarem a renda. A vegetação nativa composta pelo bioma cerrado se encontra bem preservada alcançando cerca de 58% de toda a área, garantindo a reprodução de espécies animais que se encontram já em extinção. Contudo, é relevante ainda ressaltar que as nascentes e córregos existentes na comunidade de Furnas do Dionísio fortalecem as atividades econômicas, como o turismo, mantendo ainda obtenção de renda não agrícola para a reprodução das unidades familiares.

3.2. PATRIMÔNIO HISTÓRICOCULTURAL E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS

A cultura atual e remanescente na comunidade quilombola é produto da evolução histórica e sociocultural da população desde os primórdios do quilombo. De acordo com informações da revista *Miscigenação* (1992), o ex-escravo fundador de Furnas, Dionísio Antônio Vieira teria fugido do Estado de Minas Gerais, em companhia de filho Abrão, vindo para os Campos de Vacarias e onde se estabeleceu com sua família, fugindo do sistema escravista. De fato, não há informações concretas e suficientes que relatam o primeiro contato do senhor Dionísio nas terras do território de Mato Grosso, mas, há indícios e sinais que Dionísio Antônio Vieira teria vindo para estas terras na condição de escravo. Isso ocorreu porque:

A região de Mato Grosso do Sul, tinha grandes extensões de terras devolutas, região com espaços vazios, eram os relatos de soldados escravos que lutaram durante a guerra do Paraguai e retornaram para Minas Gerais entusiasmaram vários mineiros, entre eles José Antônio Pereira [...] Contam com José Antônio Pereira em 1872, sendo ele um dos escravos vindo à comitiva [...] (LEITE, 1994, p. 26).

É por meio da lembrança e da memória dos antigos moradores da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio que de fato se construiu a historicidade do grupo familiar, entretanto, passaram muitas gerações até que fosse documentada a história desse povo tradicional. Sebastião Abadio Martins²⁰, neto de Dionísio esclarece que Dionísio viajou com seus filhos de Minas Gerais e encontrou nas Furnas, novas possibilidades de resgate da sua cultura através do reestabelecimento de laços afetivos.

De acordo com os autores Bandeira e Dantas (2002) por meio de relatos dos moradores e lideranças do grupo, descrevem que o senhor Dionísio chegou nessas terras através de uma comitiva de gado, em busca de terras acessíveis para as atividades produtivas visando a plantação e a agricultura e não como condição de escravo fugitivo. Os relatos dos moradores e parentes do pioneiro Dionísio Antônio Vieira dão conta que:

²⁰ Informações de Sebastião extraídas da dissertação de mestrado de: OLIVEIRA, A.M de. **CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO**. Universidade Católica Dom Bosco/Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local. Campo Grande/MS, 2004.

Quem começou tudo aqui foi meu avô. Diz que ele veio de Minas no lombo de um burrico. Veio, chegou aqui, gostou do lugar, achou o lugar bom. Foi o primeiro a entrar. Aqui era tudo bruto, brabo. Não tinha viva alma. Tinha muita onça, muito perigo. Fez rancho, cortou árvore, começou tudo. Era um homem de muita coragem, de muito poder (SINHANA²¹ apud BANDEIRA e DANTAS, 2002, p. 215).

De acordo com as leituras, na região Sul de Mato Grosso houve compra e venda de escravos, principalmente nos locais onde hoje se localizam os municípios de Miranda, Paranaíba, Corumbá e Nioaque. De fato, podemos concluir que no atual estado de Mato Grosso do Sul houve um período de escravidão que até 11 de outubro de 1977 fazia parte do território do estado de Mato Grosso.

É interessante destacar ainda a suposição de que o senhor Dionísio tenha vindo para as atuais terras de Mato Grosso do Sul na condição de escravo que; posteriormente com a abolição da escravatura em 1888²², retornara para o local, estabelecendo assim, na famosa região das Furnas/MS (PEROGIL, 2012). Existem indícios e relatos dos moradores que alegam que a chegada de Dionísio Antônio Vieira teria sido atraída pela disponibilidade de terras devolutas encontradas no atual Estado de Mato Grosso do Sul, um dos motivos principais da vinda de senhor Dionísio para estas terras.

Segundo alguns relatos e informações documentadas, Dionísio Vieira fixou-se com sua família no ano de 1980 vindo do estado de Minas Gerais no mesmo local onde hoje se localiza a comunidade de Furnas do Dionísio, no atual município de Jaraguari/MS. Contudo, Jaraguari naquele período não existia, apenas foi reconhecido e consolidado como município no ano de 1953²³ ao qual atualmente é um dos municípios que compõe a microrregião de Campo Grande (PEROGIL, 2012).

²¹ Relatos contados pela moradora Sinhana, liderança local da comunidade de Furnas do Dionísio/MS. Extraído de: PEROGIL. Daiana. **Uma análise do Programa Brasil Quilombola na comunidade Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS: Política de Território e Identidade.** UFGD/Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2012.

²² Ano em que houve a abolição da escravidão no Brasil. Consultar também:GADELHA. Regina Maria d'Aquino Fonseca. **A Lei De Terras (1850) e a Abolição da Escravidão Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do século XIX.** R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989. PINSKY. Jaime. **A Escravidão no Brasil.** Editora Contexto.São Paulo, 2010. MOURA. Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

²³ De acordo com Bandeiras e Dantas (2002) o município de Jaraguari possui uma área equivalente ao total de 2.366km² e está localizado geograficamente na atual microrregião de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Jaraguari é um município que faz divisa ao norte com o município de Bandeirantes e ao sul com os municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo; a leste, com o município de Bandeirantes e a oeste com o município de Rochedo. O município de Jaraguari foi criado pela Lei nº 692 de 12 de dezembro de 1953 e é constituído por dois distritos: o distrito sede e o distrito de Bom Fim. Jaraguari também é conhecida como: Rochedinho, Vila Para-Tudo, Mansões Palomar, Boliche, Campo Verde, Jaraguari Velho, São Romão e Furnas de Dionísio. Extraído de: PEROGIL. Daiana. **Uma análise do Programa Brasil Quilombola na comunidade**

Entretanto, ao passar o período de seis anos de ocupação de senhor Dionísio com sua família nas terras do Estado de Mato Grosso do Sul decidiu fazer a solicitação e requerimento da posse de terra da Fazenda chamada naquele tempo de Legeadinho, contendo aproximadamente 914 hectares. Portanto, é oportuno destacar que:

Em 1913 foi realizada demarcação e medição destas, constatando-se que havia um excesso de 654 hectares, perfazendo esta diferença um valor de 850, 200 (oitocentos e cinquenta mil e duzentos réis), no preço de 1,300 (mil e trezentos réis) por hectares, diferença paga por Dionísio. Somente em 1917 o Estado lhe perpetuou o título definitivo da posse das terras, intitulado 914 hectares para que pudesse viver com seus descendentes [...] (PAULETTI, 2003, p.19).

Dionísio Antônio Vieira foi casado com Luiza Joana de Jesus ao qual teve onze filhos; com o falecimento de Dionísio em 2 de março de 1930 e posteriormente com a morte de sua esposa em 10 de outubro de 1933, os filhos resolvem inventariar a área e demarcar o território em limites familiares, definindo a entrega dos hectares de acordo com o tamanho da família (PAULETTI, 2003).

Após o processo de distribuição das terras em hectares para as famílias descendentes de Dionísio, alguns dos herdeiros venderam seus lotes e migraram para o centro urbano em busca de melhores condições de trabalho e de vida, ocasionando, assim, a redução das terras em Furnas do Dionísio. A legalização da terra como território quilombola, alguns dos descendentes e herdeiros da família de senhor Dionísio que estavam morando na cidade voltaram para as terras pertencentes a eles. O processo de identificação e reconhecimento de Furnas do Dionísio como sendo território quilombola se inicia apenas no ano de 2000, quando famílias de senhor Dionísio Antônio Vieira pedem o reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares (PEROGIL, 2012). Podemos salientar ainda de acordo com as análises que houve grande dificuldade no processo de reconhecimento e titulação das terras pertencentes às famílias de Dionísio como se constituindo um território quilombola. Cabe destacar que até o ano de 2003 a Fundação Cultural Palmares (FCP) não encontrou critérios suficientes para a titulação, o que de fato acarretou grandes desdobramentos para a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

Apesar da grande dificuldade no reconhecimento da comunidade de Furnas do Dionísio como um território quilombola; a partir do ano de 2005 a Comunidade recebe o título de seu

reconhecimento identitário pela Fundação Cultural Palmares, com publicação no Diário Oficial da União mais especificamente em 25/05/2005. De fato, apesar do processo de titulação das terras em Furnas, ainda encontra-se em poder do INCRA a fase de andamento da titulação e reconhecimento da área de Furnas do Dionísio como sendo um território remanescente de quilombo.

As terras na comunidade de Furnas do Dionísio estão divididas em lotes individuais bem como em chácaras ao qual pertencem as famílias do finado senhor Dionísio podendo alguns possuir o título de posse. Muitas terras na comunidade possuem mais um valor sentimental e um aspecto simbólico do que econômico.

Claval (1996) comenta que o valor sentimental é uma dimensão simbólica do território, ao qual o sujeito apresenta forte sentimento de pertencimento ao lugar de origem devido ainda às experiências de vida, laços afetivos, memórias, fatores de nascimento e/ou sepultamento de antigos membros familiares e antepassados, o que definem de certo modo a territorialidade local do grupo. Pode-se destacar ainda que:

São os lugares de memória: o seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial ou próprio a uma religião, à uma cultura: eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (BRUNET et. al apud CLAVAL, 1996, p. 10).

Ao analisar a comunidade de Furnas do Dioniso percebe-se que a apropriação do território pelas famílias vai além dos marcos e limites físicos, ocorrendo ainda um sentimento de pertencimento ao território ao qual se traduz como um laço e um vínculo muito forte, o que podemos ainda designar como apropriação simbólica do espaço. Em Furnas do Dionísio, o sentimento de pertencimento ao território é intenso, pois todos os recursos naturais estão disponíveis e tudo esta relacionado à questão do uso comum da terra. Em relação a isso, Haesbaert (2006) assegura que:

Assim, ao associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (HAESBAERT, 2006, p. 121).

De acordo com Hall (2004) não tem como considerar a questão do território sem a questão da identidade, pois território e identidade são indissociáveis. O mesmo autor esclarece ainda que há mudanças e transformações no processo de identificação, de fato, a identidade de

um grupo social não é uma unidade imutável e; cada indivíduo sente, vive e reproduz sua identidade de maneiras diferentes.

Na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, as manifestações culturais e as tentativas de resgate da cultura de matriz africana são fortes e revelam a origem e essência da comunidade quilombola. As famílias tentam manter o patrimônio, traços históricos, sociais e culturais, promovendo, assim, a manutenção de sua identidade (**Figura 12**) buscando no território, símbolos (**Figura 13**) e marcas africanas, marcar a territorialidade da comunidade quilombola.

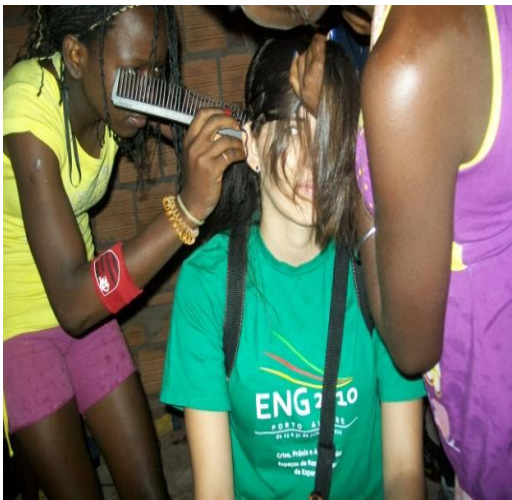


Figura 12: Representação da identidade.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2011.



Figura 13: Símbolos do resgate cultural.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2011.

A afirmação da negritude dos sujeitos é muito valorizada na comunidade de Furnas do Dionísio. Embora ainda alguns indivíduos não se reconheçam como quilombolas na atualidade, podemos observar que as famílias da comunidade ainda se reconhecem e afirmam a sua identidade negra. A marca desta identidade se encontra na percepção dos moradores e nas manifestações socioculturais (**Gráfico 01**). As celebrações como a Festa de Santo Antônio (90%), Festa da Rapadura (55%), danças Engenho Novo (45%) e o Catira (45%) representam novas formas de territorialidade presente no grupo.

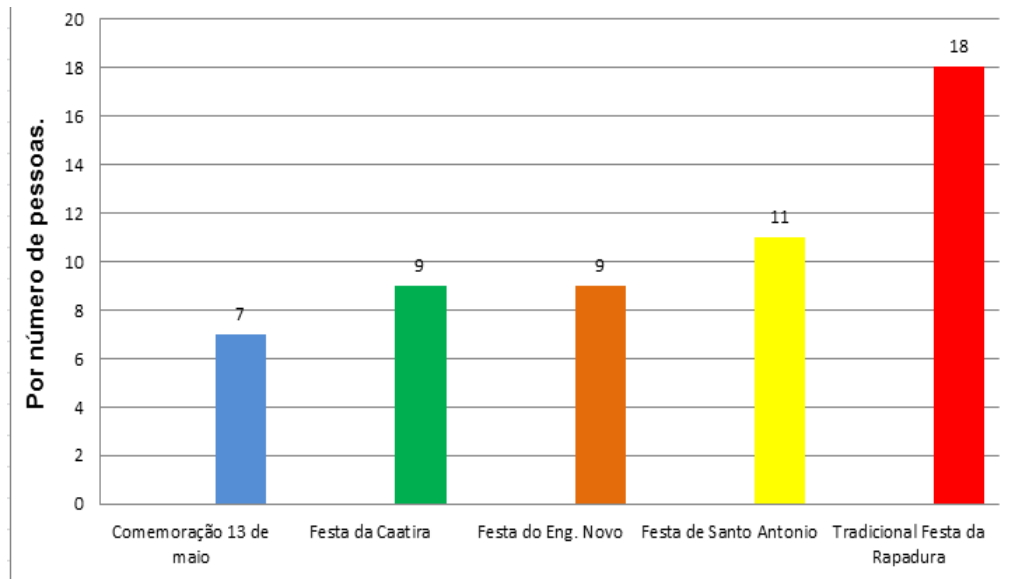


Gráfico 01: Manifestações e práticas socioculturais na comunidade de Furnas do Dionísio.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Atualmente se percebe a importância da participação de crianças e jovens negras (**Figura 14**) pertencentes às famílias da comunidade para a preservação da identidade étnica do grupo e do resgate cultural expresso a partir das manifestações sócio/culturais, como exemplo das diversas danças presentes em Furnas do Dionísio.



Figura 14: Forma de identidade através da Dança beleza negra.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2011.

A identidade quilombola tem origem nos elementos da ancestralidade étnica. De acordo com Ferreira et. al. (2005) as práticas culturais e religiosas, dentre outras manifestações passadas de geração para geração entre as famílias, promovem um espaço de uso comum e de trocas, transformando o território de origem em um território usado, este território, logo, tem como alicerce o espaço e a cultura, ou seja, tem por base o território e a territorialidade. O território representa um espaço indissociável das relações entre pessoas e pessoas, pessoas e ambiente vivido. Logo, o território ainda surge como um tecido social e histórico no qual as heranças e os vínculos culturais têm grande importância para a garantia do direito a terra (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Diante dessa perspectiva, Funari e Pinsky (2001) salientam que as festas e os momentos de festejo apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar aquilo que um dia ficou registrado na memória coletiva. Observa-se, logo, que os descendentes de Dionísio se unem para celebrar e festejar acontecimentos e datas importantes segundo os seus valores locais, reforçando de certa maneira a aliança comunitária e a identidade cultural (OLIVEIRA & MARINHO, 2005a).

Para Claval (2001) a cultura é tida como a junção de componentes, no que tange os saberes, os conhecimentos, as técnicas, e os valores acumulados pelos indivíduos ao longo do tempo e transmitidos de geração para geração. Dessa forma, pode-se considerar que o ser humano é um animal simbólico em perpétua mutação, aos quais suas manifestações socioculturais expõem valores de pertencimento e identidade expressando, assim, a territorialidade do grupo.

Na comunidade de Furnas do Dionísio as práticas culturais e os momentos de festejo e devoção religiosa organizam-se em torno da comunidade. As celebrações locais comprovam o caráter religioso e as tradições são transmitidas de geração para geração. O conjunto das tradições culturais transmitidas é complexo e contém diversos aspectos, desde as danças até a culinária.

Por se constituírem e definir como uma comunidade remanescente de quilombo, as suas tradições culturais poderiam ter se perdido, mas os moradores pertencentes ao grupo conservam ainda tradições e saberes adquiridos dos familiares de origem e etnia Africana. Os exemplos disso estão na culinária, nas danças e nas pinturas (**Figuras 15 e 16**) e demais aspectos culturais apreendidos e transmitidos para as crianças e jovens.



Figura 15: Identidade quilombola.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.



Figura 16: Representações culturais.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Estes elementos identitários foram indispensáveis para o reconhecimento do território e da territorialidade existente na comunidade de Furnas do Dionísio pela Fundação Cultural Palmares. Portanto, o território traz estas marcas identitárias sendo:

[...] o espaço das relações sociais que se conectam em harmonia para a apropriação por grupos socioculturais que refletem uma identidade comum (no sentido de autoafirmação perante o outro, constituindo em mudança e constante transformação de um processo de aceitação); sentido de pertencer ao grupo e ao espaço em que estão inseridos e apropriação do território, que conduz à territorialidade (constando-se como resultado coletivo de um grupo social para usar e se identificar com determinado ambiente físico, político e social) (OLIVEIRA, 2004, p. 85).

Diante dessa perspectiva, a territorialidade dos remanescentes de quilombos, como o caso da comunidade de Furnas do Dionísio, é formada pelas fugas, pelas heranças, bem como ainda pelas doações e/ou compras de terras. A territorialidade também se caracteriza a partir da concepção de identificação com o território que denota da busca incessante pela liberdade, pela construção da própria história e pela autonomia (AMORIM, 1998).

As famílias da comunidade de Furnas do Dionísio enxergam o seu território como um lugar simbólico compostos por elementos identitários, promovendo subsídios para um efetivo desenvolvimento, construindo, assim, um ambiente favorável para a manutenção da cultura.

Em Furnas do Dionísio a manutenção da cultura e dos elementos identitários são transmitidos de geração em geração e as crianças e os jovens (**Figura 17**) comprovam este caráter cultural através de suas manifestações, expressando assim, a territorialidade do grupo.



Figura 17: Preservação da cultura e identidade através das crianças e jovens.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

A discussão sobre a territorialidade dos remanescentes das comunidades tradicionais [...] envolve suas formas de uso e apropriação do espaço e dos recursos naturais, territorialidade, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia [...] coloca-se a questão de territorialidade dos grupos tradicionais, entre eles os quilombolas, como fator fundamental de construção da própria identidade do grupo (AMORIM, 1998, p. 05).

Hoje, falar em território quilombola é falar de resistência, pois, atualmente o território mostra-se não somente como base física territorial para as comunidades remanescentes de quilombos, mas como um espaço enraizado na base cultural e na ancestralidade, materializado através das práticas socioculturais de existência, que os faz se identificar enquanto negros quilombolas que ainda lutam pela posse de suas terras e pelo reconhecimento de sua identidade.

A territorialidade das comunidades tradicionais quilombolas também se expressa por meio do uso coletivo e comum dos recursos naturais como a terra, solos, vegetação e água, pelas relações familiares de parentesco e amizade, bem como ainda pelas formas econômicas de produção existentes. Em Furnas do Dionísio o solo e a água (**Figura 18**) são patrimônios naturais conservados culturalmente, de uso comum por todas as famílias da comunidade, expressando a territorialidade do grupo.



Figura 18: Territorialidade presente através do uso comum dos recursos naturais disponíveis.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Dessa maneira, o controle coletivo sobre os recursos de uso comum como a terra e a água dentro da unidade familiar de produção funciona como componente fundamental responsável por suportar uma produção mais autônoma baseada, sobretudo, no trabalho das famílias (ALMEIDA, 2002). O autor ainda comenta que há séculos as comunidades quilombolas vêm lutando pelo reconhecimento e manutenção de sua territorialidade frente às arbitrarias instâncias de poder, pois para estas populações o que importa é que a territorialidade funcione como um fator de identificação, defesa e força, fato este encontrado na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.

Desse modo, percebe-se que a Comunidade Furnas do Dionísio, apesar de apresentar certa fragilidade no contexto social e econômico, possui alguns componentes para produzir auto-sustentabilidade com base na história cultural do grupo e uso racional dos recursos naturais abundantes.

4.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO/MS

Nas primeiras décadas do século XX, a comunidade de Furnas do Dionísio se encontrava em uma situação de isolamento geográfico pelo fato do difícil acesso ao local. Articulava-se com o mercado regional através da venda do excedente da produção. A integração dos produtos com o mercado acontecia principalmente com a cidade de Campo Grande/MS (JÚNIOR, 2009).

Em tempos precedentes, segundo o, Dionísio Antônio Vieira e sua família se constituem e representavam uma unidade de produção. Plantavam roças de mantimento, algodão, cana e criavam gado, dentre outros tipos de animais. As mulheres exerciam um papel fundamental e não podiam se afastar de suas expedições de coleta dos frutos e de plantas medicinais, também teciam, faziam cobertas, tapetes, óleo, sabão, dentre tantos outros produtos artesanais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1998).

A produção para o consumo familiar atendia as necessidades da comunidade e a competência técnica permitiu que a comunidade desenvolva-se uma unidade de produção mais eficiente, capaz de atender às necessidades do grupo, com o excedente da produção sendo comercializados. Os produtos da comunidade de Furnas do Dionísio conquistaram grande aceitação e prestígio no mercado regional pela sua alta qualidade, o que sempre garantiu fácil e aceitável circulação no mercado. A qualidade dos produtos e alimentos, como a rapadura, a farinha, ainda se mantém nos dias de hoje, promovendo ampla aceitação no mercado (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1998).

Nas visitas realizadas percebeu-se claramente que o papel da mulher no trabalho familiar possui grande importância na comunidade. Das 20 entrevistas realizadas, num total de 53 pessoas no contexto das famílias, existem mais mulheres do que homens o que comprova a importância da mulher dentro da unidade familiar, pois atualmente é a mulher que exerce várias funções e se torna a mais responsável pela produção e pela renda doméstica. A média familiar se aproxima de 2,1 pessoas por família que, se considerada um número elevado de idosos, compromete a população economicamente ativa e com saúde para o trabalho. Os números se agravam mais se computarmos a grande quantidade de pessoas acometidas de doenças cardíacas, comum nas populações negras resultante da consanguinidade.

Observamos ainda que as famílias possuem e expressam certa religiosidade (**Gráfico 02**) onde existem 37 pessoas católicas e 16 pessoas evangélicas, segundo os dados das entrevistas.

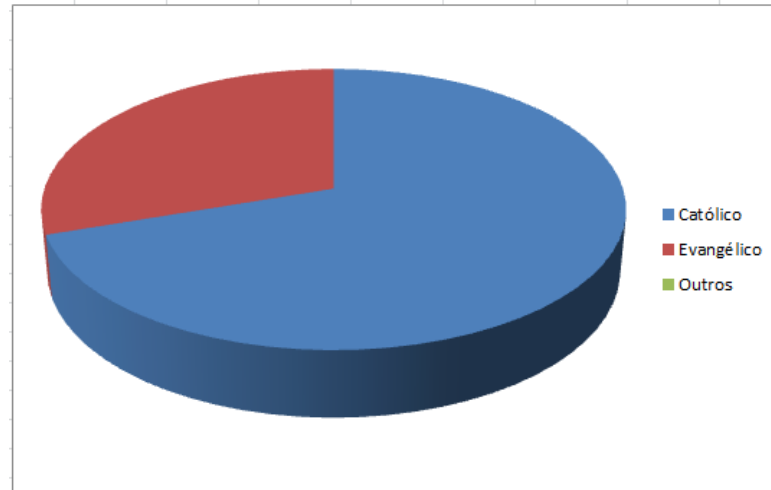


Gráfico 02: Religião na comunidade de Furnas do Dionísio.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Quanto a moradia há basicamente três tipos: a do tipo alvenaria (**Figura 19**), a do tipo mista (**Figura 20**), combinado através da construção do tipo tradicional com alvenaria e a do tipo tradicional (**Figura 21**) de pau a pique, cobertura de sapé e/ou bacuri.



Figura 19: Construção tipo alvenaria. **Figura 20:** Construção tipo mista. **Figura 21:** Construção tipo tradicional.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

A comunidade conta com duas escolas, sendo uma delas rural municipal e uma escola estadual, a Escola Zumbi dos Palmares (**Figura 22**); esta última funciona em dois períodos,

atendendo a educação básica do campo, oferecendo ainda o ensino médio em período e tempo integral.



Figura 22: Escola Estadual Zumbi dos Palmares.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

A base econômica da comunidade de Furnas do Dionísio como esclarece Leite (1995), está fortemente baseada e atrelada às formas da agricultura familiar camponesa voltada para a subsistência das famílias e se encontra vinculada ainda de certa forma com o comércio, oferecendo produtos de derivados de cana, como a exemplo da rapadura de vários sabores, como o melado de cana, a garapa e o açúcar mascavo. Para Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979) os camponeses são identificados através de sua relativa autonomia na gestão da força de trabalho e no processo produtivo, ao qual ainda se articulam com o mercado, fato este encontrado na comunidade de Furnas do Dionísio.

Os moradores produzem a farinha de mandioca como subprodutos plantam cana, milho, banana, laranja, manga, quiabo e a mandioca (**Tabela 01**) como produto principal de consumo popular. Criam animais de pequeno e médio porte onde o rebanho leiteiro (**Figura 23**), é destaque (SILVA, 2007a). As hortaliças também são cultivadas na comunidade como o tomate e o pepino (**Figura 24**), para consumo das famílias ao qual o excedente da produção também é comercializado.

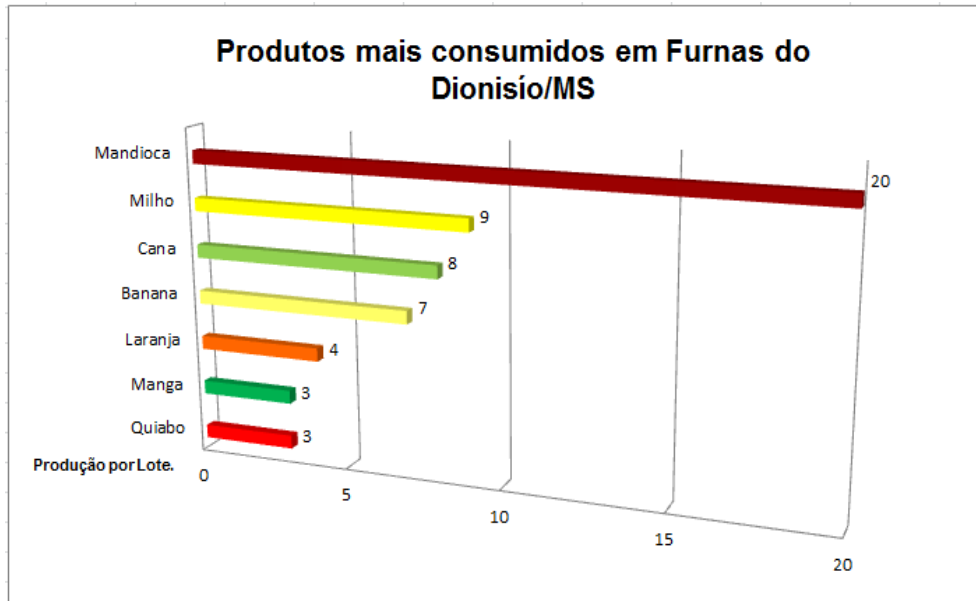


Tabela 01: Produtos alimentícios mais consumidos em Furnas do Dionísio.

Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.



Figura 23: Rebanho Leiteiro.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.



Figura 24: Plantação de pepinos.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Uma característica marcante na comunidade de Furnas do Dionísio é a organização familiar que ocorre desde a época da formação do quilombo, principalmente no que diz respeito ao cultivo e manejo da terra para a produção coletiva visando à subsistência das famílias, aspectos estes também presentes na organização camponesa. No entanto, a maior parte dos membros da comunidade possui produção própria, para autoconsumo das famílias, cujos produtos excedentes são comercializados nos municípios vizinhos. Nessa perspectiva vale lembrar que:

No trabalho camponês, uma parte da produção camponesa entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a

outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista [...] (OLIVEIRA, 1986, p, 68).

A terra camponesa não é expressa apenas pela terra do trabalho, se torna também a morada da vida, como o lugar dos animais, do pomar, da horta e do jardim, é, portanto, terra da fartura, onde o grupo familiar se constitui e constrói suas potencialidades pela mediação do autoconsumo. Vale ainda destacar que a oferta de alimentos entre a vizinhança, de fato, promove um sistema múltiplo de trocas sob a forma de presente ao qual o indivíduo que oferta estabelece uma relação de direito tácito pela pessoa que é beneficiada (CANDIDO, 1982). Assim, o autoconsumo é importante, pois:

A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência tem, primeiramente, uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família. Logo, comida é mais que comida como alimento; na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que oferece por meio do trabalho; nesse sentido “comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p, 37).

Dessa forma podemos ressaltar que a comida e posteriormente a visão de fartura exerce funções além da finalidade alimentícia. A comida, portanto, cumpre um desempenho com relação à sociabilidade, pois é através da produção de alimentos que o homem camponês expressa os seus laços de pertença e identidade.

Estudar os camponeses é essencial não somente para identificar a capacidade de sua resistência que se fundamenta na economia familiar, mas, para se compreender os elementos da economia doméstica ao qual não se caracterizam dentro das categorias da economia capitalista (SHANIN, 2008).

Para o estabelecimento do direito a propriedade na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio foi primordial, através da Fundação Cultural Palmares, o reconhecimento de um território remanescente de quilombo por seus aspectos étnicos, históricos, culturais e socioeconômicos, para que as terras fossem delimitadas evitando, assim, novos conflitos e disputas territoriais. Portanto, pode-se destacar que:

[...] a propriedade familiar camponesa não é instrumento de exploração do trabalho alheio e, por isso, o objetivo não é obter lucro médio, mas a reprodução da família camponesa, e, mesmo nos casos em que há apropriação de renda da terra, excedente econômico, a renda é usada para propiciar, na perspectiva chayanoviana, melhorias na qualidade de vida como, por exemplo, diminuição do sobretrabalho. Então faz sentido ela ser considerada renda camponesa (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p, 51).

4.4 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO

Estudos recentes sobre as unidades de produções familiares têm mostrado de que a pluriatividade econômica exercida dentro da agricultura familiar está delineando e construindo novas identidades sociais e culturais no território onde se encontram contribuindo para um desenvolvimento rural efetivo. A pluriatividade se refere à combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a prática da agricultura (SCHNEIDER, 2009).

Nas últimas décadas as famílias inseridas no meio rural vêm construindo novas dinâmicas e estratégias de resistência social, econômica e ate mesmo cultural para permanecer em seus estabelecimentos, operando de forma oposta ao modelo de produção estabelecido pela agricultura capitalista. No entanto, pode-se afirmar de que:

[...] Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômicos que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. (SCHNEIDER, 2009, p. 14).

Entretanto, a pluriatividade vai se caracterizar como um fenômeno característico e estratégico de reprodução das famílias de agricultores rurais ao qual residem em áreas onde a articulação com o mercado se verifica através das atividades não agrícolas ou para-agrícolas. De fato a interação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode ser mais intensa e complexa na medida em que se verificarem as relações dos agricultores com o ambiente econômico, cultural e social em que estão inseridos. (SCHNEIDER, 2009). Contudo, pode-se

salientar de que a pluriatividade é caracterizada como um fenômeno heterogêneo ao qual esta atrelada fortemente as estratégias econômicas, sociais, culturais e produtivas adotadas pelos agricultores familiares no contexto rural.

A pluriatividade permite reconceituar à propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based-farming*).[...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990, p. 367).

Na comunidade de Furnas do Dionísio pode-se identificar a existência de uma agricultura familiar onde as famílias conseguem ampliar a renda agrícola favorecida pelos programas PAA e PNAE e pela pluriatividade. De fato, constata-se a presença de atividades agrícolas e não agrícolas ao quais as famílias complementam a renda doméstica, como forma esta de resistência e permanência das famílias no campo na contemporaneidade. Nota-se então que a agricultura familiar desempenhada na comunidade de Furnas do Dionísio é baseada em pluriatividade econômica no contexto rural ao qual esta inserida e segue muito das práticas, técnicas e saberes tradicionais da agricultura familiar herdados das antigas gerações, o que expressa assim uma lógica de produção camponesa.

A mandioca (**Figura 25**) é o produto principal de subsistência das famílias e de grande importância na atividade comercial e renda das famílias. Ainda produzem a cana-de-açúcar, o milho, a banana (**Gráfico 03**) dentre outros produtos como fonte de renda agrícola desempenhada nas unidades familiares.



Figura 25: Cultivo de mandioca para o autoconsumo e comercialização.

Fonte: BALDO, A.C.S. e STURZA, J.A.I. 2014.

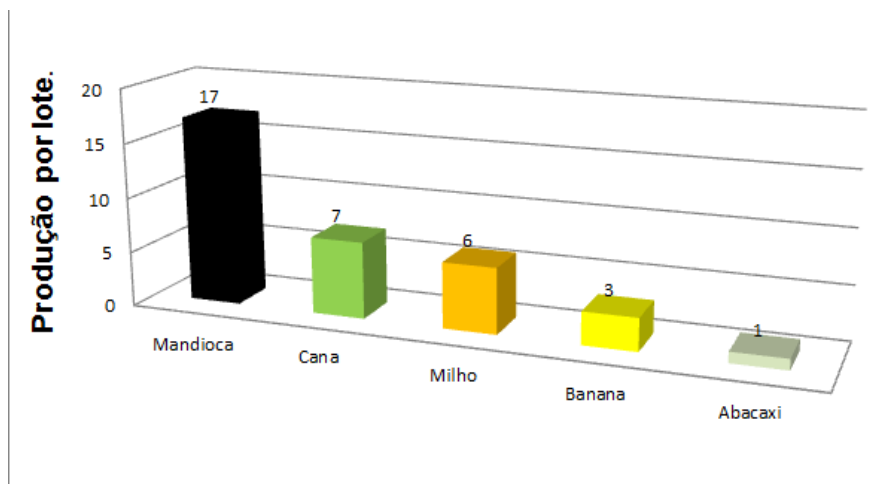


Gráfico 03: Produção comercializada como parte da renda agrícola.

Fonte: BALDO, A.C.S. e STURZA, J.A.I. 2014.

Em Furnas do Dionísio, está presente a produção artesanal de rapadura; técnica esta tradicional da agricultura familiar camponesa quilombola (**Figura 26**) onde produzem ainda derivados da cana de açúcar, mandioca e do leite, possibilitando a expansão da renda e a preservação da história e da identidade local do grupo.



Figura 26: Produção artesanal da rapadura.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

O galpão (**Figura 27**), construído na comunidade abriga os equipamentos de processamento de alimentos da Agroindústria para a produção de derivados da cana de açúcar, como o tacho, a moenda, os balcões, dentre outros utensílios. O objetivo principal das famílias é complementar a renda familiar e manter a tradição cultural, transformando a matéria prima da cana de açúcar em melaço, açúcar mascavo e rapadura.



Figura 27: Galpão pertencente à agroindústria em Furnas do Dionísio.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

A economia existente na comunidade quilombola é representada por uma agricultura familiar camponesa que segue pela transmissão de práticas e saberes tradicionais da agricultura camponesa, onde terra é terra de trabalho e não de especulação capitalista (PAULINO e ALMEIDA, 2010). Dela vêm os benefícios socioeconômicos voltados não somente para questões de melhorias de emprego e de renda, mas, como também possibilidades no fortalecimento da cultura e da identidade local do grupo.

A atividade agrícola e outras têm ligação estreita com a natureza e fertilidade dos solos. Quando o solo em alguma das propriedades familiares possui melhor aptidão agrícola, é possível encontrar pequenas lavouras (**Figura 28**) com predominância para o cultivo da mandioca.



Figura 28: Exemplo de pequena lavoura típica da agricultura familiar.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Nas unidades familiares que apresentam um solo menos favorável, como é o caso dos solos litólicos eutróficos + afloramentos rochosos, pode-se observar prática da pecuária leiteira (**Figura 29**) para o abastecimento do leite para as famílias, bem como a criação de animais (aves em geral, suínos, peixes, etc.).



Figura 29: Pecuária leiteira exercida em vários lotes da comunidade.
Fonte: BALDO, A.C.S. 2015.

Podemos identificar uma agricultura familiar camponesa expressa também nos saberes tradicionais e técnicas artesanais de produção ligada a logica de produção camponesa como forma de reprodução das famílias no campo na atualidade. Para alguns autores:

[...] A agricultura familiar camponesa, com toda a sua diversidade, é responsável não só pela maior parte dos alimentos que consumimos em todas as regiões do país, como pela existência de um tecido social capaz de dar dinamismo a estratégias econômicas locais/regionais de desenvolvimento. É este o setor responsável, também, pela manutenção de uma paisagem mais preservada e mais biodiversa, como se almejaría se buscamos o tal de desenvolvimento sustentável (que poucos sabemos exatamente o que é). São mais de 4,3 milhões de unidades familiares de produção e poderiam ser muitos milhões a mais se realmente nosso país viesse a realizar uma “reforma agrária integral” como sugerem os sucessivos Planos Nacionais de Reforma Agrária. (SCHMITZ, 2010, p, 08).

Furnas do Dionísio apresenta diversas atividades agrícolas e não agrícolas no bojo da agricultura familiar dentro das unidades de produção, expressando assim, novas formas de adaptação ao meio rural e reprodução das famílias. Fuller (1990) e Marsden (1992) relatam de que em determinadas regiões do País, parte considerável das unidades de produção familiar não depende mais apenas do trabalho e atividades agrícolas para manter a renda e viabilizar a reprodução social, pois conseguem ampliar o orçamento doméstico através de atividades e funções desenvolvidas fora das propriedades rurais familiares.

Muitas unidades de produção conseguem diversificar as fontes de renda com atividades não agrícolas. Furnas do Dionísio é uma comunidade que mantém a chamada

pluriatividade econômica (**Tabela 02**) na agricultura familiar. A pluriatividade é constatada no exercício de empregos ou serviços por tempo parcial fora das propriedades.

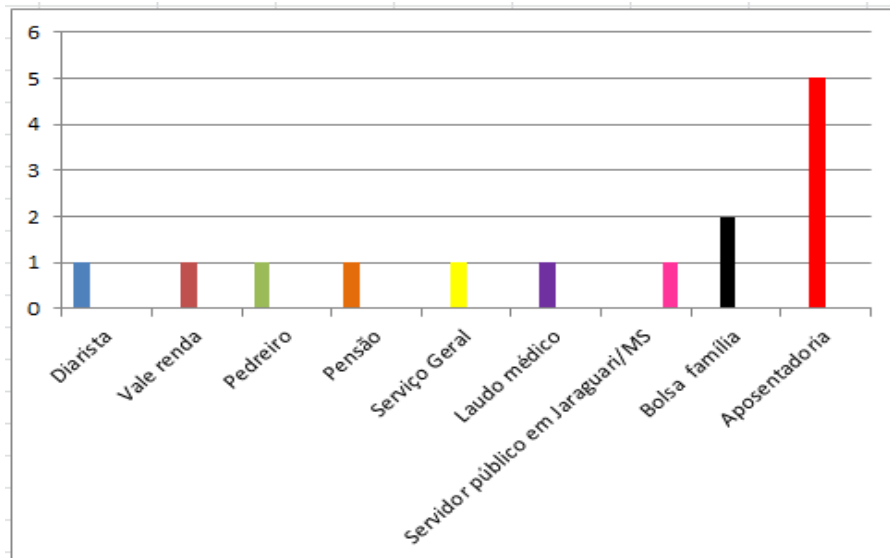


Gráfico 02: Pluriatividade como complementação da renda doméstica para as famílias De Furnas do Dionísio/MS. **Fonte:** BALDO, A.C.S. 2015.

De acordo com Lamarche (1993) o que se identifica, hoje, é que as propriedades familiares são unidades de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão ligados à família, o que comprova a diversidade e a alta capacidade de adaptação ao meio que estão inseridas. As unidades familiares de acordo ainda com o autor tem um alto poder de adaptação onde alocam atividades agrícolas e não agrícolas em seus estabelecimentos com o objetivo de permanecerem em suas terras e complementar a renda doméstica. Neste sentido:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontrada para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Furnas do Dionísio é uma comunidade quilombola que desenvolve múltiplas atividades na agricultura familiar – a pluriatividade -, como a plantação e o cultivo da mandioca, a produção artesanal da rapadura e derivados de cana de açúcar, a farinha de mandioca. Além destes produtos também encontra-se o artesanato, atividades turísticas e esportes como o ciclismo (**Figura 30**).



Figura 30: Turismo e ciclo aventura na comunidade de Furnas do Dionísio/MS.

Fonte: <http://www.diariodoestadoms.com.br/noticia/2714,Estao+abertas+as+inscricoes+para+o+Desafio+Furnas+de+Dionisio>. Acesso em 23 de maio de 2015.

De acordo com Marafon (2006) e Ambrósio (2008) atualmente encontramos atividades e funções voltadas para os serviços turísticos dentro dos estabelecimentos familiares de produção. Furnas do Dionísio é uma comunidade que possui o turismo como opção de renda para as famílias e sua paisagem encontra-se preservada, como a exemplo do solo e da água (**Figura 31**), para a manutenção de pousadas, restaurantes e práticas de atividades como cavalgadas e ciclismo, dentre outros.



Figura 31: Água preservada com manutenção da paisagem e do turismo em Furnas do Dionísio/MS. **Fonte:** BALDO, A.C.S. e STURZA, J.A.I. 2014.

A pluriatividade na agricultura familiar caracteriza-se como um processo histórico que sempre esteve presente em comunidades tradicionais como um fator primordial para a permanência desses povos no meio rural, fato este encontrado na comunidade em estudo. As múltiplas atividades contempladas na comunidade quilombola são de grande importância para que promova o potencial endógeno de desenvolvimento, pois o território onde se encontram é núcleo de intensas tradições históricas e culturais.

Contudo, os recursos disponíveis como o solo, vegetação e a água se tornam elementos essenciais para a implantação de outras atividades que visem o desenvolvimento coletivo do grupo, como é o caso do turismo. Furnas do Dionísio se constitui, atualmente, como um patrimônio identitário rico; elementos estes fundamentais para um processo de resistência e permanência do grupo social no território onde se encontram.

IV. CONCLUSÕES:

Estudar comunidades quilombolas é algo que surpreende o pesquisador especialmente no contato e calor humano encontrado junto a estas populações ainda marginalizadas e com pouca visibilidade política e social. Foi assim que nos deparamos e sentimos no decorrer e ao final da pesquisa.

A cultura também é um aspecto ímpar e não se constitui como sendo um conjunto de valores cristalizados, mas se recria no tempo/espço e se identifica na medida em que os indivíduos redefinem e reconstróem suas práticas e manifestações culturais, afirmando assim a sua territorialidade. Nessa perspectiva a cultura concretiza uma identidade viabilizando novas estratégias para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades tradicionais, como é o caso da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio.

As práticas e as manifestações socioculturais existentes na comunidade quilombola demonstram o reconhecimento da identidade constituindo uma vertente para o processo de desenvolvimento de seu território. De fato, os recursos naturais de uso comum como a água e o solo disponíveis na comunidade se tornam elementos essenciais para a implantação de outras atividades que visem o desenvolvimento territorial e econômico do grupo.

Portanto, o rico território quilombola de Furnas do Dionísio, núcleo de tradições históricas e culturais, reflete hoje o sentimento de pertença dos indivíduos da comunidade, fatores estes que contribuem para o resgate da matriz histórica e cultural. A construção da territorialidade quilombola presente na comunidade acontece através de práticas rotineiras e

manifestações socioculturais, por meio da preservação da identidade e do patrimônio histórico/cultural existente.

No aspecto econômico a comunidade investigada mantém diversas atividades desempenhadas na agricultura familiar. A pluriatividade econômica exercida na agricultura familiar é também elemento atrelado à preservação dos aspectos sociais e culturais, estimulando, assim, o desenvolvimento local endógeno.

O perfil socioeconômico das famílias e a pluriatividade econômica exercida na agricultura familiar da comunidade de Furnas do Dionísio comprovam um processo de resistência camponesa na atualidade. Nesse caso a territorialidade quilombola expressa por práticas socioculturais de existência e a pluriatividade econômica exercida na agricultura familiar da comunidade são processos e formas de estratégia camponesa para permanecer na terra.

Com relação a pluriatividade econômica presente na agricultura familiar da comunidade de Furnas do Dionísio, um dos objetivos da pesquisa, comprovou-se que as famílias ouvidas tem revelado alta capacidade de adaptação ao meio rural e estabelecendo, assim, novas estratégias que visem à reprodução social, cultural e econômica das famílias. As múltiplas atividades contempladas na comunidade de Furnas do Dionísio são de grande importância para que promova o potencial endógeno de desenvolvimento, pois o território onde se encontram é núcleo de intensas tradições históricas e culturais. Essas estratégias foram notadas na produção de atividades agrícolas e não agrícolas como a plantação e cultivo de mandioca como produto principal de consumo e venda e pelas atividades não agrícolas desempenhadas fora das propriedades familiares, como é o caso de empregos como: servidor público, diarista, pedreiro, dentre outros identificados.

Conclui-se que, embora a forma familiar de produção seja afetada e condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista, o que se pode observar é que as famílias do campo tem revelado a alta capacidade de se adaptar e estabelecer novas estratégias que visem à reprodução social e econômica das famílias; fato este encontrado nas famílias da comunidade de Furnas do Dionísio.

Os recursos disponíveis como o solo, vegetação e a água podem se tornar elementos essenciais para a implantação de outras atividades que visem o desenvolvimento coletivo do grupo, como é o caso do turismo. Furnas do Dionísio se constitui, atualmente, como um patrimônio identitário rico; elementos estes fundamentais para um processo de resistência e permanência do grupo social no território onde se encontram.

Desse modo, percebe-se que a Comunidade Furnas do Dionísio, apesar de apresentar certa fragilidade no contexto social e econômico, possui alguns componentes para produzir a auto-sustentabilidade com base na história cultural do grupo e uso racional dos recursos naturais abundantes.

V. REFERÊNCIAS:

ABE, M. N. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. Belém: NEAF/CAP/UFPA; Embrapa Amazônia Oriental, 2004. 199p. (Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável).

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997. 29p. (Texto para discussão).

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY e VEIGA, **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. TEXTO PARA DISCUSSÃO N O 641 Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, abril de 1999.

Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 18 de junho de 2015.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

ALMEIDA, R. A. de. e PAULINO, E. T. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo/ 1. Ed.** – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

AMBRÓSIO, A.P. A pluriatividade e a reestruturação produtiva: transformações no meio rural da região do “circuito das águas paulista”. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.1, nº 1. Araraquara: UNESP, 2008.

AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: ITESP, 1998.

AMORIM, L.S.B. e STADUTO, J.A.R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, v.55, n.1. São Paulo: FEA/USP, 2008.

ANDRADES, T., O. de. e ROSÂNGELA N. G. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista** v. 21. Juiz de Fora/MG, 2007.

ANJOS, F.S. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 17. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: PINHO, O. (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. Ed. Salvador: ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008. p. 315- 350. BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>>. Acesso em: 17 maio 2013.

ANJOS, F. S. e CALDAS, N. V. **Pluriactivity and family farming in Brazil: the case of Rio Grande do Sul**. *Cepal Review*, Santiago, v. 93, 2007, p. 149-164.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/SP: Edusc, 2006.

BANDEIRA, M. L. DANTAS, T. V. S. **Projeto de Mapeamento e Sistematização das áreas de Comunidades Remanescentes de Quilombo**. Relatório Histórico-antropológico de Furnas de Dionísio (MS). Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Universidade de Cuiabá – UNIC. Cuiabá, 2000.

BARROS, B. **Há 40 anos, DDT precipitou restrições**. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 nov. 2010. *Agronegócios*, p. B12.

BONNEMAISON, J. **Voyage Autour du Territoire**. In: *l'Espace géographique*, 10 (4): 1981, 249-262p.

BRANDÃO. M. de A. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL (1982). **Mapas: geológico, geomorfológico, pedológico, vegetação e uso potencial da terra**. Campo Grande, Folha SF 21. Rio de Janeiro, IBGE. (Levantamento de Recursos Naturais, 28). Escala 1:250.000. 5 mapas color.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARNEIRO, M.J. E MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTRO, I. E. de. **Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação**. In CASTRO, Iná Elias et. al.. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CHAYANOV, A.V. **La organización de La unidad econômica campesina**. Trad. Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CLAVAL, P. O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **Revista Géographies et Cultures**, nº 20, Paris, 1996.

CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – nº 2, 1999.

CONTAG <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>> Acesso em: 30/07/15.

COSTA, F. A. **Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO Especial no Estado do Pará in Campesinato e Estado na Amazônia**. (org.) Letícia R. Tura e Francisco de Assis Costa, Brasília, Jurídica:FASE, 2000.

COSTA, E. A. da. **Sistemas Agrícolas e Sustentabilidade na microrregião Campo Grande**. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP/Presidente Prudente, 2004.

COSTA, D. A. S. da e COSTA, B. P. da. Geografia das (micro)territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus. **Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações**. Curitiba, 2008.

DEL'ARCO, J.O.; SILVA, R.H.; TARAPANOFF, I.; FREIRE, F.A.; PEREIRA, L.G.M.; SOUZA, S.L.; LUZ, D.S.; PALMEIRA, R.C.B.; TASSINARI, C.C.G. **Geologia. MME/ SG. Projeto RADAMBRASIL, Levantamento dos Recursos Naturais**. Folha SE. 21 – Corumbá e parte da Folha SE. 20. Rio de Janeiro, v. 27, p. 25–160, 1982.

DELGADO, L. A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Dossiê, 2009.

DEMATTEIS, G. **Sistema Local Territorial (SLOT)**: um instrumento para representar, ler e transformar o território. In ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, B. R. CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-48.

DESMARAIS, A. A. **The Vía Campesina: peasants resisting globalization**. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Geography: University of Calgary, Alberta, 2003.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>> Acesso em: 18 de setembro de 2015.

DEVRIES, B. **Multifunctional Agriculture in the International Context: A Review**. Land Stewardship Project. 2000.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Diário Oficial da União**, edição 190, seção 1, 2008.

DIEGUES, A. C. Sant'ana. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EMBRAPA. **Plano de ação estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural**, Brasília: Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1991.

EMBRAPA. **Agricultura familiar: uma perspectiva para o futuro**. PRONAPA, Brasília: EMBRAPA, 1999.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** in Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colection Sur Sur, CLACSO, setembro 2005, 133-168.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA, 1996.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa/** Coordenação de Maria Baird Ferreira, Margarida dos Anjos; equipe Elza Tavares Ferreira... [et al]. 3ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, S. R. B, e outros. Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho. **Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo** – INCRA/UFES/APAGEES. Conceição da Barra, 2005.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização Tecnológica da Agricultura**. Curitiba: Ed. Livraria Chain, 1988.

FUNARI, P. P e PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em www.palmares.gov.br/com/html/. Acesso em: Dezembro de 2014.

FULLER, A. M. **From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe**. Journal of Rural Studies, v. 6, n°.4, p. 361-373, Londres, 1990.

GADELHA, R. M. d'Aquino F.. **A Lei De Terras (1850) e a Abolição da Escravidão Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do século XIX**. R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GARCIA JUNIOR, A. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAVIOLI, F. R; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural vol.49 n° 2 Brasília Apr./June 2011.

GOTTLIEB, O. R. & BORIN, M. R. M. B. **The diversity of plants**. Where is it? Why is it there? What will it become? Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 66. 205-210p. 1994.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, **SEPLAN**. Atlas Multirreferencial. Campo Grande, 1990.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284 p.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004 a.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Revista Geographia**, Ano IX –Nº 17, 2007.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos Culturais. Petrópolis – Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2004.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. **Agricultural Development**: An International Perspective. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.

HEREDIA, B. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLZER, W. A. Discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, vº 3, Julho/Dezembro 1997.

HUYLENBROECK, V; and DURAND, G. **Multifunctional agriculture**: a new paradigm for European agriculture and rural development. Ashgate Publishing Limited, Aldershot, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: Dezembro-2012.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Terras e cidadãos São Paulo. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. **Cadernos ITESP**, Nº 3, 2000, 160p.

JOLLIVET, M. **L`environnement une dimension nouvelle pour le rural**. In: Pour une science sociale à travers champs: Paysannerie, ruralité, capitalism. Paris, Éditions Arguments, 2001.

JUNIOR, D. **O território do cotidiano**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília/DF, 2003.

JÚNIOR, A J V. **Contribuições dos saberes sobre plantas medicinais para o ensino de botânica na escola da comunidade quilombola Furnas do Dionísio, Jaraguari/MS**.

Dissertação. Mestrado em Ensino de Ciências. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, 2009.

LACERDA, T.F.N. e MORUZZI MARQUES, P.E. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Revista Rurais**, vº 2. Campinas: Ceres-IFCH, 2008. P. 137-158.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol.1. Uma realidade multiforme. Trad. A.M.N. Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LANDSAT 7 BANDA PAN. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**. Imagem de Satélite. São José dos Campos: Órbita 225 ponto 072. CD ROM. De 17/06/2002.

LEITE, C. D. **Memória e História de Furnas do Dionísio**. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro Universitário de Aquidauana/MS – UFMS, 1994.

LEITE, C. D. Furnas dos Dionísio. **Revista Arca**. Campo Grande, nº 05, out. 1995.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MAIA, C.M., FILIPPI, E.E., RIEDL, M. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.5, n. 1. Taubaté: Uni Taubaté, 2009.

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MATOS, A. K. V. de. **Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v.10, n.12, p.1-17/2010.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO**. São Paulo, Departamento de Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado).

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **A Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. de. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARQUES, M. I. M. **A Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARX, C. **El Capital: crítica de la economía política.** Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. (7ª ed.).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 03 – O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Volume VI, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARSDEN, T. **Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring.** Sociologia Ruralis, Netherlands, v. 32, nº 2/3, p. 209-230, 1992.

Mendras, H. **Les sociétés paysannes: Eléments pour une théorie de la paysannerie.** Paris, Armand Colin, 1976, 281p

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 18 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. **Projeto de Mapeamento e Sistematização das Áreas de Comunidades Remanescentes de Quilombo.** Furnas do Dionísio (MS). Brasília, DF, 1998.

MISCIGENAÇÃO. In: **Campo Grande - Guia Turístico.** Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, 1992 / 1993, p. 12 - 13.

MORAES, M.D.C. **De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão.** Raízes, Campina Grande, no.17, p.121-134, jun. 1998.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** p.39-52. 15.out.2000. (artigo).

MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/cercas-do-latifundio>> Acesso em: 30/07/15.

MUNANGA, K. Povo Negro. **Revista USP,** São Paulo (28): Dezembro/Fevereiro 1995/96.

NAHUM, J.S. e MALCHER, M. A. F. Territorialidade e Identidade dos grupos negros rurais. **Revista África e Africanidades** – Ano 3, nº 10, Agosto 2010 - ISSN 1983-2354

NAPOLITANO, M. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica.** Contemporanea Historia y problemas del siglo XX. Volumen 2, Año 2, 2011, ISSN: 1688-7638 Ensayo209.

NETO, J. S. **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional.** Manaus/AM, 2007.

NETO, W. M. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**/Campinas, SP: Editora Átomo, 2013.

NEVES, D.P. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (Orgs). **Ensaio desenvolvimentorural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, A.M de. **CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO**. Universidade Católica Dom Bosco/Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local. Campo Grande/MS, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, J. M. Z. P.S da. **Análise da vulnerabilidade ambiental de Furnas do Dionísio/MS através de um sistema de informação geográfica e sensoriamento remoto**. Programa de Pós-graduação em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

OLIVEIRA, A. M., MARINHO, M. **Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio: Manifestações Culturais, Turismo e Desenvolvimento Local**. Caderno Virtual de Turismo, nº 15. Rio de Janeiro, 2005 a.

OLIVEIRA, D. A pluriatividade na transição agroecológica: a experiência dos agricultores ecologistas de Ipê (RS). In: **Revistas Agrícolas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, v.6, n.3, 2009.

OLIVEIRA, J. B. de. **Comunidades Remanescentes de Quilombo da Amazônia: O uso do território**. VI Encontro Nacional das Anppas. Belém/PA, 2012.

O PRONAF. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>> Acesso em: 30/07/15.

O INCRA E O ASSENTAMENTO. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf Acesso em: 27 de maio de 2015.

O CONTAG Disponível em:
 <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>>
 Acesso em: 30/07/15.

PAULETTI, M. S. **Agricultura Familiar de Furnas do Dionísio**: perspectivas de desenvolvimento local. 100 f. Monografia – Curso de Agronomia – Centro de Ciências Agrárias - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande – MS, 2003.

PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro/RJ: AS-PTA, 2009.

PEROGIL, Daiana. **Uma análise do Programa Brasil Quilombola na comunidade Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS**: Política de Território e Identidade. UFGD/ Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2012.

PEDON, N. R. e SOUZA, E. A. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS, Vº 1, nº6, ano 4, Novembro de 2007.

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. (Tese de doutorado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

PINSKY, J. **A Escravidão no Brasil**. Editora Contexto. São Paulo, 2010.

PRONAF. **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em:
 <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFAQ>> Acesso em: 30/07/15.

PROJETO LUMIAR: O INCRA E O ASSENTAMENTO. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf Acesso em: 27 de maio de 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Préface de R. Brunet, Paris, Librairestechniques, 1980, 249 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem**. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

RATTS, A. J. P. **(Re) Conhecer Quilombos no Território Brasileiro**: estudos e mobilizações. In: FONSECA, M. N. S. **Brasil Afro-Brasileiro**. 2ª edição. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2006. p. 307-326.

RIOS, M. **Território Quilombola**: Uma Propriedade Especial. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vº 3, nº 5, p. 65-84. Janeiro/Junho de 2006.

ROCHA, M.T. E ASSIS, D.M.M. **Território Quilombola e Territorialidade Vazanteira: Dinâmicas Sócio/espaciais na Comunidade De Bom Jardim da Prata/MG.** Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, 2009.

ROCHA, G.F.F. **A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar.** E-cadernos ces. Artigos. Identidades, cidadanias e Estado, 2010.

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

SÁ, A. **Território de Uso Comum das Comunidades Tradicionais: Uma visão Jus Socioambiental do Criar, Fazer e Viver dos Fundos de Pasto da Bahia/Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da Agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido Brasileiro. **Revista tempo da ciência**, nº 29, vol. 15. 2008.

SACK, R. D. **Humanterritoriality: its theory and history.** Cambridge: University Press. 1986.

SAQUET, M. A. Proposições para Estudos Territoriais. **Revista Geografia**, ano VIII, n.15, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A; CANDIOTTO, L. Z. P.; ALVES, A. F. **Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais.** In PEREIRA, S. R; COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de (Orgs). Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SAQUET, M. A; ANTONELLO, J. A. **A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil)** In: anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420

SAQUET, M. A. **Território, territorialidade e desenvolvimento.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Grupo de Estudos Territoriais - Geterr Pesquisador do Cnpq. Brasília, Embrapa, 29 de novembro de 2011.

SAHLINS M. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Porque a cultura não é um objeto em via de extinção.** In: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 4. Edição. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços).

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Gilberto Lima dos. CHAVES, Antônio Marcos. **Ser Quilombola: Representações sociais de habitantes de uma comunidade negra.** Estudos de Psicologia. Campinas/SP. Julho/Setembro de 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil** – território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SBDP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. **O Direito a Terra das Comunidades Quilombolas** (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) 2002.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atuação do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** Ambiente e Sociedade, ano V, nº 10, 2002.

SCHMITZ, H. **Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura.** In: SIMÕES, A.; SILVA, L.M.S.; MARTINS, P.F.S.; CASTELLANET, C. (orgs.) Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFGPA, GRET, 2001a. p.39-99.

SCHMITZ, H. (org). **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa.** – São Paulo: Annablume, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, nº 16. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2001.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar.** – 2º Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista.** Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SHANIN, T. **La classe incómoda.** Sociología política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925). Versión Espanhola de Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: Introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa.** Olinda, 1990. (mimeografado).

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional.** Trad. J.C.T. Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

SILVA, J. G. da. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia.** Belo horizonte, 1997.

SILVA, G. J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

SILVA, J. C. R. **Furnas do Dionísio:** Espaço, Turismo e Cultura. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2007a, 56p.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO. Disponível em: http://laced.etc.br/site/sistema_quilombo/comunidade.php?idQuilombo=28 Acesso em: 02/10/2015.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista proposta**, nº 87, ano 29. Rio de Janeiro: FASE, 2000/2001.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 1993.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SOUZA, M. J. L. de. **O Território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-116.

TAUSSIG, M. T. **The Devil and commodity fetishism in South America.** Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Luzia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURISMO E CICLO AVENTURA NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO/MS. Disponível em: <http://www.diariodoestadoms.com.br/noticia/2714,Estao+abertas+as+inscricoes+para+o+De+safio+Furnas+de+Dionisio>> Acesso em 23 de maio de 2015.

TRECCANI, G. D. **Terras de quilombo:** entraves do processo de titulação. Belém: Programa Raízes, 2006.

VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **O “lugar” dos rurais:** o meio rural no Brasil moderno In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., Anais. Brasília: SOBER, 1997. p. 90-113.

WANDERLEY, J. A. **Negociação total:** encontrando soluções, vencendo resistências, obtendo resultados. São Paulo, Ed. Gente, 1998.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia.** O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/87)

VI. ANEXOS